Anderson Luis Camelucci

As experiências de República no município de Franca (1880-1906)

As experiências de República no município de Franca (1880-1906)

ANDERSON LUIS CAMELUCCI

AS EXPERIÊNCIAS DE REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (1880-1906)

Dedico este trabalho aos meus pais Luiz Virgilio
e Ana Maria, ao meu irmão Emerson e a Ana Lúcia.

Este trabalho foi o originalmente apresentado como dissertação de mestrado na Faculdade de Ciências Humana e Sociais da Unesp de Franca. Gostaria de agradecer à banca examinadora, constituída pelo professor Lélio Luiz de Oliveira e pela professora Tania Regina de Luca pela leitura e observações criteriosas. À professora Denise Aparecida Soares de Moura, pela dedicação e orientação segura.

Sumário

Introdução 11

1 As experiências de República na propaganda republicana em Franca 19
2 A crise do Brasil-Império e as experiências de República no jornal *O Nono Districto* 77
3 As "repúblicas" no município de Franca 141

Considerações finais 203
Referências bibliográficas 207

Introdução

O advento da República e posteriormente sua consolidação ensejam mais que uma mudança de regime político. Pensar a República como uma opção viável para o Brasil naquele momento significou também colocar em discussão vários projetos que implicavam interesses de vários grupos políticos – ou de uma geração de políticos – e que passaram a compor um cenário político mais heterogêneo.[1] A conjuntura em que essa geração de políticos surgiu

1 Ângela Alonso (2002, p.176) apresenta os vários grupos que compunham a geração de 1870, a saber: "liberais republicanos", "novos liberais", "positivistas abolicionistas", "federalistas abolicionistas do Rio Grande do Sul", "federalistas científicos de São Paulo" (PRP). Esses grupos possuíam um fator de coesão que era político: oriundo da experiência compartilhada de marginalização política em relação ao *status quo* imperial, que, por sua vez, estava concentrado nas mãos dos conservadores saquaremas. Nesse sentido, ao criticar os pilares de sustentação desse *status quo* imperial – "indianismo romântico", "liberalismo imperial" e "catolicismo hierárquico" – que, por sua vez, permitiu que os conservadores se mantivessem à frente da condução da política no Segundo Reinado, a geração de 1870 utilizou-se do repertório político europeu, que forneceu aos contestadores as ferramentas políticas por meio das quais conseguiram dar vazão às suas críticas. Alonso destaca que o repertório político europeu somente pôde ser utilizado para uma crítica coerente por parte da geração de 1870 em razão do conhecimento da realidade nacional que essas pessoas possuíam. Dessa forma, o repertório europeu utilizado pela

envolveu um momento de transição no qual a construção de uma nova ordem pública passou a conviver com o peso de uma tradição que o Império brasileiro moldou e conservou durante décadas.

Dessa forma, pensar essa nova ordem pública implicou colocar em discussão uma gama variada de temas relacionados às mudanças que as sociedades brasileira e paulista vivenciavam naquele momento e que, por sua vez, evidenciavam todo esse processo de transição: federação, separação Igreja-Estado, secularização dos cemitérios, abolição da escravidão, imigração, instrução pública.

No entanto, o novo regime que o 15 de novembro inaugurou "não correspondeu precisamente a nenhum dos projetos dos contestadores e nem concentrou poder em um único grupo" (Alonso, 2002, p.325). De imediato, a preocupação dos grupos políticos que se assentavam no novo regime era a "prioridade pela ordem [afastando] o perigo da 'rés publica' que rondava as antesalas do poder" (Penna, 1997, p.38-9). Nesse sentido, a elite queria reservar para si a tarefa de debater e construir a República que ela mesma havia instaurado. Segundo Linconl Penna (1999, p.36), o novo regime "empolgava as correntes mais influentes do país", e, logo de início, pairava um clima de intranquilidade devido à dificuldade "de acomodação de inúmeros interesse que passaram a compor o cenário político-institucional".

Contudo, o advento da República, além de "não produzir os abalos que são inerentes aos processos de mudanças político-institucionais" cujas características "estiveram mais perto" de "alterações de governo nos marcos da legalidade"[2] em vez de uma

geração de 1870 passou por uma espécie de seleção, conforme sua capacidade de fornecer respostas para o momento de crise então vivenciado.

2 De acordo com Lincoln Penna (1997), o governo republicano tratou de assumir todos os compromissos herdados do regime imperial, que incluíam os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados com as potências estrangeiras e a dívida pública interna e externa. Nacionalmente, "o sistema bancário, as repartições públicas, comércio e demais atividades vitais do país não sofreram quaisquer alterações em seus negócios", nem mesmo os títulos brasileiros no exterior sofreram qualquer tipo de abalos,

"ruptura, em geral típica das transições de regimes políticos", também propôs "uma alternativa tímida de reformas dos costumes públicos dentro da ordem" (Penna, 1997, p.33, 65).

A própria transição do regime republicano inicialmente se deu de forma tranquila: "o denominador comum foi a transferência dos quadros políticos monárquicos para as fileiras republicanas e para os governos estaduais ou locais" (Silveira, 1978, p.83), predominando, dessa forma, o situacionismo dos grupos dirigentes, praticamente sem oposições de grande intensidade, referendando assim quase que "o caráter de uma transmissão de cargos" (ibidem, p.97).

Nos seus primeiros anos, o regime republicano passou a conviver com os "inúmeros interesses" derivados da composição "heterogênea" que marcou a República: sobreveio antigos elementos ligados ao Império, militares, "setores isolados das camadas médias urbanas" e os republicanos "históricos", dentre os quais os paulistas que tinham no Partido Republicano Paulista (PRP) seu instrumento de ação política (ibidem, p.36).

Essa "pluralidade" política contribuiu para dilatar a *entropia*[3] que marcou a República nos seus primeiros anos, como afirma Renato Lessa (1988, p.74):

> [...] o legado dos primeiros anos entrópicos apresenta alto grau de incerteza. A indefinição dos procedimentos de governo somou-se à anarquia estadual um padrão tenso de relações entre o Governo e o Congresso. Ao contrário do Modelo Imperial, a intervenção do Executivo nos estados e seu controle sobre o processo eleitoral não

---

"e a vida dos cidadãos do Rio de Janeiro – palco dos acontecimentos – transcorreu sem alterações dignas de registro em seu cotidiano, nada indicando que acabara de se processar uma mudança de vulto" (ibidem, p.52).

3 O termo *entropia* foi utilizado por Lessa (1988, p.49) para qualificar a experiência política da primeira década republicana, permeada de desencontros políticos e sem um aparelho institucional organizado – "um equivalente funcional do poder moderador" – que pudesse agir como árbitro das disputas políticas entre os grupos, fornecendo, assim, estabilidade política ao novo regime.

tiveram como resultado a formação de atores coletivos dotados de alguma identidade política mais permanente.

Essas primeiras impressões que o advento da República deixava transparecer foram, no entanto, se modificando à medida que a consolidação do novo regime era elaborada. Isso ocorreu em grande parte por causa da composição "heterogênea" dos grupos políticos que emergiram com o novo regime, carregando consigo os vários projetos que referendavam a nova ordem pública tão debatida nos anos finais do Império.

E em detrimento "das tendências heterogêneas" – que antes estavam inseridas no contexto de crise do Brasil-Império – que passavam a ocupar o poder com o advento da República, ficava difícil, de imediato, atender aos anseios de um determinado grupo; daí surge a tensão dos primeiros anos, que foram marcados, segundo Lincoln Penna (1999, p.37), por uma guerra de posições.

Além da composição dos grupos políticos e de seus respectivos projetos para a consolidação de uma nova ordem pública sedimentada pelo regime republicano, Renato Lessa (1988, p.43) levanta outro fator que contribuiu para alavancar a instabilidade política dos primeiros anos do novo regime:

> Os primeiros anos republicanos se caracterizaram mais pela ausência de mecanismos institucionais próprios do Império do que pela invenção de novas formas de organização política. O veto imposto ao regime monárquico não implicou a invenção positiva de uma nova ordem. O que se seguiu, conforme será visto, foi uma completa desrotinização da política, o mergulho no caos. [...] importa considerar de modo sistemático o que foi vetado pelos republicanos: a engenharia política do Poder Moderador.

Nesse caso, Lessa (1988) aborda que a ruptura das instituições monárquicas também colaborou para que a nova ordem pública que se propunha sob a égide republicana não fosse facilmente encontrada, pelo menos nos anos iniciais do regime republicano.

Conforme destacamos anteriormente, mesmo com a transição aparentemente tranquila, o regime republicano logo no seu início se viu cercado de problemas institucionais, esbarrando nos vários projetos de Repúblicas defendidos pelas "tendências heterogêneas" que passaram a ocupar o "novo" espaço político, além de que "o abandono dos critérios monárquicos de organização do espaço público inaugurou um período de dilatada incerteza política" (ibidem, p.5).

Diante desse contexto, a via republicana passou por um longo processo de "acomodação" das tendências, indicando permanentemente momentos de cisões que colocaram em dúvida a consolidação do novo regime. Os anos que se passaram indicavam que a República brasileira teria um longo caminho a percorrer, buscando, assim, a sua afirmação no contexto político brasileiro.

Portanto, a ideia de República foi pensada e elaborada em vários momentos, envolvendo diferentes grupos com interesses diversos. Este livro se enquadra nessa ordem de preocupação e pretende discutir as experiências de República a partir da realidade política de um município paulista.

Como as elites dirigentes e intelectuais locais concebiam essas ideias? Quais eram os referenciais teóricos, filosóficos e literários utilizados por essa elite tanto para elaborar uma crítica ao regime monárquico quanto para vislumbrar a República como uma saída política viável no município de Franca? Em que medida as crises que marcaram a consolidação do novo regime levaram a elite política do município de Franca a repensar os caminhos traçados pelas elites dirigentes nacionais?

As balizas temporais – 1880-1906 – foram escolhidas na medida em que, na década de 1880, surge a propaganda republicana e se intensifica com a participação do município de Franca nos congressos republicanos. Como é sabido, a década de 1880 também marcou a acentuação da crise e a correlata *descrença* (Vianna, 2004, p.91) nas instituições imperiais.

Esse período marca a participação da elite dirigente e intelectual do município nos debates que envolviam a crise política do momento

e sugere um quadro de indefinição da própria "experiência" de República em âmbito nacional.

Após a proclamação do novo regime, terá início uma difícil conjuntura de confrontos pela afirmação da ordem republicana em meio a vários projetos políticos. No estado de São Paulo, o Partido Republicano Paulista posicionou-se à frente da política estadual. No entanto, o período de 1889 a 1906 marcou a primeira fase do PRP no período republicano, caracterizado por Casalecchi (1987, p.14) como "superação dos conflitos e consolidação", no qual o partido – a exemplo do que acontecia com o regime republicano – enfrentou momentos de instabilidades e crises internas, quando da criação do Partido Católico em 1890, a eminente criação do Partido da Lavoura, a cisão do PRP em 1901 e a revolução monarquista em 1902. Em Franca, os políticos que vivenciavam uma espécie de "marginalização" política aproveitaram-se desses pontos-chave para efetuar uma crítica ao "modelo" de República então vigente.

No primeiro capítulo deste livro, serão caracterizadas as especificidades da propaganda republicana no município de Franca, atentando-se às comparações com outros municípios que concentraram grandes contingentes de republicanos e, por conseguinte, uma participação de longa data nos congressos republicanos. A intenção é demonstrar como as características do republicanismo local contribuíram para moldar as experiências de República nesse período.

Nesse mesmo capítulo, será realizada uma discussão sobre as relações e/ou as linhas de ação política traçadas pelos partidos políticos constituídos no município – Conservador, Liberal e Republicano – e as experiências de República que podem ter sido codificadas em suas propostas político-partidárias. Com base nisso, poderá ser esboçado o perfil político da elite dirigente de Franca na última década do Império, a fim de avaliar tanto o "terreno" político em que a propaganda republicana se desenvolveu no município como a adesão dos políticos locais ao novo regime.

No segundo capítulo, será feita a inserção do município de Franca, por intermédio do jornal *O Nono Districto*, na crise do

Brasil-Império. Aborda-se como o jornal participou das temáticas que visavam à implantação de uma nova ordem pública e que estiveram presentes no repertório da geração de 1870.

Nesse sentido, o jornal procurou por intermédio dos debates dos temas – que também envolviam questões mais pragmáticas e de ordem local, como a autonomia municipal – que estavam inseridos na crise do Império brasileiro apontar soluções que levassem às vias de mudança, com o intuito de superação desse momento de crise. Propõe-se também demonstrar as experiências de República que estiveram presentes nas páginas do jornal.

No último capítulo, pretende-se demonstrar a transição e a adesão da elite dirigente de Franca no regime republicano. A seguir, passa-se a compreender como a instabilidade do PRP influenciou o Partido Republicano de Franca, quando da criação no município do Partido Católico. Além desse aspecto, abordam-se a eminência de criação do Partido da Lavoura, a cisão do PRP em 1901 e a participação de Franca na revolução monarquista de 1902.

Com base nessas questões, será possível caracterizar como esses grupos "marginalizados" e "dissidentes" da política local, por intermédio dos jornais *Tribuna da Franca* e *Cidade da Franca*, criticaram o "modelo" de República então vigente, e em contrapartida em quais momentos a imprensa local, principalmente o jornal *O Francano*, saiu em "defesa" do regime.

A base documental está constituída em sua grande maioria – além das Atas da Câmara Municipal de Franca, das Atas do Partido Republicano de Franca, do Código de Posturas Municipais que estão depositados no Museu Histórico Municipal José Chiachiri e dos inventários *post-mortem* dos cartórios de primeiro e segundo ofícios de Franca que se encontram no Arquivo Histórico Municipal Capitão Hipólito Antônio Pinheiro – na imprensa. Os jornais locais perfazem os alicerces do trabalho realizado: *O Nono Districto*, *A Ephoca* e *O Francano* que fazem parte do acervo do Museu Histórico Municipal José Chiachiri; *Tribuna da Franca* e *A Cidade da Franca* que estão digitalizados no Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa Histórica (Cedaph) da UNESP, *campus* de Franca. Alguns números

dos jornais *A Província de São Paulo* e *Correio Paulistano* utilizados também estão disponíveis no Cedaph; os números do jornal *O Estado de S. Paulo* estão no Arquivo Público do estado de São Paulo.

Com o intuito de colocar o leitor em maior contato com os jornais francanos, o Quadro 1 apresenta os jornais mencionados, com seu(s) respectivo(s) editor(es).

Quadro 1 – Jornais francanos

Jornal	**Editor(es)**
O Nono Districto	César A. Ribeiro e Gaspar da Silva
Tribuna da Franca	Francisco Cunha
O Francano	Álvaro Abranches Lopes
A Epocha	Guilherme Woss
A Cidade da Franca	Francisco de Assis Pereira

Nesse sentido, diante da importância e do crescimento da imprensa como referência documental para a pesquisa histórica, Tânia de Luca (2005, p.139) assevera:

> Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso dos jornais, e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da *análise do discurso* que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa.

1
As experiências de República na propaganda republicana em Franca

Vários trabalhos foram produzidos, cujo tema versa direta ou indiretamente sobre a vida política francana na passagem do Império para a República. Entre os autores que contemplaram essa temática de forma mais incisiva, destacam-se Mildred Regina Gonçalves Naldi (1992) e Egle Roberto Menezes de Melo (1995). Naldi (1992) procurou desvelar as relações políticas entre o coronel José Garcia Duarte e o bacharel Estevão Leão Bourroul.[1]

1 Segundo o jornal *Tribuna da Franca* (30.11.1904, p.2), Estevão Leão Bourroul formou-se "Bacharel em Sciencias Sociaes e Jurídicas" na Faculdade de Direito de São Paulo, em 28 de novembro de 1881, em uma turma de grandes expoentes da política nacional: Júlio de Castilhos, Eduardo Prado, Theofhilo Dias, Aristides Maia, Eduardo de Aguiar, Valentim Magalhães, Raymundo Correa e Eduardo Fernando Lima. Segundo Naldi (1992, p.85-91), da sua passagem por Franca, Bourroul foi eleito deputado provincial pelo nono distrito eleitoral da província de São Paulo. Foi responsável pela fundação dos jornais *Correio da Franca* e *A Justiça* – no período republicano, colaborou com o jornal *A Tribuna da Franca* –, da Biblioteca Municipal e do Clube da Lavoura. Foi responsável também pela organização de um ciclo de conferências populares. Como advogado da Câmara Municipal de Franca, foi membro do Conselho Municipal de Instrução Pública, juiz municipal e de órfãos do Termo de Franca e juiz de Direito interino entre 1885 e 1886. Como jornalista, Bourroul teve uma participação intensa fora do município de Franca, "escrevendo em vários jornais da capital e do interior", como *O Circulo dos Estudantes Católicos*, *O Onze de Agosto*, *O Catholico*, *A Reação*, *A Vanguarda*,

No âmago dessas relações políticas, de acordo com essa autora, o primeiro detentor do poder político contava com a colaboração do segundo, que, por sua vez, detinha uma grande capacidade de articulação, representando os interesses do coronel José Garcia Duarte não apenas no âmbito do município, mas também junto aos políticos provinciais.

Melo (1995) procura caracterizar as especificidades do coronelismo francano utilizando como manancial teórico "a conceituação" de Victor Nunes Leal (1975). Melo também procura traçar "um perfil" político e econômico das elites dirigentes que estiveram à frente do poder político local em um período que, para o autor, marcou a consolidação do coronelismo no município de Franca: 1880-1914.

Em outros trabalhos (cujas temáticas vislumbraram temas não relacionados ao político), mesmo de forma indireta, também se percebe uma preocupação em caracterizar a vida política francana na passagem do Império para a República.

Tosi (2002, p.59), ao pesquisar os motivos que levaram à instalação da indústria coureiro-calçadista em Franca, procurou delinear alguns traços da vida política francana principalmente na última década do Império, período em que as influências e os valores da "hegemonia conservadora" formada por coronel José Garcia Duarte, bacharel Estevão Leão Bourroul e padre Cândido Martins da

---

A Aurora, *O Apóstolo*, *A Ordem*, *O Monitor Catholico*, além de redigir o *Correio Paulistano*. Bourroul também se destacou como escritor, tendo publicado os seguintes trabalhos: *O Partido Conservador da Franca* (no qual procurou traçar as diretrizes para reorganização do Partido Conservador de Franca), *Não! Simples resposta a uma pergunta* (1890), *Hércules Florence* (ensaio literário), *O conde de Parnahiba* (apontamentos biográficos), *O doutor Ricardo Gunbleton Daunt* (ensaio biográfico) e *Frei Caetano de Messina* (estudo histórico religioso). Segundo nota divulgada em *Tribuna da Franca* (23.11.1903, p.2), Bourroul foi secretário do presidente da província de São Paulo entre 1886 e 1889. Ainda segundo a referida nota: "Proclamada a República o Dr. Bourroul não renegou os seus princípios de monarchista, e como catholico tomou parte na fundação do partido catholico de S. Paulo sendo nas eleições federaes de 15 de setembro de 1890, candidato o mais votado do partido obtendo para mais de 7.000 votos".

Silveira Rosa conseguiram estabelecer condutas, "ordenamentos, adequações e relações que estreitavam muito o âmbito em que um articulado contrário pudesse se mover".

Di Gianni (1997), em seu trabalho sobre a imigração italiana no município de Franca, destacou a força política de Caetano Petraglia, um dos responsáveis pela fundação do PRP na cidade (o médico e imigrante italiano André Comitê também teve participação na política local, elegendo-se vereador na legislatura de 1890 a 1892).

Rodrigo da Silva Teodoro (2006) preocupou-se em demonstrar as origens e as formas de obtenção de crédito por parte dos cafeicultores do município de Franca, mas, em determinado momento, deparou com o cunho personalista que demandava os empréstimos. Dessa forma, não deixou de observar as ligações comerciais entre os grandes chefes políticos francanos, destacando a força da parentela no interior da política local.

Contudo, o objetivo deste capítulo consiste em analisar um setor específico da elite, ou seja, a elite política e dirigente de Franca, vislumbrando seus "movimentos" de composição e recomposição, em uma cidade média do nordeste paulista na última década do Império.

É importante ressaltar que não se pretende tratar aqui de concepções e conceitos de "hegemonia" nem de aspectos relacionados ao coronelismo,[2] como foi veiculado nos trabalhos anteriormente

2 José Murilo de Carvalho (1999, p.130-2) procura desvelar a "imprecisão e incoerência" do uso de conceitos básicos que envolveram o "poder local e suas relações com o Estado nacional no Brasil". Nesse sentido, ater-nos-emos à revisão conceitual que Carvalho faz do coronelismo segundo a análise de Victor Nunes Leal (1975), já que mesmo aqueles autores que usam o conceito de coronelismo de Leal o fazem "em sentido distinto". Segundo Carvalho, a concepção "correta" de coronelismo na análise de Leal é "um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos". Surge a partir da "confluência de um fato político" – federalismo implantado pela República – "com uma conjuntura econômica" – decadência econômica dos fazendeiros em face do correlato fortalecimento do poder do Estado. Diante dessas características traçadas por Leal é que José Murilo de Carvalho definirá a concepção de coronelismo: "um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do

mencionados. A análise da composição e recomposição da elite dirigente de Franca irá inseri-la em outro contexto histórico: o crescimento do republicanismo na cidade, com o propósito de demonstrar como ela aderiu à propaganda republicana.

Contudo, espera-se com esse tipo de abordagem vislumbrar como ocorreram as experiências de República no município de Franca, cuja temática permeia todo o livro. Mas como seriam então os pressupostos desse tipo de análise? Nesse sentido, busca-se a compreensão das formas de composição e recomposição dos grupos políticos que estiveram à frente da política local na última década do Império. Quais seriam esses grupos? É importante frisar que a referência a grupos diz respeito às pessoas que estavam atreladas aos partidos políticos que se encontravam organizados em Franca naquele período, a saber: Conservador, Liberal e Republicano.

Dessa forma, analisaremos como esses grupos políticos interagiam entre si e com os líderes políticos do restante da província, em ocasiões que muitas vezes envolviam seus próprios interesses (em sua maioria interesses políticos). Abordaremos também os interesses da localidade em que eles residiam, com o objetivo de compreendermos as experiências de República em Franca, em um momento em que a crise do Império brasileiro se acentuava com a descrença de suas próprias instituições, abrindo espaço para que uma nova geração[3] de políticos expressasse suas críticas e propusesse as vias de mudança de uma nova ordem pública.

---

coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca de reconhecimento por parte deste de seu domínio no Estado. O coronelismo é a fase do processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela".

3 Estamos nos referindo a geração de 1870. Segundo Alonso (2002, p.95-8), "a modernização material do país e a decadência das instituições centrais do Império feriram o coração saquarema, abrindo uma crise apenas concluída com a queda do regime"; é nesse contexto de crise que "emergiram múltiplas manifestações públicas de protesto, exacerbando a demanda liberal por refor-

Parte da documentação utilizada já foi visitada e trabalhada por outros pesquisadores, o que não tira o mérito da análise proposta. Trata-se de outro tipo de enfoque que pretende vislumbrar como as peculiaridades do avanço do republicanismo em Franca e as linhas de ação política que delinearam as relações dos grupos políticos locais conformaram as experiências de República próprias do município de Franca.

José Murilo de Carvalho (1997, p.III) delineia com propriedade essa questão:

> Revelar novas fontes e novas informações é sem dúvida importante, mas não constitui condição necessária para o trabalho historiográfico inovador. A inovação pode estar na maneira pela qual dados já conhecidos são organizados e interpretados.

Propaganda republicana em Franca

Como o nosso objetivo é demonstrar as experiências de República do município de Franca, é importante contextualizar o avanço do republicanismo, ou seja, da propaganda republicana nas cidades do Oeste Paulista, buscando, contudo, as especificidades da inserção da propaganda republicana nessa cidade.

Em 3 de dezembro de 1870, no Rio de Janeiro, surgia, nas páginas do jornal *A República*, o Manifesto do Partido Republicano. Esse documento afastava os meios revolucionários ou qualquer tipo de convulsão da ordem como maneira para alcançar o poder, invocando a evolução política por meio da via eleitoral.

De certo modo, o Manifesto "refletia o pensamento liberal clássico" (Carvalho, 1980, p.28), bem como "salientava as contradições do regime (monárquico) entre a teoria e a prática e intimava os

---

mas" oriundas dos vários grupos políticos que compuseram a geração de 1870. No próximo capítulo, deter-nos-emos no debate proporcionado pela geração de 1870 e apontaremos como o município de Franca esteve inserido nele

monarquistas a mostrarem os abusos da coroa" (Boehrer, [195-?], p.35), aludindo à necessidade de uma República federativa.

Ainda hoje o Manifesto do Partido Republicano suscita muitos debates na historiografia. Um dos principais pontos desse debate consiste na validade do documento e sua importância na efetivação do movimento republicano no Brasil. Segundo Iraci Galvão Salles (1986, p.25), o Manifesto Republicano significou "a sistematização e o avanço do republicanismo", além de sua efetivação como movimento partidário.

Para Reynaldo Carneiro Pessoa (1970, p.409), "o Manifesto de 1870 reflete a evidência da desagregação do regime monárquico no Brasil". Segundo Ângela Alonso (2002, p.180), "o teor de seu liberalismo democrático" expressava a crise do Império, construído por intermédio do "repertório da política científica", expressando "as tensões dos liberais republicanos com a tradição inventada pelos saquaremas em vários sentidos".

No entanto, Sérgio Buarque de Holanda (1972a, p.256) arrefece os efeitos do Manifesto: "o documento de 1870 é, mesmo no campo da política, antirrevolucionário e contemporizador". Isso ocorreu porque a maioria dos signatários do manifesto saiu das fileiras liberais, e muitos haviam ocupado altos cargos políticos no Império (como é o caso de Saldanha Marinho), ou seja, tinham raízes políticas na elite imperial. Logo, o Manifesto apresentava um caráter reformador, tendo na "evolução política das ideias" as ferramentas para realização das reformas preconizadas no documento.

Apesar de todas as interpretações que o Manifesto de 1870 tem levantado ao longo dos anos, para o presente trabalho, sua maior contribuição pode ser resumida nas duas primeiras frases: "É a voz de um partido a que se alça hoje fallar ao paiz. E esse partido não carece demonstrar a sua legitimidade" (Pessoa, 1970, p.409). Isso posto, demonstra a tentativa de transformar os anseios republicanos em uma ação organizada, em um Partido Republicano.[4]

---

4 Segundo Emilia Viotti da Costa (1999, p.478-9), a ideia de República não foi uma novidade que se instaurou apenas no momento de crise do Segundo

O Manifesto de 1870 suscitou uma série de adesões na província de São Paulo. O Clube Radical de São Paulo se converteu em Clube Republicano, seguido de perto por inúmeras localidades que de imediato prestaram seu apoio ao Manifesto por meio de cartas e proclamações: Jundiaí, Amparo, Itapetininga, Capivari, Itu e Taubaté (Boehrer, [195-?], p.74). Essa rápida adesão da província paulista ao Manifesto e a propagação dos Clubes Republicanos levaram Zimmermann (1986, p.12) a afirmar o seguinte:

> A transformação de vários Clubes Radicais em Clubes Republicanos e o surgimento de novos imediatamente após o apareci-

---

Reinado. Muito pelo contrário. Na colônia, a República significou "a revolta contra a metrópole, a negação do estatuto colonial". A independência do Brasil também deu uma nova conotação ao ideal republicano. Toda e qualquer manifestação que lembrasse ou que usasse a palavra República para justificar ou denominar algum movimento contestatório era tida como "oposição ao governo". No processo brasileiro de independência, a República foi cogitada por umas poucas pessoas de tendências radicais "utópicas", que se espelhavam nas Repúblicas da América, nos federalistas norte-americanos, alimentando o sonho de uma possível República para o Brasil. No entanto, prevaleceu a monarquia constitucional, pois, como o Brasil se encontrava no limiar da independência, a saída monárquica foi aquela que mais se adequava a uma situação já preestabelecida anteriormente, que assegurava uma gama de interesses políticos e econômicos a uma elite muito bem enraizada cuja característica foi construir um Estado que atendesse às suas necessidades de manutenção do poder. É nesse sentido que José Murilo de Carvalho (1980, p.95) desenvolve seus argumentos: "Mas o fato da elite brasileira ter tido melhores condições de enfrentar com êxito a tarefa de construir um novo Estado teve também consequência para o tipo de dominação que se instaurava. A maior continuidade com a situação pré-Independência [mantendo] um aparato estatal mais organizado, mais coeso e talvez mais poderoso". Para Américo Brasiliense (1978, p.87-9), "as ideias republicanas há muito circulavam pelo país, e afirma a história, memoráveis ocorrências haviam assinalado a sua propaganda, que teve fervorosos adeptos e adeptos e mártires". Esse autor rememora fatos que comprovam as pretensões republicanas: Revolução Pernambucana de 1817, Confederação do Equador de 1824, Revolução Farroupilha ou a República do Piratini de 1835. Apesar da presença do ideal republicano em vários momentos da história, Emilia Viotti da Costa (1999, p.479) entende que "essa primeira fase poderia ser considerada a do republicanismo utópico, pois não havia propriamente uma ação organizada, um partido republicano e muito menos um planejamento revolucionário".

mento do Partido no Rio de Janeiro nos fazem supor que a ideia republicana já era assunto em debate na província.

Em relação à província do Rio de Janeiro, Hidilberto Ramos Cavalcanti de Albuquerque Júnior (1974, p.84) nota que o movimento republicano seguia "uma evolução natural e lenta, porém bastante segura" principalmente após o ano de 1888, sob a liderança de eminentes republicanos como Silva Jardim, Nilo Peçanha e Alberto Tôrres.

Albuquerque Júnior (1974, p.85) destaca o aparecimento de vários clubes republicanos seguidos de grande número de jornais atuando de maneira bastante significativa, como era o caso de "*Gazeta do Povo* em Campos, *O Povo* em Niterói, *O Amigo do Povo, A Idéia, Garatuja* e *Tymburibá* em Resende, *Quinto Distrito, Transformação, A Revolução, Imprensa Barramansense* em Barra Mansa".

O movimento republicano na província do Rio de Janeiro "estava inteiramente integrado nas articulações republicanas que se desenvolveram em todo país", destacando-se vários focos republicanos pelo interior da província: "Campos, Barra Mansa, Sapucaia, Cantagalo, Petrópolis, Vassouras, Paraíba do Sul, Cabo Frio, Nova Iguaçu, Itaboraí, São Fidélis e Itaocara" (ibidem, p.87).

Diante disso, Albuquerque Júnior (1974, p.105) procura demonstrar que a província do Rio de Janeiro "jamais esteve alheia ao desenvolvimento da campanha republicana; pelo contrário, bem longe de refratária às novas ideias, a Província desenvolveu uma intensa propaganda republicana".

Apesar das várias adesões e manifestações de apoio ao Manifesto de 1870 e aos correligionários do Rio de Janeiro, os republicanos paulistas guardaram muitas e importantes diferenças com seus congêneres da capital. De imediato, os republicanos de São Paulo tiveram a preocupação de "dar um cunho eminentemente federativo" ao partido que pretendiam fundar, guardando a "autonomia entre núcleos locais, entre estes e o provincial e entre este e o criado na Capital do Império, [o que] constituía o objetivo dos republicanos" (Debes, 1975, p.9).

Segundo George Boehrer ([195-?, p.73), o êxito dos republicanos paulistas deveu-se, antes de tudo, às sólidas estruturas partidárias baseadas nos municípios, contrastando com os republicanos do Rio de Janeiro, "que nunca conseguiram formar um partido sólido"(Carvalho, 1980, p.209). Ainda sobre a questão da estrutura partidária, Ângela Alonso (2002, p.153) parece esclarecer melhor a proeminência dos paulistas em detrimento tanto dos republicanos do Rio de Janeiro quanto dos partidos imperiais:

> A especificidade do republicanismo de São Paulo esteve na organização de clubes em vários municípios e na efetivação de uma estrutura partidária, com representantes locais, assembleias e regulamentos internos que deram ao Partido republicano local um sentido moderno, que o Liberal e o Conservador, estruturados a partir de chefes vitalícios, não possuíam e que seu congênere da Corte nunca logrou alcançar.

Outros aspectos diferenciavam os republicanos paulistas e os do Rio de Janeiro. Esses dois núcleos republicanos apresentavam preocupações distintas: enquanto os republicanos do Rio de Janeiro "refletiam preocupações de intelectuais e profissionais liberais, os paulistas refletiam preocupações de setores cafeicultores de sua província" (Carvalho, 1980, p.219).

A República aparecia para os republicanos da capital como o regime das oportunidades políticas, que lhes eram vetadas pela política saquarema: enfim "um regime que anulasse privilégios estamentais e ampliasse a representação política abrindo espaço para negócios e candidaturas, [portanto] um programa político e não social" (Alonso, 2002, p.111). Ao contrário,

> [...] a principal preocupação dos paulistas não era o governo representativo ou direitos individuais, mas simplesmente a federação, isto é, autonomia provincial. Eles pediam o que fora a prática do liberalismo do século XVII na Inglaterra, isto é, não a ausência de governo, mas o governo a serviço dos seus interesses. (Carvalho, 1980, p.209)

Essas diferentes posturas que se acentuavam em ambos os núcleos republicanos, ante uma mesma conjuntura histórica de crise do Brasil-Império, podem ser explicadas pela composição social dos partidos: nas fileiras republicanas da capital, a grande maioria dos membros do partido eram profissionais liberais – 63,15% contra 55,55% dos paulistas. Em contrapartida, os paulistas tinham um grande número de proprietários rurais em suas fileiras – 30,56% contra menos de 2% dos republicanos do Rio de Janeiro (Carvalho, 1980, p.214).

Na Convenção de Itu, dos 133 congressistas, 78 eram "lavradores" (capitalistas) que formavam a "vanguarda do movimento", o que facilitava a coesão de ideias que visava, acima de tudo, à autonomia provincial (federação), de modo a lhes facultar o direito de gerir seus próprios negócios sem a tutela do centralismo do Império. Segundo o próprio Campos Salles, o PRP delimitava com precisão quem poderia participar das fileiras do partido: deveriam pertencer "ao mesmo meio social, com a mesma disposição de espírito e sentimentos e estar sujeitos às mesmas influências locais" (Salles, 1986, p.15).

Diante desse contexto histórico, como o município de Franca reagiu ante o crescimento do republicanismo na província de São Paulo? Quais eram as relações dos republicanos de Franca com os seus congêneres paulistas? E ainda: que pontos os distanciavam ou aproximavam dos partidos monárquicos já constituídos no município? As respostas para esses questionamentos podem direcionar para as experiências de República peculiares do município de Franca, além de proporcionar o entendimento da transição do quadro político local no momento da mudança de regime.

A princípio, um bom caminho para responder a essas questões é analisar de maneira acurada os números que Boehrer ([195-?]) fornece quanto à distribuição dos republicanos em algumas cidades da província de São Paulo. Dessa maneira, os dados apresentados por Boehrer, quando comparados com a realidade de Franca, podem contribuir para o direcionamento das maneiras como Franca aderiu ao crescimento do republicanismo.

Tabela 1 – Distribuição dos eleitores em algumas cidades da província de São Paulo

Cidade	Republicanos	Conservadores	Liberais
Campinas	230	200	131
Amparo	122	160	95
Rio Claro	118	78	90
Casa Branca	34	80	105
Araras	40	10	40
Limeira	10 (6)	90 (89)	50 (39)
Capivari	35	80	20
Porto Feliz	17	44	40
Mogi-Mirim	10	100	135
São Simão	15 (8)	35 (22)	90 (24)
Ribeirão Preto	23	15	100
Atibaia	10	15	50
Tieté	16	110	47
Cunha	1	134	50
Socorro	5	58	50
Nazaré	0	21	20
Campo Largo	0	20	0
S. João da Boa Vista	30	55	60
S. José dos Campos	3	86	65
Piracicaba	58 (59)	59	103
Mococa	19	49	69
Cajuru	3	42	92
Batatais	4	44	112
Franca (*freguesias*)	20	155	260
Botucatu	41	79	51
Santa Bárbara	11	11	11

Fonte: Boehrer ([195-?], p.94).

De acordo com os números da Tabela 1, os municípios que concentram os maiores contingentes de republicanos são Campinas, Amparo, Rio Claro e Piracicaba. No entanto, esses números por si sós são insuficientes para demonstrar os motivos que levaram essas cidades a alcançar esse eleitorado republicano.

No caso de Campinas, por esse período a cidade já conhecia um grande desenvolvimento econômico ocasionado pela expansão cafeeira que gradativamente se deslocava do Vale do Paraíba para o Oeste da província. Em 1870, a produção de café do município ficava em torno de "1.300.000 arrobas" (Lima, 1986a, p.29). Segundo Lima (1986a, p.29), as riquezas do café possibilitaram "modificações em todos os setores da vida da cidade; sintomas de modernização eram visíveis, numa manifestação do espírito aberto e receptivo às inovações da gente do Oeste paulista".

Ainda segundo Lima (1986a, p.30), o desenvolvimento econômico da cidade alavancou "o progresso intelectual" fornecendo a Campinas "condições de modernização capazes de transformar a cidade no principal núcleo urbano regional, polo de concentração de ideias e aspirações e ao mesmo tempo disseminador do progresso".

A disseminação das "ideias e aspirações" ficou por conta do jornal local *Gazeta de Campinas* que, fundado em 1869, ainda contava com a colaboração de eminentes republicanos como Campos Sales, Francisco Glicério, Américo Brasiliense e Francisco Quirino dos Santos. O jornal era apoiado pelo "1° Diretório do Partido Republicano de Campinas" e seguia uma linha que consistia "no ataque ao Império, procurando acentuar as vantagens que a República traria para o país", bem como defendia os interesses dos fazendeiros locais em pontos importantes, como transporte, crédito agrícola e mão de obra (ibidem, p.34).

Segundo Bilac (1995, p.48-9), "as ideias republicanas em Rio Claro já eram fortes desde a década de 1870" quando os líderes dos partidos monárquicos "não deixaram seguidores, seja pelo encerramento da carreira política, seja pela morte dos líderes de expressão". Os republicanos fundaram o Partido Republicano Rio-clarense em 1872 e, nesse mesmo ano, conseguiram ganhar as eleições municipais, coroando a hegemonia dos republicanos até o fim do regime monárquico.

Quando se proclamou a República, "eram os líderes republicanos que ocupavam os quadros políticos municipais" (ibidem).

Bilac (1995, p.56) credita o êxito de Rio Claro na "participação política no movimento republicano" a dois fatores: a proximidade do município com os grandes centros do republicanismo do estado (Campinas e Piracicaba) e as ligações dos republicanos locais com os expoentes do PRP como Campos Sales e Manoel de Moraes Barros.

Segundo Dean (1977, p.15), o município de Rio Claro foi "teatro de transições importantes: do regime colonial para o de sesmarias, do Império para a República (sua sede foi uma das primeiras a criar um diretório do Partido Republicano) e da escravatura para o trabalho livre".

Piracicaba também aparece em destaque na Tabela 1, congregando um número considerável de republicanos e se transformando – como afirma Bilac (1995) – num dos grandes centros do republicanismo da província de São Paulo. Essa condição alcançada por Piracicaba se deve, em grande medida, à influência da família Moraes Barros que, além de Manoel de Moraes Barros, contava também com outro eminente republicano, Prudente de Moraes.[5]

Outro ponto importante que pode contribuir para o entendimento das especificidades do republicanismo no município de Franca diz respeito à análise das cidades que participaram do Primeiro Congresso Republicano na cidade de São Paulo,[6] em julho de 1873. Nesse caso, vale a pena mencionar as 29 localidades: capital, Santos, Jundiaí, Belém de Jundiaí (Itatiba), Campinas, Limeira, Rio Claro, Mogi-Mirim, Penha de Mogi-Mirim (Itapira), São João da Boa Vista, PiraçunUnga, Patrocínio das Araras (Araras), Piracicaba, Porto Feliz, Itu, Indaiatuba, Sorocaba, Itapetininga, Botucatu, Jaú, Brotas, Bragança Paulista, Amparo, Serra Negra, Atibaia,

5 Prudente de Moraes, apesar de ter nascido em Itu, iniciou-se na vida política no município de Piracicaba, sendo eleito vereador e presidente da Câmara desse município entre 1865 e 1868, antes, porém, de se filiar ao PRP no em 1876.

6 Esse congresso foi o primeiro depois da Convenção de Itu.

Cotia, São José dos Campos, Paraibuna e Taubaté (Brasiliense, 1978, p.115-7).

A grande maioria desses municípios pertencia à região denominada "Oeste Paulista". Segundo Emilia Viotti da Costa (1999, p.480), a preponderância "dos elementos do Oeste Paulista" vem "confirmar que, para estes, o ideal republicano era um instrumento na realização de suas aspirações de mando". A autora ainda caracteriza a importância do Oeste Paulista para a difusão do ideal republicano: "o caráter pioneiro, a mobilidade social, a prosperidade crescente favoreciam a difusão das ideias novas [...]" (ibidem, p.481).

Zimmermann (1986, p.38) afirma que será do Oeste Paulista que "sairão os homens representativos do PRP":

> Primeiro, o da representatividade interna, isto é, as regiões onde existiam clubes ou mesmo partido republicano local e políticos escolhidos nessas regiões para representá-los nos Congressos do Partido.
>
> [...]
>
> Segundo, o da representatividade política, isto é, os políticos que se tornaram lideranças no partido, aqueles que mais atuavam, constantemente lembrados para representar o partido nas Casas Legislativas, e que também de destacavam no âmbito interno do mesmo, conseguindo impor sua ação.

As cidades que apresentam os maiores contingentes de republicanos são, em grande medida, integrantes dessa lista que participou do Congresso do Partido Republicano Paulista na cidade de São Paulo, como é o caso de Campinas, Amparo, Araras, Porto Feliz, Piracicaba, Botucatu e São João da Boa Vista. Portanto, pode-se dizer que são cidades de um republicanismo "histórico". Essa constatação pode ser um indício de que as "ideias republicanas" já eram discutidas nesses municípios, e, assim como ocorreu em Campinas e Rio Claro, por intermédio de chefes republicanos de destaque na política provincial, essas cidades reuniram condições de se organizar como partido político de forma mais sistemática, de modo

a dar vazão e unidade aos princípios que o Partido Republicano Paulista propugnava.

No caso de cidades que ficavam no "Novo Oeste Paulista", na região de Ribeirão Preto, "a campanha republicana foi intensa", principalmente no município de São Simão. Contudo, a fundação de um Partido Republicano organizado ocorreu em um período posterior, diferentemente do que aconteceu com os municípios de Rio Claro e Campinas. Segundo Godoy (2000), o Partido Republicano de São Simão[7] foi fundado em 6 de fevereiro de 1885 "em reunião presidida por Francisco Glicério", um dos líderes republicanos da grei paulista.

Deve-se também destacar a presença, no município de São Simão, do líder republicano Rodolfo Miranda, que mais tarde ocupará o cargo de membro "permanente da Comissão Diretora do PRP de 1917 a 1930", contribuindo, contudo, "com as dissidências perrepistas de 1895, 1901 e 1906" (ibidem, p.140-1).

---

7 Em 1888, a Câmara Municipal de São Simão, por intermédio do seu presidente, Manoel Dias do Prado, manifestou apoio aos vereadores da Câmara de São Borja no Rio Grande do Sul quando da aprovação de uma moção que pedia a convocação de uma constituinte para deliberar sobre a sucessão do trono no caso de morte do Imperador: "que a Câmara Municipal de São Simão, trilhando o caminho constitucional e certa de que interpreta os sentimentos de seus munícipes e de todos os cidadãos que se interessam pelo engrandecimento do Brasil, manifeste o desejo de ser consultada a Nação acerca da disposição do artigo 4° da Constituição, que está contido nas suas atribuições ex-vi do artigo 58 da sua lei orgânica, a 1° de outubro de 1828. Sala de Sessões, 31 de janeiro de 1888" (Pessoa, 1983, p.187). Segundo relato do republicano Rodolpho Miranda, os vereadores da Câmara de São Simão, por terem prestado seu apoio à moção da Câmara de São Borja, foram reprimidos pelo chefe do Partido Conservador, barão de Cotegipe, que "mandou meter *sub judice* os vereadores de S. Simão, chamando para substituí-los a câmara anterior. Esse ato de violência produziu o efeito que era esperado: inspirou certo pavor nos municípios comprometidos", produzindo, acima de tudo, "um certo desfalecimento entre os republicanos, máxime quando os conservadores que estavam no poder e tinham as autoridades policiais em suas mãos, iniciaram o seu trabalho de perseguições, chegando os mais exaltados a ameaçar os vereadores processados com a forca, o que aterrorizou as respectivas famílias" (Senado do Estado de São Paulo – sessão de 20.08.1925 apud Lang, 1995, p.78).

No município de Uberaba – que tinha ligações comerciais com Franca[8] –, a campanha republicana se intensificou apenas a partir de 1889, em certa medida pelo fato de "a mocidade uberabense" ter se afeiçoado com a República e aos poucos cerrado "fileiras em torno deste ideal, a que se apressaram em agregar muitos políticos velhos dos partidos liberal e conservador" (Pontes, 1978, p.130). De acordo com Hildebrando Pontes (1978, p.130), "a propaganda já se fazia abertamente em quase todas as reuniões populares" e foi impulsionada quando o conde d'Eu visitou a cidade no mesmo dia em que um grupo de "jovens uberabenses" fundou o Clube Republicano 20 de Março (ibidem).

No município de Franca e nas suas freguesias, os republicanos também se fizeram presentes. O número de vinte eleitores republicanos alistados em 1881 no município de Franca e freguesias necessita de uma análise mais acurada para demonstrar as especificidades do quadro político local na última década do Império. Num primeiro momento, é preciso salientar que, apesar de esse número colocar Franca acima de cidades como Porto Feliz, Tietê, São Simão, Mogi-Mirim, Limeira, entre outras, também é necessário atentar à contraparte monarquista que esse número representa.

Os conservadores aparecem como a grande maioria entre os eleitores do município com 256 votantes, seguidos pelos liberais com 155. A soma dos eleitores dos três partidos perfaz um total de 431 pessoas, cabendo aos republicanos 4,64% do eleitorado do município. Essa porcentagem, contudo, é bem inferior àquela apontada por Debes (1975, p.115) para a província de São Paulo para o ano de 1885, indicando que o eleitorado republicano naquele momento perfazia 17,69%.

---

8 Tosi (2002, p.85) afirma que, "do ponto de vista das transformações proporcionadas sob o regime da cafeicultura, a cidade [Franca] exerceu, de 1865 a 1915, uma larga influência sobre os domínios da antiga Freguesia da Franca, tanto no território paulista quanto no mineiro, fazendo convergir para a cidade e, mais precisamente, para as estações da ferrovia a produção cafeeira e de 'gêneros do paiz', tendo a cidade, sobretudo, agido como um entreposto de bens até então inacessíveis, que passaram a se difundir por um mercado regional".

Quadro 2 – Participação dos municípios nos congressos republicanos

Cidades	Congressos (anos)
Campinas	72-Itu–73-74-78-80-81-83-87-88-89
Rio Claro	73-74-78-80-81-87-88-89
Amparo	72-Itu-73-74-78-80-81-83-87-88-89
Casa Branca	78-80-81-83-87-88-89
Araras	73-74-83-87-88-89
Limeira	73-74-78-80-83-87-88-89
Capivari	Itu-73-74-80-81-83-87-88-89
Porto Feliz	Itu-73-74-81-83-87-88-89
Mogi-Mirim	Itu-73-74-78-80-81-83-87-88-89
São Simão	87-88-89
Ribeirão Preto	81-87-88-89
Atibaia	73-74-78-80-83-87-88-89
Tietê	Itu-81-87-88-89
Cunha	87-88-89
Socorro	83-87-88-89
Nazaré	–
Campo Largo	–
S. João da Boa Vista	73-74-78-80-81-87-88-89
São José dos Campos	73-74-87-88-89
Piracicaba	Itu-73-74-78-80-81-83-87-88-89
Mococa	78-80-87-88-89
Cajuru	78-80-87-88-89
Batatais	–
Franca	**81-83-87-88-89**
Botucatu	Itu-73-74-81-87-88-89
Santa Bárbara	83-87-88-89

Fonte: Adaptada de Lang (1995, p.128-32).

Nesse quadro, para uma melhor compreensão, foram selecionados os mesmos municípios presentes na Tabela 1, quando, por intermédio dos dados fornecidos por Boehrer ([195-?]), demonstrou-se a distribuição dos eleitores segundo suas filiações partidárias.

Dessa forma, cruzando os dados da Tabela 1 com os dados referentes do Quadro 2, percebe-se, pelos menos em sua grande maioria, que os municípios que concentram grandes contingentes de republicanos foram aqueles que tiveram participação ativa desde os primórdios da propaganda, organizando clubes ou mesmo partidos republicanos, o que lhes possibilitou o envio de delegados aos congressos republicanos.[9]

Os municípios de Campinas, Amparo, Rio Claro, Piracicaba, Capivari, Botucatu e São João da Boa Vista concentraram grandes contingentes de republicanos, ao mesmo tempo que tiveram uma participação de longa data nos congressos republicanos na província de São Paulo. No entanto, essa relação que envolve a participação nos congressos e o número de republicanos nos municípios não se constitui numa regra, em razão das especificidades da propaganda republicana em cada município.

Em municípios como Ribeirão Preto, São Simão, Patrocínio do Sapucaí – antigo distrito de Franca e que participou dos congressos em 1887, 1888 e 1889 – e Franca, nos quais não houve uma grande concentração do número de republicanos, a propaganda republicana pode ter começado de forma mais intensa a partir da década de 1880, já que a participação desses municípios nos congressos republicanos começa nesse período.

Segundo informações do jornal *O Nono Districto* (30.7.1882, p.1), o Partido Republicano de Franca foi fundado no início da década de 1880 – a julgar pela primeira participação de Franca nos congressos republicanos, em 1881, essa informação parece bastante

---

9 Segundo Lang (1995, p.31), a participação dos municípios paulistas nos congressos republicanos foi crescendo gradativamente ao longo dos anos, o que pode ser um importante indicador de que a propaganda republicana foi bem recebida pela província paulista. Se, em 1873, estiveram presentes apenas 29 municípios dos 89 existentes na província, correspondendo a aproximadamente 32,5%, eram, em 1874 e 1878, 36 localidades representadas. Em 1887, participaram 66 municípios, representando 60% dos 110 já existentes; nos congressos de 1888 e 1889, o número de alcançou a marca de 67.

crível – por Jacintho Moura.[10] O Partido também contava com seu orador, Fernando Vilela de Andrade (*O Nono Districto*, 26.4.1884, p.1). Dentre os republicanos de Franca, o único que conseguiu ocupar um cargo na política local foi Francisco Lucas Brigagão, eleito vereador em 1882 (*O Nono Districto*, 9.7.1882, p.3).

No entanto, o Partido Republicano de Franca conseguiu sedimentar alianças políticas com os partidos monárquicos locais. Essas alianças propiciaram aos republicanos de Franca a participação na política local, visto que sozinhos não alcançariam tal condição, já que com um contingente eleitoral reduzido não poderiam fazer frente aos partidos monárquicos.

Em Franca, a propaganda republicana se intensifica a partir de 1886, quando surge o jornal oficial do Partido Republicano de Franca, intitulado *O Tiradentes*. No ano seguinte, surge outro jornal republicano, *A Sentinela* (cf. Evangelista, 1990, p.43).[11] Ambos os jornais desferiam violentos ataques ao segundo reinado, o que também pode caracterizar o posicionamento dos republicanos de Franca no final do Império:

---

10 É difícil saber qual foi a influência do republicano Jacintho Moura no município de Franca. O certo é que, nas eleições provinciais de 1883 quando foi candidato pelo nono distrito, Moura nem foi lembrado pelos eleitores republicanos de Franca. O único candidato republicano agraciado pelos francanos foi Martinho Prado Júnior que recebeu apenas seis votos. Ao que parece Moura era candidato republicano "independente", ou seja, não tinha sua candidatura referendada pelo PRP, que, no nono distrito eleitoral, apoiava o republicano Martinho Prado Júnior. Por isso mesmo, Moura tomava certos posicionamentos que diferiam da conduta do PRP, como a referente à escravidão. A circular publicada no jornal *O Nono Districto* (1º.10.1883) expressa a sua posição sobre o assunto: "Com relação à questão do elemento servil que hora preoccupa os mais sérios espíritos minha posição é de – Abolicionista. E aqui não falla em mim o sentimento em nome de impulsos do coração, falla, sim, a convicção que me há resultado de um estudo criterioso e de uma meditação profunda com vistas, antes de tudo, aos grandes interesses sociaes implicados nos negócios da escravidão entre nós".

11 Segundo informações do jornal *O Francano* (9.11.1888, p.2), o redator de *A Sentinela* era o jornalista Adolpho Santos.

> A monarquia quer mais dinheiro. Quer... E quer. Não dá satisfações? Mas, a quem? O povo, esse fidelíssimo povo brasileiro é um animalzinho manso, paciente, inofensivo, uma verdadeira ovelha e os homens do governo tem a tesoura na mão.
>
> Podem tosquiar a vontade!
>
> Mas, acautelai-vos, ó corja de perdulários! Ó sanguessugas cruéis! Ó ladrões! Bem pode ser que o tenro animalzinho, que a ovelha inofensiva se transforme de repente em leão corajoso e vingador. Se não nos enganamos, já está se transformando: as câmaras municipais dirigem-se aos poderes competentes e protestam altivamente contra a escandalosa ladroeira... A monarquia quer dinheiro? Quer? Pois vá querendo. Estamos cansados de aturar uma forma de governo que, sobre muito cara não presta pra nada.
>
> Queremos um governo bom e barato!
>
> Queremos a República! Viva a Republica! (*A Sentinela*, 30.9.1888 apud Evangelista, 1990, p.43-4)

Esse "fervor republicano-revolucionário" presente no artigo de 1888 coincide com os períodos de desenvolvimento do republicanismo no Brasil. O Manifesto de 1870 seguiu a esteira da política imperial, afastou de seu programa a via revolucionária e utilizou autores que fizeram parte do repertório intelectual dos conservadores para justificar as principais ideias do Manifesto (Alonso, 2002, p.180).

Não é sem razão que o Manifesto logo no seu início procurava esclarecer a linha de conduta que os republicanos se utilizariam para divulgar suas ideias:

> [...] "não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos. Nosso intuito é esclarecê-la" utilizando, contudo, "*as armas da discussão, os instrumentos pacíficos da liberdade, a revolução moral, os amplos meios do direito, postos ao serviço de uma convicção sincera, bastam, no nosso entender, para a victória da nossa causa, que é a causa do progresso e da grandeza de nossa pátria*". (Pessoa, 1970, p.409, destaque do autor)

Nesse sentido, em sua maioria, os principais signatários do Manifesto de 1870 procuraram fazer com que o ideal de República seguisse uma linha de ação partidária que contemplasse o "evolucionismo político" contido nas páginas do próprio Manifesto de 1870.

Essa posição política era referendada por intermédio dos seus discursos: "Os republicanos do Brasil têm, sobretudo assentados o seu plano em uma base que a revolução pacifica, a revolução das idéias, calmos e tranquilos aguardam firmes o futuro [...]"(Saldanha Marinho apud Pessoa, 1983, p.138).

> Mas se acaso há da parte de alguns correligionários o intuito de determinar ao partido um caminho diverso daquele que lhe foi traçado pelo Manifesto de 1870, transportando-o do campo da discussão e da propaganda pacífica para o campo da revolução armada, fazendo-o abandonar as armas da persuasão e da influência moral para substituí-la pelo facho incendiário da discórdia civil e da guerra fratricida, então assuma quem quiser, não eu, essa responsabilidade perante o país e perante a História. (Quintino Bocaiúva apud Pessoa, 1983, p.139)

Na província de São Paulo até 1888, o Partido Republicano Paulista deu continuidade à ação política pautada no "evolucionismo". Posteriormente, o PRP cogitou uma mudança de atitude ante a morosidade em que os acontecimentos caminharam, alterando "sua tática, passando à ação perturbadora da ordem pública" (Debes, 1975, p.75).

No entanto, ainda segundo Pessoa (1983, p.169), a linha política de ação revolucionária, "desejosa de uma maior atuação junto ao povo mediante conferências, comícios ou outros meios de divulgação", adquiriu força quando Silva Jardim se engajou na propaganda republicana a partir de 1888, presidindo uma série de conferências por todo o Brasil cujo principal objetivo era a condenação do "Terceiro Reinado".

Mesmo em menor número, muitos signatários do Manifesto de 1870 cobravam uma "maior participação dos republicanos nos

movimentos de expressão popular". Lopes Trovão asseverava que entre os signatários do Manifesto existiam "facções intermediarias": a primeira liderada por Ubaldino do Amaral que "confederava os evolucionistas aos evolucionistas-revolucionários", e a segunda, liderada pelo próprio Lopes Trovão que "concatenava os evolucionistas-revolucionários aos revolucionários" (Pessoa, 1970, p.177).

Essa divisão no que diz respeito às linhas de ação política por parte dos fundadores do Manifesto de 1870 fez com que Pessoa (1970, p.177) chegasse à conclusão da não existência de "unidade quanto ao encaminhamento que deveria ser dado para se alcançar o objetivo principal, ou seja, a derrubada da monarquia".

Nesse caso, os republicanos de Franca poderiam se enquadrar, com base no teor do artigo publicado e em seu ano de publicação, 1888, no que fora uma tendência no interior da propaganda a partir de então, implementando uma propaganda republicana mais agressiva e incisiva contra o regime monárquico. No que diz respeito à conclusão de Pessoa, da não existência de unidade que pudesse viabilizar o principal objetivo dos republicanos signatários do Manifesto de 1870 que era a derrubada da monarquia, em Franca poderemos analisar tanto a "veracidade" dessa unidade quanto se a extinção do regime monárquico também fazia parte dos objetivos dos republicanos locais.

As experiências de República nas alianças político-eleitorais

A partir de agora passaremos a analisar as relações dos republicanos de Franca com os conservadores e liberais, vislumbrando os momentos e as estratégias que visavam ao seu fortalecimento político dentro do município. Essas alianças se davam, em sua maioria, nos momentos de disputas eleitorais, objetivando tanto as trocas de favores políticos quanto o modo como os republicanos ascendiam no interior da política local.

Os republicanos de Franca apareciam em número reduzido quando comparados aos partidos monárquicos, e essa condição de inferioridade numérica os forçava, na maioria das vezes, a buscar alianças políticas que lhes facultassem uma certa proeminência no âmbito da política local. Essas alianças políticas eram vistas muitas vezes de uma forma negativa por parte de alguns políticos, já que, para muitos, os republicanos de Franca perdiam sua "identidade" e seus princípios como movimento partidário que lutava – pelos menos na teoria – para derrubar o regime monárquico. Contudo, as alianças políticas não eram privilégio apenas dos republicanos francanos, ocorrendo em praticamente toda a província de São Paulo.

O artigo apresentado a seguir indica como eram as relações dos republicanos com os partidos monárquicos no âmbito da política local:

> Alguns indivíduos, e entre elles o sr. Francisco Lucas Brigagão chefe do partido republicano d'esta cidade assistiram a reunião conservadora effectuada no domingo, 23, em casa do honrado sr. tenente-coronel José Garcia Duarte.
>
> [...]
>
> *Os republicanos não deveriam ir lá, embora convidados, como não foram os liberaes.*
>
> *Não deveriam ir, em primeiro logar, porque um abysmo separa os conservadores dos verdadeiros republicanos, isto é, dos que tem firmes crenças republicanas.*
>
> Não deveriam ir, em segundo lugar, porque corria, com certo fundamento, o boato de que na reunião assentar-se-hia o plano de assalto a typografia d'O Nono Districto, folha profundamente democrática, e de agressão aos redactores, cujas idéias são bem conhecidas.
>
> [...]
>
> Mas os republicanos foram ao pagode conservador e ultramontano!
>
> (Defende os seus amigos se é capaz sr. Martinho Prado Junior!) (*O Novo Districto*, 30.4.1882, p.2 – grifo nosso)

Além de criticar a incoerência política da reunião que congregava partidos de lados opostos no que diz respeito às suas ações políticas, o artigo termina colocando em dúvida a existência do partido republicano de Franca. O artigo questiona, além do comportamento político dos republicanos, devido à sua presença em uma reunião de políticos conservadores, a linha de ação partidária do partido dentro do seu principal objetivo, que era justamente a implantação da República.

Já o próximo texto parte do pressuposto de que, para a implantação do regime republicano ou, em outras palavras, para militar em um partido que almeja tal feito, tem-se primeiro que saber "o que é republica", pois, segundo o artigo, "não há entre vós [republicanos] um que conheça os deveres do republicano!". Nesse caso, a crítica do jornal cabe não só ao saber "teórico" dos republicanos em relação ao regime que almejavam construir, mas também se os republicanos de Franca vivenciavam uma experiência de República que tornasse possível direcionar suas atitudes como partido organizado:

> Nunca acreditamos na existência do partido republicano n'esta cidade; mas se ingenuamente houvéssemos acreditado, hoje estaríamos convencidos de que tal partido não existe.
>
> O que existe é um grupo insignificante de indivíduos, que, por despeito, por economia ou por qualquer motivo indecoroso, se dizem republicanos.
>
> *Se fossem como os de Franca todos os republicanos brazileiros, daqui a cinco mil annos a Republica seria a forma de governo do Brazil* [...].
>
> *Não há entre vós um que saiba o que é republica; não há entre vós um que conheça os deveres do republicano!*
>
> Não continueis, portanto, a comprometter uma idéia elevada e grandiosa, declarai-vos francamente conservadores, pois cascudos sois. (ibidem – grifo nosso)

Nesse ponto é interessante analisar como questões de âmbito local atingiram maior amplitude, passando a envolver os grandes

chefes políticos provinciais. No artigo referido, o articulista, chefe do Partido Liberal de Franca, Francisco Barbosa Lima, ao criticar a postura do republicano Francisco Lucas Brigagão, sentenciava: "Defende seus amigos se é capaz sr. Martinho Prado Junior!".

Em 28 de junho de 1882, na coluna "Secção livre" de *A Província de São Paulo,* Martinho Prado Júnior (um dos chefes republicanos do nono distrito eleitoral da província de São Paulo) saía em defesa do republicano de Franca:

> Sem nos envolvermos na luta pessoal que ora assoberba os ânimos na cidade da Franca: sem ressentimentos pessoaes ou outro qualquer móvel que nos arredem da mais perfeita imparcialidade, precisamos, comtudo, de contrariar algumas increpações que hão sido atiradas aos nossos correligionários e amigos d'aquella localidade, pelo sr. Francisco Barbosa Lima.
>
> [...]
>
> S.s os censuras por andarem, aredados dos liberaes, e, no entanto, é o primeiro a censurar os seus correligionários, dizendo que não são liberaes que não pugnam por princípios, chegando a confessar, ainda há poucos dias, que se fosse eleitor no 4° districto moveria guerra aberta ao sr. Paula Souza, por ter feito parte de um governo que nada symbolisa.
>
> Si são assim os liberaes, como s.s o diz com inteira e franca responsabilidade, como quer que os republicanos prestem seu apoio a taes homens e governo?
>
> S.s chama de republicanos sinceros os de outras províncias que apóiam o governo, e, apesar de liberal, estigmatisa-o dizendo que está sacrificando o partido, nada representa perante os princípios.

Martinho Prado Júnior, para justificar o distanciamento político entre liberais e republicanos no município, e seu consequente apoio aos conservadores, utiliza-se dos mesmos argumentos de Francisco Barbosa Lima. Nesse sentido, Martinho Prado argumenta que, à medida que o governo liberal torna-se incoerente com

o programa do partido (como veremos adiante, a incoerência do Partido Liberal na província vai fazer com que os liberais de Franca se abstenham das eleições municipais) e recebe críticas do mesmo Barbosa Lima, como os republicanos prestariam apoio "a taes homens de governo"?

É interessante ressaltar que essa quebra de convicções que fez parte do cotidiano dos partidos monárquicos está no contexto de crise do Brasil-Império.

Durante a consolidação do Império brasileiro, além da origem social, já que ambos os partidos estavam vinculados à grande propriedade, outros fatores foram responsáveis pela homogeneidade da elite imperial: ensino superior, ocupação (principalmente no emprego público) e "proteção familiar". Esses fatores restringiam o acesso aos cargos políticos somente àqueles indivíduos que pertenciam "ao clube": dos 256 cargos políticos ocupados nos 67 anos de Império – 235 senadores, 219 ministros e 72 conselheiros –, passaram apenas 342 indivíduos (Carvalho, 1980, p.127).

Contudo, essa "unidade de convicções" que propiciou a longa duração do Império chegava ao fim e com ela o consenso intraelite. Daí o porquê das críticas do liberal francano Francisco Barbosa Lima à atuação do próprio partido na província de São Paulo.

Fatores de ordem política, na maioria das vezes, explicam a aproximação entre republicanos e conservadores.[12] Essa aproximação resultava em um apoio mútuo entre ambos os partidos nas pugnas eleitorais, como destaca Célio Debes (1975, p.86):

---

12 Zimmermann (1986, p.53) aponta duas razões que podem explicar o distanciamento de republicanos e liberais: a primeira é que, entre 1878 e 1887, o Partido Liberal era governo, e, por isso, o PRP sempre evitou fazer alianças com o governo, o que poderia comprometer "os princípios republicanos" que tinham como cerne o federalismo e o combate ao governo centralizador do Império. A segunda razão "é que uma aproximação entre ambos poderia fazer com que o programa republicano fosse identificado com o liberal, visto a proximidade de propostas, e com isso o partido republicano corria o risco de nulificar-se [...]", além do que "as simpatias entre republicanos e conservadores poderiam trazer benefícios eleitorais (como de fato ocorreu) sem o risco de identificação de programas".

Os ajustes entre eleitores de facções diversas objetivando a troca de votos, favorecendo os candidatos com maiores probabilidades de êxito em paróquias diversas. Onde o candidato de um dos partidos fosse o preferido de eleitorado, receberia os votos de seu adversário, melhor colocado em outra localidade, dando-lhe em troca, através dos eleitores de seu Partido nesta paróquia, apoio idêntico. Era, na verdade, um intercâmbio de votos em que se beneficiavam as preeminências dos grupos em disputa, com o alijamento de seus companheiros de chapa despidos de expressão eleitoral. A prática era generalizada e o tráfico de votos ocorria entre republicanos e monarquistas e, igualmente, entre liberais e conservadores.

"O tráfico de votos" descrito por Debes entre monarquistas e republicanos nos vários distritos eleitorais da província também era uma prática comum no município de Franca:

O candidato menos votado na eleição de 1° de dezembro n'esta freguezia foi, o dr. Martinho Prado Junior.

O ilustre republicano teve apenas 3 votos.

Deve, porem, orgulhar-se desse três votos que lhe foram dado com toda a espontaneidade, com a convicção que só sabe inspirar a verdadeira democracia.

O candidato republicano não implorou votos e limitou-se a dirigir a sua brilhante circular aos eleitores seus correligionários.

E estes perseguidos pelos saltimbancos da monarchia difficilmente resistiram aos guisos e as lantejoilas imperialistas.

Três cidadãos honestos, republicanos sinceros e rígidos ficaram firmes perante os pinches dos arlequins.

Os outros, o próprio presidente do Club Republicano lá se misturam com a turba dos servos da monarquia. (*O Nono Districto*, 6.12.1884, p.1-2 – grifo nosso)

Esse artigo denota, além das alianças políticas no período eleitoral, a instabilidade do Partido Republicano de Franca em um período importante do PRP na província de São Paulo, que con-

sistia nas disputas eleitorais, em que o partido teria a oportunidade de medir forças com os partidos monárquicos, visando, na maioria das vezes, não apenas à vitória nos pleitos eleitorais, mas também à "popularidade" no interior da província, visto que se poderia avaliar a dimensão da propaganda republicana, que era feita por meio de manifestos, comícios, *meetings*, enfim por intermédio do proselitismo do partido.

Zimmermann (1986, p.44) explica o papel das eleições para o PRP:

> [...] significativo o papel das eleições para se entender a estratégia do PRP, porque este entendia que na ocupação de cargos eletivos estava a forma de se atingir os objetivos desejados por ele, ou seja, pretendia realizar as reformas necessárias através de mudanças nas leis.
>
> Isso demonstra, mais uma vez, a postura republicana em realizar suas propostas sem a radicalização, mantendo a ordem e a moderação.

Zimmermann (1986, p.54) ainda destaca que a atuação dos republicanos paulistas no Legislativo foi marcada por discussões de duas temáticas: a econômica refletia a "preocupação em agilizar a produção do setor mais rico da economia paulista" que era a produção cafeeira, e a política apresentava o sentido "de colocar a província como agente direto organizador de sua administração e não dependente do governo central".

Em artigo publicado no jornal *A Província de São Paulo* (14.1.1882 – grifo nosso), podemos perceber os ajustes eleitorais que envolviam conservadores, liberais e republicanos, agora no nono distrito eleitoral da província de São Paulo:

> Vamos ao 9 Distrito.
>
> No 1 escrutínio tiveram o dr. Antônio Cintra 699 votos e o dr. Brasílio 534, no segundo aquele 750 e este 679, isto é, o sr. Cintra mais 51 e o senhor Brasílio mais 145 votos.

Cumpre ainda notar que o sr. Dr. Martinho Prado, nesse escrutínio, teve alguma votação conservadora, por afeição, sendo esses votos acrescidos ao dr. Cintra no segundo.

Como pois se tem o desembaraço de escrever que o sr. Cintra teve no segundo escrutínio 150 votos republicanos (interrogação).

Donde saíram os 145 que teve o sr. Brasílio no segundo escrutínio, além da votação obtida no primeiro (interrogação).

Quem ignora que o senhor Brasílio teve cerca de 40 votos republicanos em S. João da Boa Vista, 21 em Casa Branca, 22 no Sapecado, assim como muitos em Santa Rita, Franca, Cajuru, e outros pontos, votos dados ostensivamente (interrogação).

Os algarismos provam, portanto, à sociedade, que poucos votos republicanos, e só de afeição, teve o sr. Cintra, que, cumpre lembrar, obteve no 1º escrutínio 165 votos mais que o sr. Brasílio.

A respeito da eleição provincial, é notório no nono distrito, que os liberais deram sua votação principalmente ao sr. Bourroul e também ao sr. Prado Júnior, com o propósito de prejudicar ao ilustre sr. Dr. Pereira da Cunha, cuja não eleição resultou desse fato e de ser a votação conservadora, do lado do sul, mais concentrada, mais concentrada no Dr. Antonio Correa, ali residente e mais relacionado.

No interior da política francana, os acordos eleitorais também eram comuns como se depreende do artigo apresentado a seguir:

Qualifica o senhor Brigagão de intolerante em política!...

É uma heresia que não perdoaremos jamais S.S.

Intolerante nós, que ainda por ocasião da eleição da actual Câmara Municipal o (procuramos?) e incluímos na chapa liberal?!...

E S.S. sabe que se não foi eleito deve-o a não se conhecer bem, a ter interpretado mal o nosso sincero e leal procedimento. Suppoz que precisávamos dos votos de seus parciaes, empavezou-se, suppoz-se indispensável e começou por deitar importância. Depois disto, veio uma outra circunstancia que concorreu para alterarmos o nosso plano. *O Sr. Brigagão e os seus co-religionarios declarando não votarem nos demais candidatos da chapa liberal sonharam uma*

> *liga com conservadores e pretenderam fazer descer o presidente da Republica francana, à cadeira de presidente da Câmara municipal.*
>
> Assim obrigou-nos a excluil-o da chapa a ultima hora, deixando reduzido aos 20 votos que pode obter. [...] Intolerante nós, que ainda na última eleição para deputados provinciaes, ao passo que seus parciaes estavam votando no candidato conservador, auxiliávamos lealmente a eleição do seu candidato republicano?![...]
>
> Intolerante nós que sem podermos obter um só voto republicano para o candidato liberal, quer no primeiro, quer no segundo escrutínio, conseguimos votos liberaes não só para o republicano, como para o candidato ultramontano? (*O Nono Districto*, 24.6.1882, p.2 – grifo nosso)

Por meio desse artigo, pode-se apreender como eram construídas as alianças políticas que envolviam os republicanos no município de Franca. Os republicanos procuravam construir alianças com os partidos com o intuito de alcançar participação na vida política do município. No caso do referido artigo, o republicano Francisco Lucas Brigagão procurou, num primeiro momento, ser incluído na chapa liberal com o fim de eleger-se vereador com os votos dessa chapa. Na medida em que foi excluído da chapa liberal por divergências entre seus correligionários e os liberais, procurou uma aproximação com os conservadores, visto que seu eleitorado republicano não tinha força política suficiente para lhe garantir a vitória nas urnas.

Esse episódio que marcou a política local já havia sido presenciado nas eleições para deputados provinciais em São Paulo. Segundo Debes (1975, p.83), nas eleições de 1876, "o Partido Liberal dando curso a uma prática por ele instituída, procedera à eleição prévia para escolha de seus candidatos", entre os quais figurava Américo Brasiliense, chefe do Partido Republicano Paulista. Apesar de ser incluído na chapa do Partido Liberal, Brasiliense manteve-se fiel aos seus princípios: "nas questões políticas estarei onde o programa do meu partido me indicar que esteja discutindo e votando. Em todas as outras questões me colocarei ao lado daqueles que se interessarem nobremente pelo progresso de nossa terra" (ibidem).

Boehrer ([195-?], p.68) também demonstra que, no Rio de Janeiro, essa prática era comum: em 1884, os republicanos chegaram a ter cinco representantes na Assembleia Provincial, o que poderia demonstrar a força e o crescimento do partido no Rio de Janeiro, "se os membros da Assembleia [não fossem] republicanos apenas no nome, [pois] na verdade haviam concorrido na chapa liberal".

Em artigo de 20 de setembro de 1884, *O Nono Districto* criticava a imparcialidade e a incoerência política da câmara municipal de Franca, composta por conservadores e pelo republicano Francisco Lucas Brigagão. No entanto, o artigo também demonstra a "incoherencia suprema" do republicano, colocando-se contrário às votações do PRP na Assembleia Provincial.

> Quem analysar o procedimento da câmara sob a mais rigoroza imparcialidade conver-se-há de que essa corporação não pratica o acto mais comezinho sem uma causa política e um fim igualmente político.
>
> Manifestação aos deputados paulistas que votaram contra o projeto Dantas (projeto liberal); representação contra o juiz municipal (liberal); representação contra o imposto de 3$00 sobre os escravos da lavoura (lei que obteve felicitações de toda a imprensa e da Sociedade central de Imigração); representação contra o collector e o agente do correio (liberaes) por ter mudado suas repartições do edifício do Fórum para as casas de suas residências; representação contra tudo que não é essencialmente conservador e escravocrata.
>
> *Entretanto – incoherencia suprema! – um dos vereadores é republicano e acompanha sem restrições os seus companheiros, esquecendo-se ou ignorando que o imposto de 3$ sobre os escravos da lavoura é uma lei cujo projecto foi apresentado pela bancada republicana e votado por todos os deputados republicanos; esquece-se e ignora que os republicanos da corte votarão em dezembro, no 2° escrutínio nos candidatos que apoiarem os projecto Dantas e que os republicanos paulistas farão o mesmo, se n'elles pulsarem corações de escravocratas.* (*O Nono Districto*, 20.9.1884, p.1 – grifo nosso)

Além das alianças político-eleitorais que envolviam os partidos políticos em âmbito provincial e municipal, é possível avaliar as relações que os republicanos do PRP estabeleceram ou tentaram estabelecer com a elite política e dirigente de Franca. O debate travado entre o republicano Martinho Prado Júnior e o chefe do Partido Liberal local, Francisco Barbosa Lima, que envolvia o traçado da Mogiana, corrobora nossa análise, além de direcionar de maneira implícita as experiências de República no município de Franca.

Apesar de esse debate já ter merecido seu devido espaço pela historiografia local, o intuito aqui é discutir como suas consequências redefiniram não apenas a relação política entre a elite política e dirigente de Franca e os republicanos provinciais em um determinado momento que, acima de tudo, envolvia os interesses da municipalidade, mas também a própria experiência de República em Franca.

Segundo Rogério Naques Faleiros (2002, p.51), a partir do momento em que foram concretizadas as garantias de juro paulista e mineira,

> [...] o traçado mais provável (da Mogiana) iniciando-se as obras por Casa Branca seria o que os cronistas da época chamavam de "caminho natural da Mogiana": São Simão, Cajuru, Matto Grosso dos Batatais (Altinópolis), Batatais e Franca, atravessando o Rio Grande no Porto da Espinha ou Ponte Alta, ambos nas proximidades de Santa Rita do Paraizo (atual Igarapava), seguindo rumo a Uberaba, ponto de destino em contrato. Ainda, segundo este "caminho", Ribeirão Preto seria um sub-ramal que se ligaria à linha tronco através de São Simão.

Faleiros (2002, p.47) assevera a existência do que ele denominou de *provincial marketing*, no qual as províncias de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Pará apresentavam suas "benesses naturais e as possibilidades comerciais" para atrair a ferrovia:

> Patrocínio. Município de máxima importância, offerecerá a Mogyana grandes lucros como importador e exportador. Ricas pas-

tagens e férteis e extensas matas provam que a sua industria pastoril e agrícola será sólida e perene garantia da Mogyana pelo Jaguará [...]. (*O Nono Districto*, 26.1.1884, p.2)

Portanto, o que estava em jogo era a "acirrada disputa entre municípios". Essa disputa, no entanto, ficava mais intensa, já que a "lógica que presidia a definição dos traçados de uma ferrovia ligava-se a vários aspectos políticos e econômicos" (Tosi & Faleiros, 2000, p.117).

Dessa forma, a partir de 1882, Martinho Prado Júnior lança, no jornal *A Província de São Paulo*, uma série de artigos defendendo a mudança do traçado da ferrovia que, segundo o próprio, "deveria sair de Casa Branca, passando por São Simão e Ribeirão Preto, tendo Uberaba como destino, sendo o Porto de São Fidélis o ponto de travessia do Rio Grande, deixando cidades como Batatais, Franca e Sacramento muito à direita da linha tronco" (Faleiros, 2002, p.52).

Curioso é que, segundo Faleiros (2002, p.52), a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, na segunda metade de 1882, "decidiu tornar aquilo que seria um sub-ramal no mais novo prolongamento da linha principal [confirmando] a vitória das potencialidades de Ribeirão Preto sobre as de outros municípios – tendo Martinico Prado como principal porta-voz".

No entanto, só depois que a Mogiana confirma a passagem por Ribeirão Preto,[13] Martinho Prado volta atrás e defende que os trilhos da "linha férrea [deveriam] tocar em Franca por toda forma":

13 Ainda segundo Tosi & Faleiros (2000, p.118), o que interessava a Martinho Prado Júnior era a passagem dos trilhos da Mogiana pelo município de Ribeirão Preto, no qual, desde o fim da década de 1870, já havia mandado realizar estudos que comprovaram as potencialidades da região como grande produtora de café. Logo depois de efetuada a pesquisa, Martinho Prado adquiriu sua primeira fazenda em Ribeirão Preto ("Albertina") e, em 1885, comprou uma fazenda ainda maior, "Guatapará". Dessa forma, "a ferrovia traria uma dinâmica muito mais intensa, transformaria o caráter da produção e caracterizaria de uma forma totalmente nova a vida no nordeste paulista".

> Sendo a alliança dos interesses commerciaes e administrativos a será preocupação da lei que autorisou o prolongamento da Mogyana, deve o seu traçado ser o seguinte:
>
> *Sahindo do Ribeirão Preto, atravessa o Rio Pardo nas proximiudades do Porto do Venâncio, e prosseguindo d'ahi, deixando Batataes à direita, ir a Franca...* Esta direcção, embora atravesse regiões que não se prestam a cultura do café, serve para a grande importação de sal, e daria sahida fácil a produção de toucinho, queijo e gado que cria-se n'essa região em grande escala. A direcção mais recta, de terrenos mais planos, e servindo núcleos de população maior, de R. Preto a Franca, é deixando Batataes à direita. *Convém, porém, a linha férrea tocar na Franca por toda forma* [...]
>
> Da Franca deve procurar o Rio Grande à esquerda, aproveytando este traçado o Carmo e Santa Rita (Ituverava e Igarapava) collocando todo o commercio do triangulo mineiro a maior proximidade dos mercados. O seu ponto de passagem no Rio Grande será no Anhanguera (Espinha) ou outro qualquer, mais conveniente. Fora d'este traçado, por nós observado, e attendendo as mais minuciosas informações não conhecemos outro que melhor possa conciliar os interesses da companhia com o publico. (*O Novo Districto*, 17.12.1882, p.1, destaque do autor)

Nesse debate que envolve os interesses de Franca, o periódico *O Nono Districto*, por intermédio de seus redatores e colaboradores, imprimiu uma defesa eficiente, conclamando a passagem dos trilhos para o município ao mesmo tempo que criticava a postura tomada por Martinho Prado Júnior, tanto nos quatro primeiros artigos publicados no jornal *A Província de São Paulo*, em que não se defendia a passagem dos trilhos para Franca, quanto no quinto e sexto artigos, em que o político republicano, por meio de sua "contradição mais flagrante", passa a defender a passagem.

O jornal *O Nono Districto* lançou uma série de artigos que defendia a passagem dos trilhos para o município, ao mesmo tempo que criticava a postura tomada por Martinho Prado Júnior, a saber: 30.7.1882, 6.8.1882, 5.11.1882, 12.11.1882,

19.11.1882,26.11.1882, 3.12.1882, 10.12.1882, 17.12.1882, 24.12.1882 e 31.12.1882. Contudo, de acordo com a proposta inicial deste capítulo, os dois artigos apresentados a seguir apontam claramente como foram as relações da elite dirigente francana com o republicano Martinho Prado Júnior.

> O Sr. Martinho Prado Junior antes de ser eleito, isto é em 7 de novembro de 1881, dirigiu-nos uma carta onde se encontra o seguinte:
>
> "Pelo resultado que vae apparecendo da eleição provincial me parece que serás eleito em primeiro escrutínio.
>
> Agora desejo saber o seguinte: se entrares em 1° escrutínio, podes dar-me ahi na Franca alguma votação?
>
> Nenhum outro candidato pode auxiliar-te em qualquer serviço a essas localidades, como eu; conheço as localidades, quero firmar influencia no centro, por isso envidarei todo o esforço de que poder dispor na Assembléia em prol dos interesses d'essa zona".
>
> Mais tarde S.S dirigiu-nos outra carta, onde se lê o seguinte:
>
> "A futura Assembléia provincial, se eu for eleito, vai constar de 15 conservadores, 16 liberaes e 5 republicanos.
>
> Aos republicanos vai caber as decisões de todas as questões, não se podendo decidir nada sem o seu concurso.
>
> Elles far-se-hão valer o mais que for possível, e tanto mais que vão para lá três superiores aos outros partidos, que são Rangel Pestana, Prudente e Campos Salles.
>
> Agora os que dizem que os republicanos nada valem, saberão se elles podem ou não derribar projectos, atrapalhar qualquer pretensão.
>
> Manda-me dizer se podes ou não dar-me ahi algum apoio, certo de que os negócios da Franca hão de ser discutidos e votados na Assembléia pelos republicanos, conforme atitude do seu eleitorado liberal, em relação a mim, candidato republicano". (*O Nono Districto*, 6.8.1882, p.2)

Nesse artigo, além das já conhecidas alianças eleitorais que, nesse caso, envolveram os liberais locais e os republicanos, Marti-

nho Prado Júnior afirma, como candidato a uma vaga de deputado provincial pelo nono distrito eleitoral da província de São Paulo, que "os negócios da Franca hão de ser discutidos e votados na Assembléia pelos republicanos".

Dessa forma, em troca de apoio político que, nesse caso, viria dos liberais liderados por Francisco Barbosa Lima, o candidato republicano asseverava seu comprometimento com "os negócios da Franca"; isso ocorreu em 1881, portanto antes da definição do traçado da Mogiana.

No final, o artigo critica a "quebra" da promessa feita por Martinho Prado, alegando que seu interesse momentâneo foi almejar a vitória nas urnas:

> Pois bem: o Sr. Martinho Prado teve o apoio que pedia, não por causa das ameaças que nos mandava, mas em conseqüência das promessas que nos fazia de auxiliarmos na Assembléia. [...] Este procedimento do ilustre chefe ainda serve para demonstrar a sinceridade dos taes republicanos paulistas.
> Sirva ao menos de lição para guiar no futuro os eleitores liberaes.
> O Sr. Martinho Prado, negando-nos o seu concurso na Assembleia, como promettera, teve em vista um fim político.
> Temos, pois, demonstrado que não somos contradictorio, ao mesmo passo que podíamos citar muitos factos para provar a incoherencia da *republica paulista*. Não o faremos porque eles estão no domínio publico. (ibidem)

Quando Martinho Prado, a partir do quinto artigo da série, advoga que "convém, porém, a linha férrea tocar em Franca por toda forma", segundo a historiografia local, o político republicano estava interessado em vencer as eleições de 1884 para deputado geral pelo nono distrito. Diante disso, Martinho Prado esperava obter a sua segunda vitória, agora em âmbito eleitoral, já que a primeira o republicano já havia conseguido como porta-voz dos interesses de Ribeirão Preto na mudança do traçado da Mogiana.

Segundo Faleiros (2002, p.54),

> [...] este distrito [Nono Distrito] correspondia ao nordeste paulista, justamente a área preterida pela Mogiana ao decidir-se por Ribeirão Preto, e Martinico – um dos candidatos – tentava desesperadamente, a despeito dos outros artigos da série, defender um outro caminho para o prolongamento passando por Franca, a maior Freguesia desta região.

Portanto, ao advogar a passagem dos trilhos pelo município de Franca, Martinho Prado Júnior, além de tentar uma vaga na Assembleia Geral pelo nono distrito, estava repetindo uma estratégia política que ele havia efetuado três anos antes para o mesmo fim, que havia resultado em vitória eleitoral.

Essa estratégia utilizada pelo eminente republicano paulista foi duramente criticada pelos redatores e colaboradores de *O Nono Districto* (5.11.1882, p.3):

> Em que pese aos inimigos da Franca, breve teremos aqui a via-férrea.
>
> [...]
>
> Devem estar satisfeitos aquelles que propugnaram pela idéia, porque coroados vão ser os seus exforços.
>
> Gaspar da Silva, César Ribeiro, Barbosa Lima e Gomes da Silva são deste número: advogaram com calor o prolongamento da linha, a despeito mesmo dos sarcasmos de pessimistas como o Dr. Martinho Prado Junior, que qualificava de disparatada similhante aspiração.
>
> Infenso ao traçado, fazia-lhe guerra sem tréguas nem mysterio.
>
> Entretanto passa a lei garantindo juros a companhia, e certo de que a Franca não será prejudicada, é o primeiro a vir à imprensa, mostrando-se interessadíssimo pelo commettimento da companhia.
>
> É o caso de dizer-se: quem não o conhece que o compre.
>
> Quer passar aos olhos dos francanos como um dos advogado do traçado; eles, porém, é que dispensam tão officioso bemfeitor.
>
> Não estão na memória de todos os seus escriptos e as suas palavras até em conferencias publicas?

> O Sr. Martinico forma um péssimo juízo dos francanos.
>
> Acostumados a tratar com os seus correligionários d'aqui, que, salvas poucas e honrosas excepções, não vêem dous dêdos diante do nariz, pensa que todos são beocios.
>
> Engano: nem todos os francanos comem corujas, nem todos acceitam a rançosa pomada que quer impingir-lhes.
>
> [...]
>
> Pode, portanto, o futuro candidato ir a outra freguezia vender sua pomada, por quanto, se aqui tivermos, como havemos de ter, a estrada de ferro, não lhe devemos por isso a menor gratidão: foi advogado contrario.

As críticas efetuadas pelo jornal *O Nono Districto*, somadas à "contradição" de Martinho Prado Júnior em relação ao traçado da Mogiana – já que o político republicano só passou a defender os trilhos para o município de Franca quando a Companhia Mogiana havia garantido que a ferrovia chegaria a Ribeirão Preto, e no momento em que se aproximava o pleito eleitoral –, foram extremamente prejudiciais a Martinho Prado nas eleições de deputado geral para o nono distrito.

Na comarca de Franca, Martinho Prado Júnior ficou em último lugar, com apenas 27 votos, e, em Franca, obteve apenas três votos. A pouca expressividade no pleito eleitoral, principalmente no município de Franca, pode ser considerada quando se questiona como se direcionavam a propaganda republicana no município e as próprias experiências de República.

Nesse caso especificamente, prevaleceu o interesse do município em detrimento de qualquer "ideal" de República ou mesmo do projeto político implementado pelo PRP que pudesse estar vinculado à vitória do candidato republicano, pois a vitória eleitoral para os republicanos paulistas significava uma oportunidade de atuação dentro da Assembleia Provincial que lhes facultava possibilidades mais claras de ação política, incluindo a busca do regime republicano.

Elite dirigente de Franca e a República

Para a compreensão do desenvolvimento do republicanismo e da sua relação com os partidos monárquicos, faz-se necessário caracterizar a vida política local na última década do Império, identificando o tipo de "terreno" em que crescia a propaganda republicana em Franca e as experiências de República suscitadas por meio dos embates políticos dos grupos constituídos no interior do poder local, em um momento de crise das instituições monárquicas. Além disso, será traçado o perfil político dos vereadores francanos nesse período de crise das instituições imperiais, com o intuito de tentarmos aparar algumas arestas deixadas pela historiografia local.

Antes de entrarmos diretamente ao assunto, cabe-nos explicar algumas questões. A primeira delas consiste nos métodos utilizados para alcançar o perfil socioeconômico dos vereadores. Para tal tarefa, baseamo-nos em dois tipos de informação: as atas da Câmara Municipal de Franca e os inventários dos respectivos vereadores.

As atas da Câmara Municipal serviram de referencial para que pudéssemos chegar às conclusões acerca da ocupação dos vereadores, visto que, no dia da apuração dos votos dos cidadãos que concorriam no pleito eleitoral, além da quantidade dos votos, divulgava-se, na sua grande maioria, a ocupação ou profissão dos vereadores naquele momento.

Com essas informações preliminares em mãos, consultamos os inventários, cruzamos as informações e chegamos aos resultados já mencionados. É importante destacar que parte significativa das informações contidas nas atas da Câmara corroborava aquilo que constava nos inventários.

Com relação à filiação partidária, utilizamos os dados das atas de qualificação eleitoral e informações fornecidas pelo jornal *O Nono Districto*, cruzamos com os dados apresentados por Egle Roberto Menezes de Melo (1995) e percebemos que todos os dados estavam corretos, com exceção de Antonio de Andrade Lobo Bastos, que, na lista de Melo, aparece como conservador e na nossa como liberal.

Quadro 3 – Filiação partidária e distribuição ocupacional dos vereadores francanos

Nome	Legislatura	Partido	Profissão
Frederico N. Moura	1880-1882	Liberal	Advogado
Antonio S. Barbosa	1880-1882	Liberal	Agricultor
Antonio Jacob Ferreira	1880-1882	Liberal	Agricultor
Vigilato de Paula Marques	1880-1882	Liberal	Negociante e agricultor
Joaquim G. Andrade	1880-1882	Liberal	Agricultor
Joaquim A. Nascimento	1880-1882	Liberal	Agricultor e negociante
João Evangelista Fonseca	1880-1882	Liberal	–
José Gomes de Faria Gaia	1880-1882	Liberal	Negociante
Vicente Nunes Ferreira	1880-1882	Liberal	Agricultor

Fonte: Adaptado de Melo (1995, p.70-1). Inventários do 1º e 2º ofícios de Franca e atas da Câmara Municipal de Franca.

De acordo com o Quadro 3, no início da década de 1880, os liberais tiveram o pleno domínio da política, conseguindo unanimidade na Câmara apesar da sua inferioridade numérica em relação aos conservadores. O crescimento do Partido Liberal coincidiu com a inauguração da primeira loja maçônica, "Amor e Segredo", instalada na cidade e dirigida pelo venerável e um dos chefes do Partido Liberal, Antônio Barbosa Lima. Segundo Tavares (2007, p.84), a grande maioria de seus integrantes pertencia ou estava ligada ao Partido Liberal: Francisco Barbosa Lima, Ignácio Barbosa Lima, Francisco Garcia Duarte, Joaquim Galdino Gomes da Silva, Antonio de Andrade Lobo Bastos, Antônio Sebastião Barbosa, Norberto Fragoso, Francisco Martins Ferreira Costa, Antonio Canuto de Azevedo e Antonio Vicente Monteiro. Nessa lista, a única exceção era a presença do republicano Francisco Lucas Brigagão. Também é importante ressaltar que os liberais francanos tiveram seu representante no quadro de deputados provinciais, o que atesta a importância do partido no nono distrito eleitoral[14] e particularmente

14 Segundo Naldi (1992, p.63), "constituíam o antigo Nono Districto eleitoral de São Paulo os seguintes colégios eleitorais: Casa Branca, São Simão, Ribeirão Preto, Batataes, Franca, Carmo (Ituverava), Santa Rita do Paraíso (Igarapava), Patrocínio do Sapucaí, Espírito Santo de Batataes, Mato Grosso de Batataes,

no município de Franca; em fevereiro de 1882, Francisco Barbosa Lima tomava posse de sua cadeira da Câmara provincial (*O Nono Districto*, 15.2.1882, p.3).

No início da década de 1880, o domínio dos liberais na política local suscitou uma reformulação dos quadros dirigentes do Partido Conservador, que ficou a cargo de Estevão Leão Bourroul:

> A primeira condição para organização do partido conservador francano, é uma assembleia geral do eleitorado da comarca a qual compareçam os partidários residentes na cidade e nas diversas paróquias dos dois municípios.
>
> As resoluções que se tomarem só terão valor indiscutível autoridade incontestada, se forem tomadas por todo eleitorado reunido [...].
>
> Tratando-se da eleição de um diretório central, que assuma a chefia do partido, compreende-se que todo e qualquer eleitor deve ser ouvido.
>
> O diretório central composto por maioria absoluta de votos e escrutínio secreto, compor-se-á de tantos membros quanto julgar conveniente o eleitorado.
>
> Constituído o diretório, estará *ipso fato* constituída a chefia do partido [...]. O chefe do partido, neste caso, não será nem este, nem aquele cidadão. Será o diretório central e permanente. (apud Melo, 1995, p.60)

Ao contrário do que Melo (1995) assevera, a reformulação do Partido Conservador de Franca idealizada por Bourroul guarda algumas especificidades que o distanciam do que até então era a regra dos partidos monárquicos: "estruturados em chefes vitalícios" que comandavam os partidos de cima para baixo, centralizando decisões e os meios de ação política.

Cuscuzeiro, Sant'Anna dos Olhos d'Agua, Cajurú, São José do Rio Pardo, Mococa, Caconde, Santo Antonio da Rifaina, Sapecado, Espírito Santo do Pinhal, São João da Boa Vista".

Estevão Leão Bourroul procurou, por intermédio de um diretório central, abranger todo o "eleitorado da comarca", que, por sua vez, teria a responsabilidade de eleger, via sufrágio eleitoral "secreto", a composição do mesmo diretório. Nesse sentido, Bourroul procurou imprimir um conjunto de regras para aqueles que almejassem participar do diretório central do Partido Conservador, de modo a visar tanto à homogeneidade quanto à coesão de ideias, contemplar "os nomes dos que por suas relações pessoais, serviços e inteligência são uma garantia para a ordem e disciplina do partido conservador francano" (apud Melo, 1995, p.60) e qualificar e selecionar as pessoas que, porventura, quisessem fazer parte do diretório central do partido.

Apesar de propugnar pela mudança da estrutura partidária, Bourroul procurou conservar os princípios do partido ao defender a união entre Igreja e Estado, reprimindo energicamente a "propaganda abolicionista, como essencialmente revolucionária" (apud Melo, 1995, p.61). Melo (1995, p.62) complementa sua argumentação asseverando que, na organização partidária proposta, Bourroul empenhou-se "na defesa dos interesses das classes proprietárias", as quais "encontraram em Bourroul o intelectual capaz de formular respostas aos problemas colocados pelas mudanças no fim do Império".

No entanto, essa constatação formulada por Melo (1995) de que Bourroul agia "na defesa dos interesses das classes proprietárias" provém do trabalho de Mildred Gonçalves Naldi (1992, p.18-9):

> No caso de Franca, procuramos analisar detidamente a participação de um Coronel "in loco"; visto que essa participação tornou-se muito significativa, na medida em que a "reciprocidade de interesses e favores" passa a ser mais visível através da atuação do Coronel José Garcia Duarte, o Barão da Franca, na vida política local, como vereador, Presidente da Câmara, Delegado de Policia e outras atribuições de caráter político-administrativo.
>
> No entanto, pelo fato de não ter tido "grau de escolaridade" que pudesse habilitá-lo devidamente a funções político-adminis-

> trativas, usou de seu porta-voz, como intelectual orgânico, o Dr. Estevão Leão Bourroul.
>
> A atividade do intelectual orgânico corresponde a sua ação entre intelectuais como categoria orgânica de cada grupo. O que importa considerar no papel do intelectual orgânico é sobretudo sua função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa e intelectual. Observemos, no desenrolar de nossas considerações, que, se o Coronel usou o intelectual para se projetar em nível local e se contactar em nível provincial com outras lideranças, Bacharel também dele se beneficia.

O intuito não é descaracterizar a análise empreendida por Naldi. No entanto, a relação do coronel José Garcia Duarte com o bacharel Estevão Leão Bourroul nem sempre foi de reciprocidade ou de apoio mútuo no campo da política. Isso porque Bourroul tentava, em 1883, a reeleição como deputado provincial pelo nono distrito eleitoral. Na "Secção livre" do jornal *O Nono Districto*, é divulgado um abaixo-assinado dos eleitores francanos que prestaram apoio ao candidato da União Conservadora Antônio Luiz Pereira da Cunha, residente no município de Casa Branca. Como consta no abaixo-assinado, a primeira assinatura era do coronel José Garcia Duarte.

> Nos abaixo assinado, eleitores d'esta comarca, apresentamos como nosso legitimo candidato por este Districto à Assembléia Provincial, nas próximas eleições, o Doutor Antonio Luiz Pereira da Cunha, a quem protestamos nosso apoio e coadjuvação:
>
> *1. Tenente Coronel José Garcia Duarte.* (*O Nono Districto*, 1º.7.1883, p.3 – grifo nosso)

Em 22 de julho de 1883, o jornal *O Nono Districto* (p.3) ironizava a candidatura de Bourroul e reforçava o apoio dos chefes conservadores locais ao candidato Antônio Luiz Pereira da Cunha:

> [...] Segundo se depreende nas adesões ao candidatura do Sr. Pereira da Cunha, só uma fracção insignificantissima do partido

> conservador da Franca (fracção que obedece ao ódio pessoal de um individuo) pode apoiar a candidatura illegítima e barlesca do sr. Bourroul.
>
> Os chefes, os homens de prestigio como o Tenente-Coronel Garcia Duarte e o sr. Miguel Gomes de Oliveira, sustentam, como devem, a candidatura do sr. Pereira da Cunha, que, na ultima eleição, o sr. Bourroul, servindo de instrumento do partido liberal, derrotou.
>
> Quanto ao apoio liberal que o sr. Bourroul conta em diversos municípios, diremos que pessoa fidedignas nos hão informado de que o *católico municipalista (?)* nem um voto alcançara em Casa Branca, S. Simão e Ribeirão Preto. Pois o partido liberal não tem candidato digno?

Ao que parece, o apoio dado pelos conservadores francanos ao candidato da União Conservadora Antônio Luiz Pereira da Cunha foi fundamental para sua vitória na comarca de Franca. No caso de Bourroul, o resultado foi totalmente o inverso, pois a falta de apoio político resultou na derrota das urnas.

A vitória do candidato Antônio Luiz Pereira da Cunha, entretanto, não se deu apenas na comarca de Franca; o resultado final apontava a vitória em primeiro escrutínio do candidato da União Conservadora por todo o nono distrito eleitoral com um total de 311 votos. Estevão Leão Bourroul conseguiu apenas 51 votos que não foram suficientes para levá-lo à disputa do segundo escrutínio (*O Nono Districto*, 27.4.1883, p.3).

A derrota de Bourroul no pleito eleitoral leva a outro questionamento: se, como afirma Naldi (1992, p.19), "o Coronel [usava] o intelectual para se projetar em nível local e se contactar em nível provincial com outras lideranças", a vitória no pleito eleitoral garantiria presença de Bourroul na Assembleia Provincial paulista, na qual o coronel José Garcia Duarte com certeza teria a projeção desejada por intermédio de Estevão Leão Bourroul. Curiosamente, o periódico *O Nono Districto* (8.4.1883, p.1) apresentou a quantia paga aos deputados provinciais, constatando que coube a Estevão Leão Bourroul o maior valor: 1.116$320.

Quadro 4 – Resultado da eleição para deputado provincial pelo 9° Distrito de São Paulo – comarca de Franca

Franca	
Candidatos	Dr. Antônio L. Pereira da Cunha – 63 votos
	Dr. João R. da Silveira – 38 votos
	Dr. Estevão Leão Bourroul – 27 votos
	Dr. Martinho Prado Júnior – 6 votos
	Dr. M. B. da Cruz Tamandaré – 1 voto
	Em branco (cédulas) – 1 voto
Sapucahy	
Candidatos	Dr. Antônio L. Pereira da Cunha – 25 votos
	Dr. João R. da Silveira – 3 votos
Santa Rita do Paraíso	
Candidatos	Dr. A. G. dos Santos Lopes – 27 votos
	Dr. Martinho Prado Júnior – 22 votos
	Dr. Antônio L. Pereira da Cunha – 11 votos
	Dr. Estevão Leão Bourroul – 6 votos
Batataes	
Candidatos	Dr. A. L. Pereira da Cunha – 45 votos
	Dr. José Feliciano F. da Rosa – 39 votos
	Dr. M. B. da Cruz Tamandaré – 18 votos
Espírito Santo	
Candidatos	Dr. José Feliciano F. da Rosa – 10 votos
	Dr. M. B. da Cruz Tamandaré – 10 votos

Fonte: *O Nono Districto* (20.10.1883, p.3).

É importante ressaltar que a relação entre o coronel José Garcia Duarte e Estevão Leão Bourroul empreendida por Naldi (1992) não fica desqualificada, mas, em determinados momentos, sofreu pequenas rupturas, que talvez fugissem ao controle de ambos. É difícil saber os motivos que levaram o coronel José Garcia Duarte a apoiar o Dr. Antônio Luiz Pereira da Cunha, mas essas razões podem advir do âmbito estritamente político, já que Pereira da Cunha era

candidato "oficial" da União Conservadora cujo chefe era nada menos que o conselheiro Antônio Prado.

Talvez a fidelidade partidária à União Conservadora e a Antônio Prado justificasse o apoio do coronel José Garcia Duarte. Embora fosse candidato conservador, Bourroul não contava com o apoio "oficial" do partido, visto que, nas últimas eleições, segundo o jornal *O Nono Districto*, ele havia sido eleito com votos liberais e esperava que, na tentativa de reeleger-se deputado, essa mesma estratégia política funcionasse novamente.[15]

O artigo apresentado a seguir ajuda a compreender a influência de Antônio Prado no Partido Conservador de Franca, liderado pelo coronel José Garcia Duarte. O artigo também atesta a divisão do Partido Conservador em dois grupos: o primeiro, denominado grupo Duarte, liderado pelo coronel José Garcia, e o segundo, o grupo Miguel, liderado pelo advogado Miguel Gomes d'Almeida.

> As próximas eleições de deputados geraes vão decidir qual dos dous chefes conservadores dispõe de maior influencia no partido: se o sr. tenente-coronel José Garcia Duarte ou o advogado Miguel Gomes d'Oliveira.
>
> O sr. dr. Delfino Cintra apoiado pelo grupo Duarte, que queimará o ultimo cartucho pelo candidato da União (Conservadora) tem todas as probabilidades de triunphar por que trabalham por eles os srs ultramontanos Bourroul e José Theodoro.
>
> O sr. dr. João Mendes Filho tem por si só o grupo Miguel, bem diminuto na verdade, mas igualmente resolvido em sustentar lucta eleitoral com toda a energia. (*O Nono Districto*, 3.5.1884, p.3)

---

15 Em 1904, no jornal *Tribuna da Franca*, Estevão Leão Bourroul escreve uma nota sobre essa eleição, esclarecendo que a União Conservadora havia organizado suas listas e o seu nome havia sido excluído do nono distrito e "combatido com vehemencia". Segundo Bourroul, "fui combatido (franca e lealmente) pela maioria do partido addito a União Conservadora" e pelos chefes conservadores locais, entre os quais "os srs. José Garcia Duarte, Joaquim Augusto Ferreira Alves, Miguel Gomes de Oliveira, José Antonio de Lima, Virgilio Gomes Guimarães" (*Tribuna da Franca*, 13.1.1904, p.2).

Se, no caso da eleição de Bourroul, a falta de apoio do grupo liderado por José Garcia Duarte custou-lhe a vitória no pleito eleitoral, o desfecho da eleição já mencionada ratificou a força do coronel Duarte em detrimento do grupo liderado por Miguel Gomes d'Almeida. Isso ocorreu por causa da vitória do candidato da União Conservadora, Delfino Cintra, na comarca de Franca apoiado pelo grupo Duarte.

Quadro 5 – Filiação partidária e distribuição ocupacional dos vereadores francanos

Nome	Legislatura	Partido	Profissão
Álvaro Lima G. Junior	1883-1886	Conservador	Agricultor e negociante
Antonio Flávio de Castro	1883-1886	Conservador	Agricultor
José Emygidio Figueiredo*	1883-1886	Conservador	
José Carlos Vilhena**	1883-1886	Conservador	Agricultor
José Garcia Duarte	1883-1886	Conservador	Agricultor
José Rodrigues Costa	1883-1886	Conservador	Agricultor
Thomaz José da Mota	1883-1886	Conservador	Agricultor
Moysés Antonio Prado***	1883-1886	Conservador	Negociante
Francisco Lucas Brigagão	1883-1886	Republicano	Negociante

* De acordo com pesquisas feitas nas atas da Câmara Municipal, José Emygidio Figueiredo substituiu o vereador Joaquim Alves Faleiros, provavelmente em 1884.
** José Carlos de Vilhena substituiu o vereador José Antonio de Lima (Câmara Municipal de Franca, 14.4.1883, f.85).
*** Moysés Antonio do Prado substituiu o vereador José Teodoro de Melo (Câmara Municipal de Franca, 5.4. 1886, f.28).

Fonte: Adaptado de Melo (1995, p.70-1). Inventários do 1º e 2º ofícios de Franca e atas da Câmara Municipal de Franca.

A julgar pela legislatura de 1883 a 1886, a primeira impressão é que as mudanças de Bourroul devolveram a hegemonia ao Partido Conservador, visto que este conseguiu a maioria absoluta na Câmara. Além da reestruturação do partido implementada por Bourroul, os conservadores contavam com personalidades influentes no município, caso do padre Cândido Martins da Silveira Rosa e do coronel José Garcia Duarte que conseguiram estabelecer relações de poder com um misto de influências pessoais, arraigadas pelo personalismo, e que com Bourroul constituíram "os personagens

mais destacados na tessitura conservadora na cidade" (Tosi, 2002, p.59). Contudo, acrescentaríamos nessa lista o juiz de Direito de Franca, Dr. Joaquim Augusto Ferreira Alves, que, ao longo de sua trajetória no município, sempre esteve ao lado dos interesses dessa "hegemonia conservadora", cujas principais características que os colocavam no mesmo lado na política local era a defesa da monarquia e da escravidão, "adeptos de uma moral eclesiástica também conservadora [mas que] foram homens que, em seu tempo, tornaram-se os protagonistas de uma primeira onda de modernização" (ibidem).

Diante disso, para essa "hegemonia conservadora", a República não era bem-vinda. Talvez esse fato esclareça melhor a questão: em 21 de abril de 1884, o jornal *O Nono Districto* lançou um número especial para a comemoração do aniversário de morte de Tiradentes, no qual várias personalidades do município tiveram a oportunidade de prestar suas homenagens. Eis o que escreveu Estevão Leão Bourroul:

> A Franca celebra hoje o aniversario do supplicio do Alferes de Cavallaria Joaquim José da Silva Xavier, alcunhado o Tiradentes.
>
> *Não é esta e nem pode ser uma festa republicana; é sim uma commemoração patriótica, essa homenagem prestada à memória do cabeça da mal denominada conspiração mineira.* (*O Nono Districto*, 21.4.1884, p.2 – grifo nosso)

A intenção de Bourroul era afastar qualquer relação entre a comemoração de Tiradentes e uma possível manifestação em prol do regime republicano no município, procurando assim impingir um caráter patriótico ao acontecimento.

No entanto, a desistência dos liberais em disputar as eleições de 1883 contribuiu para que os conservadores retomassem a hegemonia no município. Mas por que os liberais francanos desistiram dos pleitos eleitorais?

Em 24 de junho de 1882, a "Secção livre" de *O Nono Districto* (p.3) publica um comunicado, assinado pelos dois chefes do par-

tido, Francisco Barbosa Lima e Frederico do Nascimento Moura, dirigido "Ao eleitorado liberal do município de Franca":

> Os abaixo assignados aconselham aos seus correligionarios do município da Franca, completa abstenção na próxima eleição da Câmara e Juizes de paz.
>
> Motivos de ordem política e que mais tarde farão os abaixo assignados chegar ao conhecimento dos seus co-religionários, levaram-nos assim proceder.

Os "motivos de ordem política" a que se referiam os chefes liberais eram dados a conhecer no número seguinte de *O Nono Districto* (2.7.1882, p.1):

> O actual gabinete não inspira confiança nem aos liberaes sertanejos!
>
> Desejando manifestar o desgosto que lhes causa a política do sr. Martinho Campos, os directores do partido liberal d'este município recommendaram aos seus correligionários a abstenção completa na eleição de vereadores e de juizes de paz.
>
> Devemos observar que o partido liberal elegeria, sem a mínima difficuldade, quatro vereadores, e elegeria cinco se fizesse esforço para isso.
>
> O liberal sincero sente-se, naturalmente triste e desanimado, em vista do procedimento do ministério, que não quer fazer reformas, que não tracta de cumprir as promessas do partido, que falseia com impudência a nova lei eleitoral, mandando rasgar diplomas legítimos, que não admite discussão na câmara sobre o elemento servil, para que não se perturbe o bom sono dos fazendeiros, e que, finalmente, mantem-se pela tolerância vergonhosa dos adversários. [...] Aplaudimos sinceramente o acto dos distinctos cidadãos, que dirigem o partido liberal francano.
>
> Mais uma vez provam que sabem resistir a paixão partidária, quando a dignidade o exige, mais uma vez provam que não são políticos interesseiros.

Nesse comunicado, os chefes liberais francanos Francisco Barbosa Lima[16] e Frederico do Nascimento Moura apresentaram seus descontentamentos com o Gabinete Liberal, então no poder. Segundo os liberais francanos, seu congênere partidário estava se afastando dos princípios defendidos pelo partido, principalmente pelo não cumprimento da nova lei eleitoral (Lei Saraiva) e pelo escamoteamento da discussão do "elemento servil" na Câmara.

As críticas dos chefes liberais francanos parecem traduzir o comportamento do partido ao longo do Império brasileiro. Nesse sentido, o Partido Liberal, nas vezes em que subiu ao poder, procurou legitimar a "ordem sociopolítica" imperial criada pelos conservadores, propondo aperfeiçoar os mecanismos de representação política, pois queriam ampliar as possibilidades de se assentarem no poder em vez de revogar a ordem monárquica (Alonso, 2002, p.69), fazendo valer a assertiva de que "não há nada mais parecido que um conservador do que um liberal no poder" (Mattos, 1987). Cléa Sarmento (1986, p.150) aponta que os momentos de alta estabilidade política dos gabinetes ministeriais aconteciam com a presença de políticos conservadores no poder. Em contrapartida, a autora observa que, nos momentos em que a estabilidade política apresentava índices mais baixos, os ministérios eram presididos por políticos liberais.

Portanto, a maneira que os liberais francanos encontraram para protestar contra as atitudes do Partido Liberal foi a abstenção das eleições municipais – o que demonstra que a elite dirigente do município de Franca estava atenta aos acontecimentos da política nacional – e, dessa forma, conseguiam tomar decisões que, em alguns momentos, os distanciavam até mesmo das imposições partidárias dominantes.

A última legislatura da Câmara Municipal de Franca merece algumas apreciações e considerações, cujos objetivos consistem, sobretudo, em inserir o município nos momentos finais da crise das instituições imperiais. Nesse sentido, os vereadores que aparecem

---

16 Francisco Barbosa Lima deixa a liderança do Partido Liberal em agosto de 1883, na chefia de seu tio Antonio Barbosa Lima (*O Nono Districto*, 26.8.1883, p.2).

nessa primeira configuração política são os vencedores do pleito eleitoral ocorrido entre 10 de julho e 23 de agosto de 1886.

Quadro 6 – Filiação partidária e distribuição ocupacional dos vereadores francanos

Nome	Legislatura	Partido	Profissão
Antonio de Andrade Lobo Bastos	1887-1889	Liberal	Agricultor e negociante
Antonio Carlos de Vilhena Junior	1887-1889	Conservador	Agricultor
Antonio Martins de Andrade Junior	1887-1889	Conservador	Negociante
João Vilela Reis	1887-1889	Conservador	Agricultor
João Soares da Silva	1887-1889	Conservador	Agricultor
Joaquim Rodrigues Costa	1887-1889	Conservador	Agricultor
Firmiano O. Ferreira Braga	1887-1889	Conservador	Advogado
José Antonio de Lima	1887-1889	Conservador	Agrimensor
Antonio Sebastião Barboza	1887-1889	Liberal	Agricultor

Fonte: Adaptado de Melo (1995, p.70-1). Inventários do 1º e 2º ofícios de Franca e atas da Câmara Municipal de Franca.

Naquela oportunidade, foram eleitos em primeiro escrutínio: Firminiano Octaviano Ferreira (25 votos), Joaquim Rodrigues da Costa (23), Antonio de Andrade Lobo Bastos (21), João Vilela dos Reis (21) e Antonio Sebastião Barboza (21). No entanto, Antonio Martins de Andrade Junior (19 votos), José Antonio de Lima (16), Antonio Carlos de Vilhena Junior (12), Emilio Galvão de Miranda (10), João Soares da Silva (7), Luciano Vieira Santiago (5), Francisco Martins Ferreira Costa (2), Chispiniano Francisco Junqueira (2) e Urbano Rodrigues Nogueira (1) não atingiram o coeficiente eleitoral e participaram do segundo escrutínio (Câmara Municipal de Franca, 10.7.1886, f.39). No segundo escrutínio, elegeram-se respectivamente: Antônio Carlos de Vilhena Junior (46 votos), João Soares da Silva (45) Antônio Martins de Andrade Junior (43) e José Antônio de Lima (36) (Câmara Municipal de Franca, 23.8.1886, f.41).

No entanto, quando se cruzam essas informações com os dados fornecidos por Egle Roberto Menezes de Melo (1995), pode-se perceber uma "instabilidade" política para essa última legislatura,

levando em consideração que, dos nove vereadores eleitos, apenas três – Antônio de Andrade Lobo Bastos, Antônio Sebastião Barboza, ambos liberais, e o conservador José Antônio de Lima – terminaram o mandato, ou melhor, foram depostos pelo governo provisório, que publicara decreto sobre a dissolução das câmaras e criara Conselhos de Intendência. Contudo, é difícil precisar as causas ou os motivos que levaram os vereadores francanos a passar por tamanha rotatividade nos cargos, num período relativamente curto: doze pessoas ocuparam seis vagas na Câmara.

Segundo Naldi (1992, p.65), "a participação política representava o poder e para tal existia sempre uma contrapartida", que beneficiava os ocupantes de cargos públicos:

1. isenção de taxas de impostos.
2. proteção especial da força policial.
3. considerações especiais, tais como: licenças, contratos, etc., essas concessões eram dadas principalmente aos produtores de café e profissionais liberais.
4. os grandes comerciantes (em geral aqueles que operavam no mercado por atacado) desfrutavam de grandes regalias.

Entretanto, o ano de 1887 marca a chegada da ferrovia a Franca:

> [...] os negócios com estradas de ferro e as transformações que estas proporcionaram, especialmente no caso da economia e da sociedade francana, estavam muito além da capacidade de imposição dos homens no sentido de serem eles os responsáveis pelas mudanças; estes adaptaram-se a elas. (Tosi, 2002, p.83)

Apesar das benesses que a ocupação de um cargo público[17] proporcionava, muitos vereadores francanos, naquele momento, op-

17 Nas sessões da Câmara Municipal de Franca do período, percebe-se uma quantidade significativa de ausências dos vereadores. Em algumas ocasiões, cancelaram-se sessões por falta de quórum. Em muitos casos, alegavam-se

taram por dedicar-se aos seus negócios – já que, em sua grande maioria, eram agricultores e comerciantes – nessa nova conjuntura de "transformações" arraigadas à chegada dos trilhos da Mogiana.

O Quadro 7 demonstra o revezamento dos vereadores na última legislatura, excetuando os três que cumpriram o mandato.

Quadro 7 – Revezamento dos vereadores francanos na última legislatura

Nome	Legislatura (tempo de mandato do vereador)	Partido
Antonio Carlos de Vilhena Junior	1887-1888	Conservador
Antonio Martins de Andrade Junior	1887-1889	Conservador
Crhispiniano F. Junqueira	1887-1889	Conservador
João Vilela dos Reis	1887-1888	Conservador
João Soares da Silva	1887-1889	Conservador
Firminiano O. Ferreira	1887	Conservador
Luciano Vieira Santiago	1888-1889	Conservador
Joaquim Servulo Vassimom	1887-1889	Liberal
Francisco S. do Nascimento	1887-1889	Liberal
Emilio Galvão de Miranda	1888-1889	Liberal
Francisco M. Ferreira Costa	1888-1889	Liberal
Joaquim Rodrigues Costa	1887-1888	Conservador

Fonte: Adaptado de Melo (1995, p.70-1).

Do ponto de vista político, esse período acentua a desagregação das instituições imperiais, como assevera Beatriz Westin Cerqueira Leite (1989, p.116):

> Mas as condições do país não permitiam a manutenção do *status quo*. As instituições estavam em decadência. A Câmara dos deputados era um joguete do Gabinete. O Senado deixava a fórmula de Nabuco de não fazer política, para se envolver nas disputas parlamentares. O Ministério comandava a vida política nacional com

motivos de ordem pessoal, como problemas de saúde na família; em outros, era usual "culpar as fortes chuvas" ou "as péssimas condições das estradas" pelo não comparecimento às sessões.

ramificações na Província e no Município. O Conselho de Estado já quase não se reunia e não se conseguira a proposta liberal, brilhantemente defendida por Zacarias de Góis, de responsabilidades dos ministros pelos atos da Coroa. De forma que os novos projetos agora apresentados, tornando eletivos os Presidentes do Conselho, reformulando o Senado e o Conselho de Estado, pareciam estar chegando tarde demais. Não se acreditava mais nas reformas propostas. Era o Império que perdera sua credibilidade.

No município de Franca, é difícil precisar se a crise nas instituições imperiais teve reflexo na organização política dos partidos monárquicos. Contudo, algumas modificações são perceptíveis no quadro político local no período: a filiação do coronel Francisco Martins Ferreira Costa – que na República atuará como um dos porta-vozes dos interesses do PRP no município – ao Partido Republicano depois de romper com o Partido Liberal, a conversão ao republicanismo do jornal *O Nono Districto* em 1887 (fato que será delineado no próximo capítulo) e a concessão do título de barão ao coronel e líder do Partido Conservador de Franca José Garcia Duarte, o que significava, além da tentativa de devolução de um símbolo de *status*, uma forma de os proprietários se aproximarem da Coroa (Carvalho, 1988, p.14). Nesse momento, é provável que a propaganda republicana tenha se intensificado ainda mais no município de Franca. Esse engajamento de Franca em relação ao movimento republicano pode ter contribuído para a participação do município nos últimos congressos republicanos que aconteceram em 1887, 1888 e 1889.

Portanto, diante da crise das instituições imperiais e do crescimento da propaganda republicana, em Franca era comum, no final do Império, as adesões à República e ao Partido Republicano:

> Declaração:
> Declaro que filiei-me ao partido republicano.
> Vendo que a forma de governo monarchico nada adianta o vosso vasto paiz, engordando só a família real e os seus "afilhados" resolvi

dar esse passo, porque só a República poderá salval-o, arrancando-o das mãos de especuladores ambiciosos.

Franca, 28 de Julho de 1888.

Felício Vieira da Silva. (*O Francano*, 2.8.1888, p.3)

Declaração Necessária.

Tendo eu encarregado a um amigo para publicar no "Nono Districto" a minha passagem para o partido republicano, vi uma declaração no dito jornal, assignada por Antonio José da Silva Couto.

O fim que venho a imprensa é fazer sciente, que se a declaração é a minha, esta com a assignatura errada, visto há muito tempo ter feito também uma declaração de mudança de firma.

Franca 02 de Agosto de 1888.

Antonio do Couto. (*O Francano*, 8.8.1888, p.3)

Mais um

Pessoa que nos merece toda a confiança asseverou-nos que o sr. Sebastião do Nascimento Falleiros, do Aterrado, filiou-se ao partido republicano.

Estão crescendo... (*O Francano*, 14.11.1880, p.2)

Declaração.

Sempre militei nas hostes do partido liberal; mas ultimamente com (os últimos?) acontecimentos tenho comprhendido de que só a República Federal poderá collocar o nosso paiz na altura das nações civilizadas – de nação americana.

Por tanto, de hoje em diante, declaro pertencer as esperançosas fileiras do partido republicano.

Franca, 25 de Julho de 1888.

Lucas Borges de Carvalho. (*O Francano*, 27.7.1888, p.2)

Essas declarações podem ser um indício do crescimento da propaganda republicana e da inserção da municipalidade nos debates que evidenciavam a crise do Brasil-Império, na medida em que se começava a ter a percepção de que o Império brasileiro não era mais

capaz de fornecer as repostas necessárias para o momento de crise que se vivenciava. Nesse caso, "só a República poderá salval-o [o país]" e "só a República Federal poderá collocar o paiz na altura das nações civilizadas – de nação americana".

No dia 16 de novembro de 1889, o município de Franca – provavelmente por intermédio do advogado João de Faria que "curiosamente" na República será um dos líderes do situacionismo local e presidente do diretório do Partido Republicano de Franca – manifesta a sua adesão à República nas páginas do jornal *A Província de São Paulo*: "O povo em massa aclama a República. Os partidos contrários aderiram" (apud Lang, 1995, p.90).

Nesse caso, diante do crescimento da propaganda republicana no município de Franca e da atividade intelectual[18] da localidade, possivelmente o advento da República não foi visto com indiferença política pelos francanos. Dessa forma, concordamos com José Geraldo Evangelista (1990, p.45) quando afirma que "dizer que a cidade estava preparada para o novo regime seria exagero, mas negar que o esperava seria outro".

É possível que todos esses debates que tomaram conta da década 1880 no município de Franca tenham influenciado as experiências de República na cidade e inviabilizado as instituições monárquicas. Franca, na última década do Império, acompanhava os debates que envolviam o momento de desagregação do Império brasileiro, como veremos no próximo capítulo.

A elite dirigente e intelectual francana, principalmente por intermédio do jornal *O Nono Districto*, não se furtou aos debates das

18 Segundo Evangelista (1990, p44), funcionavam, em Franca, duas escolas secundárias, o Colégio N. S. de Lourdes e o Liceu "Culto às Letras", dirigido pelo redator de *O Nono Districto*, César Augusto Ribeiro. Em 1883 "estava franqueada a Biblioteca, depois chamada de Gabinete de Leitura, que recebera 400 volumes do Dr. Estevão Leão Bourroul e o Teatro Santa Clara que funcionava regularmente". Evangelista também destaca a grande quantidade de jornais semanais – muitos de existência efêmera – que circulavam pela cidade: *A Sentinela*, *O Tiradentes*, *O Papagaio*, *A Gazetinha Familiar*, *O Pyrilampo*, *Rosa Chá*, *República*, *A Justiça*, *A Gazeta da Franca* e *O Francano*.

questões que colocavam em evidência essa crise; pelo contrário, também propunha soluções na tentativa de implantação de uma nova ordem pública, que abarcava desde a Federação, separação Igreja-Estado, secularização dos cemitérios, abolição da escravidão, imigração, instrução pública até, e principalmente, a autonomia municipal, visando beneficiar os interesses locais e o progresso do município.

2
A crise do Brasil-Império e as experiências de República no jornal *O Nono Districto*

A ideia de República foi pensada por diversos grupos, com interesses diferentes e em vários momentos. Diante desse processo de tensão e afirmação que envolveu a República no Brasil, podemos fazer alguns questionamentos:

- Quais eram as experiências de República no município de Franca?
- Como as elites dirigentes e intelectuais locais concebiam essas ideias?

Dessa maneira, ainda podemos indagar:

- Quais foram os referenciais teóricos, filosóficos e literários que a elite dirigente e intelectual utilizou tanto para elaborar uma crítica coerente em relação ao regime monárquico quanto para vislumbrar a República como saída política viável?

O Nono Districto na crise do Brasil-Império: debates e as vias de mudança

O Nono Districto, por intermédio dos seus redatores,[1] não se furtou aos temas dos debates políticos que envolveram as conjun-

1 Segundo Tavares (2007, p.98-9), os redatores de *O Nono Districto*, Gaspar da Silva e César Augusto Ribeiro, eram imigrantes portugueses. Gaspar da Silva,

turas de crise do Estado imperial, no qual uma nova ordem pública era pensada pela elite política e intelectual do país. Como já foi referido, esse momento de crise das instituições imperiais coincide tanto com o aparecimento do ideal republicano quanto com a construção de uma nova ordem pública.

Diante disso, acreditamos que as experiências de República no município de Franca e concomitantemente os liames que direcionaram o jornal no momento de transição para a construção dessa nova ordem pública podem ser explicados por intermédio do tratamento que foi dado por *O Nono Districto* às questões que configuraram a crise do Brasil-Império.

A partir dessa análise, é possível extrair do jornal os direcionamentos que conduzirão a um entendimento das experiências de República que a elite dirigente e intelectual francana construiu no decorrer do período de desagregação do Império brasileiro. Concomitantemente com os debates e as experiências de República que estiveram presentes nas páginas de *O Nono Districto*, também é possível vislumbrar os referenciais teóricos,[2] filosóficos e literá-

---

além de jornalista, também era advogado e "foi orador da Loja Maçônica Amparo e Virtude II de Uberaba e criador do Clube Literário que funcionou no mesmo local. Exerceu a atividade de redator do jornal *Monitor Uberabense*, do qual foi um dos fundadores". Gaspar da Silva, depois de vender a sua parte da tipografia de *O Nono Districto*, "mudou-se para São Paulo, inaugurando, em parceria com Léo da Fonseca, o *Diário Mercantil*", que tinha como colaboradores "nomes como Raul Pompéia, Teófilo Dias, Rui Barbosa, entre outros". Já César Augusto Ribeiro residia em Batatais, "onde redigia uma folha chamada *O Século de Batatais*, em homenagem ao jornal lusitano *O Século*". Tavares afirma que não conseguiu estabelecer "quando e em que circunstâncias" César Augusto e Gaspar da Silva se conheceram nem a data em que ambos chegaram à Franca, mas possivelmente isso ocorreu em 1882, "motivado pela tentativa de Fundação do *Nono Districto*". César Ribeiro, além de jornalista, foi professor do Liceu Culto às Letras, da Escola Noturna, além de ministrar aulas particulares.

2 Segundo Alonso (2002, p.45), "o movimento intelectual da geração 1870 recorreu a componentes do repertório da política científica e à tradição nacional em busca de instrumentos de crítica intelectual e de formas de ação política para combater *as instituições, práticas e valores* essenciais da ordem imperial".

rios em que o jornal se embasou para propor as soluções e críticas para o debate, ao mesmo tempo que esses referenciais serviram de "ferramentas políticas" e permitiram que os redatores do periódico refletissem e debatessem as questões que ensejavam a mudança de uma nova ordem pública.

Diante desse desafio, as temáticas selecionadas seguem a linha de contestação que a geração de 1870 imprimiu para efetuar uma crítica coerente ao *status quo* imperial. As críticas efetuadas pela geração de 1870 são um referencial para o mapeamento das ideias defendidas ou contestadas pelo jornal porque envolviam os temas que colocavam em dúvida a manutenção do regime monárquico, apregoando as reformas[3] necessárias – que incluíam também a mudança de regime – que suplantassem a crise do Brasil-Império. No entanto, isso não impediu que questões de ordem local, de cunho mais pragmático, também sobressaíssem nas páginas de *O Nono Districto*.

Para a superação dessa crise, esses grupos questionaram a tradição imperial construída ao longo de décadas, propondo uma série de mudanças já mencionadas aqui, tais como Federação, abolição da escravidão, separação Igreja-Estado, secularização dos cemitérios, imigração, ensino público, créditos para a lavoura e a suplantação do regime monárquico pela República.[4]

---

3 O movimento intelectual da geração de 1870 se pautou pela contestação da ordem imperial, demandando reformas estruturais. Apesar de a composição socioeconômica dos grupos ser heterogênea, todos pertenciam a uma elite, e, por isso, transformações bruscas que poderiam colocar em perigo a ordem vigente foram totalmente rejeitadas, assim como a participação popular. Daí a característica reformista dos grupos.

4 Com a exceção dos "novos liberais" que ainda acreditavam na viabilidade de uma monarquia constitucional, todos os outros grupos que compunham a geração de 1870 apregoavam a superação do regime monárquico. Para os "novos liberais [a] interpretação da formação nacional orienta uma formulação da crise do Império cujo fulcro é o substrato econômico da colonização, a escravidão". Nesse caso, o atraso econômico e a escravidão eram os fatores que denegriam a imagem da monarquia brasileira. A correção desses erros era a garantia da manutenção do regime monárquico em sua plena "funcionalidade" (Alonso, 2002, p.188-204).

Ao tentar demonstrar como essas questões foram reelaboradas pela elite dirigente e intelectual de Franca por intermédio de *O Nono Districto*, buscou-se demonstrar como as experiências de República gravitaram ao redor desses questionamentos e em que medida estes foram reelaborados pelo jornal para dar respostas às demandas locais e sua contribuição para pensarmos a República no município de Franca.

O Nono Districto se mostrou um defensor das prerrogativas do município em detrimento do "predomínio abusivo dos governos". Diante da centralização político-administrativa do regime imperial, a autonomia do município aparecia como uma saída viável:

> Nem o Estado deve absorver o indivíduo, nem o indivíduo deve absorver o Estado. A cada um o que lhe pertence. Ao indivíduo o que é do indivíduo, ao município o que é do município, ao Estado o que é do Estado – escreveu algures um pensador. O indivíduo delega no município o que por si não pode fazer e este por seu turno delega no Estado o que é superior a sua esfhera de ação.
>
> Para destruir o predomínio abusivo dos governos é preciso crear a autonomia municipal. (*O Nono Districto*, 1º.1.1882, p.1)

O debate em torno da autonomia municipal esteve ligado a uma outra discussão que talvez tenha ocupado maior espaço na pauta dos debates dos vários grupos: a Federação. Contudo, o debate em torno da centralização-descentralização político-administrativa renasce com os monarquistas Tavares Bastos e visconde do Uruguai nos anos 1860. Entender os meandros desse debate é importante para a compreensão da dimensão que a ideia federativa e principalmente a sua correlata, a autonomia municipal, alcançam tanto no âmbito dos debates dos vários grupos políticos quanto no âmbito das elites dirigentes e intelectuais do município de Franca.

Tavares Bastos era adepto de uma monarquia federativa, tendo na eleição do presidente de província "o ponto fulcral da reforma". Segundo Gabriela Nunes Ferreira (1999, p.116), a eleição do presidente de província "traria o duplo beneficio de retirar-lhe a função

de cabo eleitoral, e de estabilizar a administração das províncias". Tavares Bastos objetivava romper o elo que existia entre governo central e poder local, fazendo erigir entre ambos a província, "poder político-administrativo autônomo, com seus poderes Executivo, Legislativo e Judiciário" (ibidem).

Concomitantemente com esse "reforço" do Poder Executivo provincial, Tavares Bastos almejava também a aquisição por parte da província da organização policial e judiciária, além da instituição "de um Senado provincial e de comissões permanentes" que, entre outras atribuições, julgaria "sobre a validade das eleições de juízes de paz e vereadores" – funções essas exercidas pelo governo central. Caberia ainda às assembleias provinciais "a função de nomear os Senadores do Império – dois por cada província, com mandato de oito anos" (ibidem, p.117).

Gabriela Nunes Ferreira (1999, p.118) sintetiza "o formato institucional" imaginado por Tavares Bastos:

> [...] ganham as províncias, portanto, o papel de maior relevo – em detrimento, como foi visto, tanto do poder central como dos poderes locais (municípios e paróquias). Dotadas de uma maior fatia tributária, elevadas a categorias de entidades político-administrativas autônomas, as províncias teriam em suas mãos o poder e a capacidade de empreender o desenvolvimento moral, social e econômico do país: emancipação, imigração, instrução pública, obras públicas, toda agenda do período é remodelada pelo autor sob o prisma de federalismo monárquico.

O "ordenamento político-administrativo" proposto pelo visconde do Uruguai era diferente do delineado por Tavares Bastos. Ao contrário de Tavares Bastos, Uruguai condenava a quebra do vínculo entre o governo central e a esfera local por uma entidade político-administrativa autônoma: a província. Segundo Uruguai, a função da província seria a de "conciliar uma certa autonomia para gerir seus negócios próprios com sua posição de elo intermediário na grande cadeia político-administrativa que move o Império, sob o comando do governo geral" (ibidem, p.119).

Ao criticar a submissão dos poderes locais aos provinciais, o visconde de Uruguai queria evitar que interesses "encastelados" "nas províncias [dominassem] a vida política local", criando uma solidariedade política que poderia fugir do controle do governo central. Ao defender a concentração administrativa dentro do âmbito do governo central, Uruguai procura arrefecer seus efeitos propondo a criação dos "agentes administrativos, auxiliares dos presidentes de província que estenderiam, assim, o raio de ação do poder central aos municípios" (ibidem).

Os "conselhos administrativos" teriam a função de dotar os presidentes de província dentro do âmbito da administração, aumentando a capacidade deles de zelar pelos interesses públicos e ao mesmo tempo evitar a sua "contaminação" pelo mundo da política. Diante disso, o governo central teria a função de um tutor, revogando, se necessário, as decisões legislativas sancionadas pelos presidentes de província (ibidem, p.119-20).

A questão da autonomia municipal também suscitou intensos debates entre Tavares Bastos e o visconde do Uruguai. No entender deste, o Ato Adicional, ao descentralizar o "poder geral em beneficio das províncias", prejudicou as atribuições municipais ao centralizar os assuntos referentes aos interesses dos municípios nas assembleias provinciais.

Uruguai louvava a lei de interpretação do Ato Adicional de 1840 por "fazer um favor à autonomia municipal, limitando o poder dos Legislativos provinciais de legislarem sobre assuntos municipais". Como alternativa para tornar efetivo o poder municipal, o visconde de Uruguai propunha a criação "de agentes administrativos, executivos municipais escolhidos pelos presidentes de província" (ibidem, p.95-6). Segundo Ferreira (1999, p.96), Uruguai tinha a preocupação de estender o poder administrativo, atrelando-o ao poder central como forma de evitar "os abusos promovidos pelas parcialidades políticas".

Ao que parece, a ideia central subsiste da organização proposta por Uruguai quando da sua análise da organização provincial: além de defender a liberdade municipal, também se buscava "limitar a

força de um poder intermediário interposto entre o governo geral e o poder local" (ibidem). Nesse caso, novamente aparece a figura do Estado como tutor. Ao contrário do visconde de Uruguai, Tavares Bastos afirmava que o Ato Adicional, ao atribuir às assembleias provinciais a competência de legislar sobre as municipalidades, apresentava-se como um mecanismo capaz de "lidar com a diversidade dos municípios" (ibidem, p.120).

A respeito dos assuntos internos aos municípios como "despesas e receitas, contratação de empréstimos, obras públicas, empregados municipais, desapropriações, polícia", Tavares Bastos asseverava que deveria ser reconhecida a "plena autonomia dos municípios". No entanto, o próprio Tavares Bastos não abria mão "da influência dos Legislativos provinciais sobre as municipalidades", anulando, se preciso fosse, os atos e as medidas propostos pelos municípios em casos contrários aos "interesses públicos" (ibidem, p.96-7).

Quando se analisam os liames do debate travado entre Tavares Bastos e visconde do Uruguai, tanto no que diz respeito à descentralização político-administrativa das províncias quanto à questão da autonomia municipal, pode-se formular um questionamento: em quais autores o PRP buscou os referenciais teóricos para defender seu modelo de Federação?

Nesse sentido, o "formato institucional" proposto pelo PRP no tocante à descentralização provincial pôde trazer à luz do debate muitos pontos de contato com o que foi proposto por Tavares Bastos. Vejamos o que o PRP entendia por descentralização político-administrativa:

- Criação de um senado provincial, composto de número igual à metade dos membros da respectiva assembleia legislativa e com mandato pelo duplo do tempo, tornado assim efetiva a promessa do ato adicional (art. 3°);
- Eleição do presidente de província pelas câmaras provinciais reunidas; marcando o período de sua administração e reduzindo as suas atribuições aos negócios províncias;

– Os negócios gerais, tratados nas províncias, tendo por administradores os respectivos comissários e repartições da administração central, só a estes subordinados e independentes do presidente de província. (Programa dos Candidatos Republicanos Paulistas apud Barriguelli, 1986, p.20)

É interessante ressaltar que o projeto federalista do PRP, de maneira geral, representava os anseios da província de São Paulo ante o centralismo monárquico. Nesse sentido, os paulistas[5] radicalizariam na ânsia de encontrar uma solução para a demanda federalista que a província cobrava: propunham o separatismo para alcançar a Federação, como consta no Manifesto de Campos Salles apresentado no Congresso do Partido Republicano Paulista em 1887:

> A separação – reza o projeto – não exclui a federação, nem tão pouco a integridade territorial é indispensável para aplicação do princípio federal, consagrado na organização republicana. [...] Cumpre, entretanto, assinalar que o separatismo não exclui a federação; é antes um ponto de partida para ela. Esta aspiração não vem, portanto, sugerida pelo sentimento de egoísmo, como um meio de desagregação absoluta e perpétua. Ela deve ser, ao contrário, tomada como o início e primeiro passo para uma agregação completa, harmônica, sólida e estável sob o regime salutar da federação. [...] É por isso que a separação deve ser aceita, não com o intuito exclusivista de uma desagregação absoluta, mas como meio de chegar a federação. Isto importa afirmar que o separatismo conduz [o] direito [à] aplicação do princípio republicano. Portanto, opô-lo a

5 Emilia Viotti da Costa (1999, p.478) afirma que o movimento separatista não foi uma unidade dentro do PRP. Os republicanos paulistas nunca conseguiram chegar a uma posição acerca da questão. Prova disso foi que, no Congresso do PRP realizado entre 30 de maio e 1º junho, "embora vários políticos falassem a favor do separatismo, entre os quais Horácio de Carvalho, Campos Salles, Alberto Salles, Jesuíno Cardoso, a ideia não se impôs, contando com a oposição e a resistência de outros elementos igualmente importantes como Júlio de Mesquita e Glicério".

centralização do império é levantar em face a democracia cesariana a doutrina, os direitos, as queixas e as incompatibilidades da democracia. (*A Província de São Paulo*, 8.7.1887, p.1)

No entanto, a proposta separatista e a "utopia" de criar uma "Pátria Paulista"[6] foram juntamente com seus ideólogos duramente criticadas:

[...] Utopias carrancudas e utopias symphaticas; mas utopia sempre.

A que categoria pertence a pátria paulista?

Certamente a segunda.

A idéia seduz: Pátria Paulista.

E onde fica a grande, a sublime Pátria Brazileira?

Supprimir a mãe-pátria, a nacionalidade, para substitui-la por uma pátria pequenina, acanhada, sem horizontes, limitada a nossa

6 Cássia Adduci (2000, p.103-5) fez um estudo detalhado do movimento separatista. A autora analisou os meandros dos discursos dos principais ideólogos do movimento. Para Alberto Sales, além dos fatores econômicos que motivariam o separatismo, pesavam também questões culturais e étnicas; projetava-se, portanto, "A Pátria Paulista" como sendo "geograficamente determinada, rica, branca e, por isso mesmo promissora". Outro grande ideólogo do movimento, Martim Francisco, apontava o desenvolvimento econômico da província paulista e sua superioridade ante as demais províncias do Império como fator fundamental para separação, já que a província paulista não possuía o seu equivalente econômico em força e participação política. O conceito de nação ou de pertencimento na "Pátria Paulista" era distinto do de Alberto Sales: Martim Francisco – ao contrário de Alberto Sales que procurou "apontar como critérios para o estabelecimento da nação paulista a combinação de elementos étnicos, territoriais, históricos e culturais" – "tentou criar vínculos nacionais por meio de uma escolha, independente de pré-requisitos". Segundo Adduci (2000), a presença de Martim Francisco no movimento separatista faz com que este não fosse estritamente republicano, em razão da origem partidária duvidosa de Martim Francisco. Os outros dois ideólogos, Joaquim Fernando de Barros e Francisco Eugênio Pacheco e Silva, eram republicanos e, por isso mesmo, cobravam uma política mais atuante do PRP no sentido de alavancar o movimento. Ambos também viam na superioridade da província de São Paulo a principal razão para separação.

província, parte de Minas e Paraná, segregada do resto do Império: ahi a utopia.

Querem a realidade? Busquem melhorar as nossas condições políticas e sociais por meio da completa descentralização política, sem quebra, sobretudo da integridade e individualidade do Império.

[...] *Não temos autonomia de município*. Não temos as franquezas locaes. Não temos governo communal. Não temos discriminação e classificação das rendas. Não temos suffragio universal.

E querem ter província independente, S. Paulo – Estado, enfrentando o Brasil! (*Correio Paulistano*, 12.9.1887, p.1-2 – grifo nosso).

Quanto à organização municipal, o PRP sofreu influências das propostas defendidas por Tavares Bastos (Love, 1982, p.150):

– Separar a deliberação da execução pertencendo aquela à Câmara e esta ao seu presidente, constituindo chefe do poder executivo municipal;
– Reconhecer a plena autonomia da municipalidade, dando-lhe faculdade para resolver definitivamente:
  1. Sobre a criação, arrecadação e aplicação das rendas municipais;
  2. Sobre posturas a bem da economia e policia puramente municipais;
  3. Sobre empréstimos, nos casos e pela forma prefixada em lei provincial;
  4. Sobre desapropriações, nos casos e forma igualmente da lei anterior.

Ficar o poder legislativo provincial com direito de cassar ou anular as deliberações das municipalidades, que forem contrarias ao interesse provincial ou nacional. (Programa dos Candidatos Republicanos Paulistas apud Barriguelli, 1986, p.22 – grifo nosso)

Assim como Tavares Bastos, o PRP reconhecia "a plena autonomia da municipalidade", conferindo-lhe prerrogativas para que pudessem legislar sobre vários assuntos. Contudo, acima da

autonomia do município, residiria "o poder legislativo provincial com o direito de cassar ou anular as deliberações das municipalidades", fazendo com que, na prática, a autonomia dos municípios ficasse dependente do veto do poder provincial. Nas bases para Constituição do Estado de São Paulo formuladas pelo PRP ainda em 1873, percebe-se esse processo de dependência dos municípios em detrimento das prerrogativas da Assembleia Geral, no artigo 43: "Quando as leis e decisões dos poderes municipais ofenderem os direitos de outro Município, ou as leis e Constituição do Estado, serão anuladas por ato da Assembléia Geral, na forma determinada pelo art. 11" (Brasiliense, 1978, p.132).

Zimmermann (1986, p.54) analisa essa relação entre PRP e Assembleia Provincial (Geral):

> O poder legislativo provincial cumpre, para o Partido Republicano, o papel de organizar a sociedade, o de fazer leis que permitam a sociedade civil desenvolver plenamente seu potencial econômico; daí atribuíam grande importância à Assembleia enquanto controladora da renda e receita públicas provinciais.

Diante desse debate, é possível buscar em *O Nono Districto* as peculiaridades referentes à autonomia municipal que o jornal defendeu em suas páginas, tentando, na medida do possível, dialogar com o que foi exposto até o momento.

No artigo apresentado a seguir, *O Nono Districto* (5.3.1882, p.1) cobra recursos para o município e critica o presidente de província:

> O ato adicional deu esta autonomia às províncias e disse as assembléias provinciais – legilae, – porém a faculdade de fazer a lei não é tudo; é preciso que essas leis feitas tenham uma validade e execução, e para esse fim deu a lei um executor que é o presidente, homem esse que ressente-se do vicio orgânico de todos os homens do nosso paiz, que não sente-se independentes, não dispõem-se a vagar pelos mares da vida contando só com a sina de sua estrela, e os ventos de sua fortuna, mas sim alongam os olhos

> e procuram a arvore copada, a cuja sombra estendem a sua barraca de viagem.
>
> Depois que uma medida qualquer é tomada pelos poderes competentes, e que ao presidente só cumpre executá-la, elle requisita informações, formula regulamentos e manda proceder a exame, e com todo esse cortejo de formalidades inúteis, burla completamente o que é deliberado pelas assembléias.
>
> Em nada aproveita o município com o entusiasmo adquirido pelos seus representantes. [...] Na distribuição das quotas votadas para cadeias e estradas, coube a Franca 7:000$000, sendo 5:000$ para a cadeia que ameaça ruína completa e 2:000$ para as estradas, que se acham intransitáveis. A câmara reclamou logo essas quantias, allegando a necessidade que havia de dar andamento às obras, uma vez que a cadeia e estradas achavam-se em estado deplorável: porém não só o sr. Conselheiro Laurindo, como os seus sucessores; fecharam os ouvidos a essas reclamações, mandando-se ultimamente fazer orçamento das obras, sendo esse o quarto que se faz na cadeia de Franca!

Os redatores do jornal sempre primaram pelos interesses locais, visando ao progresso do município. Daí as suas reivindicações: implantação da ferrovia, criação de um matadouro, iluminação pública, criação de um mercado, aumento do número de praças para a cadeia pública, melhoria das condições da instrução pública, instalação de um telégrafo, abastecimento de água e reformas na igreja matriz, no cemitério e nas estradas.

Muitas dessas reivindicações, entretanto, dependiam das verbas votadas pela Assembleia Provincial e posteriormente liberadas pelo presidente de província. Na medida em que essas verbas, mesmo que aprovados pela Assembleia, não fossem liberadas pelo presidente de província, muitas das prerrogativas que visavam ao progresso do município e defendidas pelos redatores do jornal ficavam comprometidas.

Daí residiam as suas críticas à administração provincial. Em outros momentos, no entanto, a municipalidade conseguiu respal-

do junto à Assembleia Provincial referente às necessidades locais, como "a quota de um conto de réis para a Biblioteca Municipal dessa cidade" (Câmara Municipal de Franca, 25.7.1885, f.10) ou na "autorisação do empréstimo" concedido pela Assembleia Provincial "de 12:000$000 e auxílio de 4:500$000 para canalização de agoa potável para esta cidade" (Câmara Municipal de Franca, 4.4.1887, f.86).

Em artigo publicado em 12 de julho de 1884, *O Nono Districto* (p.1) criticava o presidente de província e a Assembleia Provincial pela retirada do delegado de polícia de Franca para a capital da província:

> O commandante do corpo de permanentes ordenou ao capitão Guilherme José do Nascimento, delegado de policia d'este termo e commandante do destacamento aqui estacionado, que recolhesse a capital a fim de assumir o commando da 2ª companhia.
>
> Esta ordem foi dada com autorisação do presidente de província, o celebre dr. Assumpção.[...] São estas as tristes conseqüências da inépcia dos nossos legisladores em assumptos de policia.
>
> Agora reentegram-nos mas reduzem o numero de companhias e centralisam a força na capital, medida que tem tanto de liberal como Leão XIII tem de mouro. [...] O que nós lastimamos e comnosco toda a população sensata de Franca e as autoridades honestas, é que se retire desta cidade o capitão Guilherme José do Nascimento, official brioso e honradíssimo e autoridade que soube collocar acima das questiúnculas políticas do lugar, mantendo sempre absoluta imparcialidade no serviço que lhe estava confiado.

Em abril de 1882, o deputado Camillo Andrade apresentava na Assembleia Provincial um projeto que visava à descentralização administrativa nos seguintes termos:

1º Creação da 2ª Câmara provincial.
2º Eleição dos presidentes de província pelas duas câmaras provinciais.

3º Emancipação das municipalidades.
4º Revisão dos impostos geraes e provinciaes.
5º Divisão dos serviços a cargo dos governos geral e provincial.
6º Liberdade de associação.
7º Reforma da lei hypothecaria. (*O Nono Districto*, 2.4.1882, p.1)

Essa proposta teve o apoio do deputado pelo nono distrito eleitoral da província de São Paulo, líder do Partido Liberal francano e colaborador de *O Nono Districto*, Francisco Barbosa Lima. Em alguns pontos, esse projeto era coerente com as críticas feitas pelos redatores de *O Nono Districto* não só por propor uma maior autonomia municipal por meio da "emancipação das municipalidades" (art. 3°), mas principalmente por propor a eleição dos presidentes de província (art. 2°), na medida em que esses se apresentavam como agentes do poder central, obstaculizando (como foi visto por intermédio de *O Nono Districto*) não somente o desenvolvimento econômico das províncias, mas principalmente as necessidades das municipalidades.

Essa eleição se daria por meio das duas câmaras provinciais: o Legislativo provincial e o Senado provincial, residindo aí a importância da criação da segunda Câmara provincial, de acordo com o que foi proposto no artigo 1°. Em relação à "revisão dos impostos gerais e provinciais" (art. 4°), o que se propunha era uma melhor divisão das receitas entre o governo geral e as províncias, já que a "divisão de rendas que prevalece desde a lei orçamentária de 31 de outubro de 1835 deixou as províncias [...] em precária situação financeira", cabendo a elas apenas os impostos referentes à "quota do dízimo do café, e do açúcar" (Ferreira, 1999, p.98).

É possível que, ao defender as prerrogativas do artigo 4°, o deputado francano Francisco Barbosa Lima acreditasse que o resultado da divisão mais equitativa das receitas entre o governo-geral e as províncias beneficiasse as municipalidades na medida em que poderiam conseguir recursos maiores por parte das assembleias provinciais, suprindo, de certa forma, as carências dos municípios.

No caso específico do município de Franca, o Código de Posturas do Município de 1888, Título XII, Das Rendas Municipaes, no

seu artigo 208, delibera que impostos poderiam ser cobrados: "A câmara municipal é autorisada a cobrar annualmente, além dos impostos que lhe são concedidos por lei provincial, mais os impostos de patentes e de licença, assim como as multas e impostos estabelecidos no presente código de posturas".

Por intermédio das atas da Câmara Municipal de Franca, ficam demonstradas as maneiras como os impostos eram cobrados. Na sessão de 28 de fevereiro de 1883 da Câmara Municipal de Franca (f.84), em um ofício do fiscal da Câmara, Joaquim Tristão de Lima, consta que foi cobrado "50.000 [por] cada carro de fora do município que entra nessa cidade, sendo [e muitos] não querem pagar a conselho de pessoas desta cidade; por isso consultava se devia fazer a cobrança [por] meios enérgicos e executivos, ou se deixava ficar por cobrar".

A resposta da Câmara foi que se continuasse a cobrar o referido imposto "conforme manda o art. 155 combinado com o 147 das posturas em vigor" (ibidem). Em sessão de 22 de julho de 1885, a Câmara cobrava do "Aferidor para fazer a aferição dos pesos e medidas dos negócios da cidade", solicitando ao delegado de polícia que, "por intermédio dos inspectores de quarteirão", fornecesse à Câmara "os nomes das pessoas que possuem carros, cazas de telhas, ferro de marcar e engenho, afim de a Câmara possa fazer a cobrança daqueles impostos".

Na sessão de 7 de abril de 1887, o vereador Thomaz José da Motta pedia que a Câmara efetivasse a cobrança "de impostos e multas de diversos mascates e fazendas e outros gêneros os quaes sendo moradores em municípios diversos, estão acostumados a mascatearem neste município sem ter uma só vez pago o imposto devido" (Câmara Municipal de Franca, 7.4.1887, f.96).

Em outros momentos, as cobranças de impostos eram recebidas com protestos, como atesta a petição de Belarmino Lopes Valladão, "pedindo para esta Câmara [que] reconsiderasse o seu acto, quando mandou que o peticionário pagasse o imposto [referente à produção de café] ou justificasse que não colhe 150 arrobas de café, pois que só colhe para seu gasto" (Câmara Municipal de Franca, 22.8.1885), ou a reclamação dos comerciantes de aguardente:

> [...] sobre artigo de posturas que foi elevado a 80:000$ annual para vender aguardente, com quanto entender não haver razão da parte dos negociantes por não ser a aguardente gênero de primeira necessidade, contudo propôe a Câmara para que se reprezente aos poderes competentes para ser revogado esse artigo das posturas, deixando de se fazer a cobrança até que venha a solução do Governo. (Câmara Municipal de Franca, 18.1.1886)

Outro ponto a ser observado é o de que a proposta de descentralização administrativa era uma bandeira do PRP e estava inclusa no Programa dos Candidatos,[7] no qual o partido também cobrava a eleição do presidente de província "pelas câmaras provinciais reunidas; marcando o período de sua administração e reduzindo as suas atribuições aos negócios provinciais" (Programa dos Candidatos Republicanos Paulista apud Barriguelli, 1986, p.22).

Em outro artigo, *O Nono Districto* continua a cobrar da administração provincial o repasse das verbas aprovadas pela Assembleia Provincial destinadas para a cadeia de Franca. Dessa vez, a crítica recaía sobre a burocracia imperial:

> O systema burocrático que impera desgraçadamente entre nós: o inveterario systema papelório, que faz gastar uma resma de papel hollanda para o pagamento de uns 100$; esse regime chicanista e trapaceiro de nossas repartições publicas quer a inaugurar, como

7 "O Programa – consigna o registro dos seus trabalhos – deixa de ser uma simples promessa pessoal para tornar-se um compromisso solene entre o partido e os candidatos: a unificação de opiniões relativa às soluções dos problemas da atualidade deve trazer ao novo partido mais merecimento e aos seus candidatos maior soma de adesões fora dos círculos dos parciais. Assim, o país ficará sabendo ao certo o que fará o deputado republicano e encontrará, na franqueza da exposição de suas ideias e na solidariedade do partido garantias para a verdade da representação popular. O novo agrupamento político mostra com este proceder que, afastando-se das normas dos velhos partidos, pretende influir diretamente na educação do povo. Este programa servirá para afirmação dos nobres e patrióticos intuitos dos republicanos paulistas" (*A Província de São Paulo*, 10.5.1881, p.1).

> fructo sazonado de tantos martírios infligidos a quem recorre a ellas, o systema, o regimem do calote!?
>
> Quem sabe! Que nome merece a celebre theoria dos exercícios fiados, que consiste em não pagar o que deixam de ser requerido em tempo, muitas vezes por causas das delongas insuperáveis e da reconhecida má vontade das repartições a cargo do governo geral e provincial. (*O Nono Districto*, 21.10.1882, p.1)

As críticas do jornal tinham como objetivo a defesa dos interesses municipais, mas o teor do seu discurso se aproximava das discussões, principalmente na província de São Paulo, sobre a necessidade da descentralização político-administrativa que em Franca assumiu a forma de defesa da autonomia municipal. O apoio do deputado local ao projeto que previa a descentralização administrativa indica que a elite dirigente e intelectual local estava inserida nesse debate.

Muito provavelmente, os francanos tinham a percepção da expansão cafeeira e dos lucros gerados pelo café que consequentemente acarretaram o crescimento econômico da província de São Paulo e, diante disso, sabiam que, em muitos momentos, as rendas da província não eram revertidas em beneficio da própria província e/ou do município; nesse caso, o controle do orçamento provincial era imprescindível para a concretização da autonomia municipal.

A denúncia de que o presidente de província "burla completamente o que foi deliberado pelas assembléias" pode sugerir que o jornal concebia-o como um agente do poder central, desrespeitando a Assembleia nas suas atribuições de decidir sobre o orçamento. Em muitos momentos, a percepção do crescimento econômico da província de São Paulo, alavancado pela expansão cafeeira, e as críticas à centralização monárquica "uniam" republicanos, conservadores e liberais pela "causa" de São Paulo, como demonstra a crítica do deputado liberal Martim Francisco:

> Não vale, pois, a pena ser rica para soffrer todos os encargos determinados pela união e pelo proteccionismo do regime centra-

> lizador e tudo isso em beneficio de outras provincias e em desproveito próprio.
>
> A província de S. Paulo é incontestavelmente a que supporta hoje maiores sacrifícios affim de favorecer as outras. (*A Província de São Paulo*, 8.2.1887 apud Adduci, 2000, p.62-3)

As imagens de superioridade e exploração sofridas pela província de São Paulo em decorrência da centralização administrativa do Império, em detrimento das outras províncias desprovidas dos mesmos recursos materiais, e denunciadas por Martim Francisco, também estiveram presentes em *O Nono Districto*. Os redatores do jornal compartilhavam das reclamações feitas pelos paulistas – conservadores, liberais e republicanos – de que o progresso material da província de São Paulo era drenado para outras regiões do Império:

> A província de S. Paulo, que effetivamente leva de vencida suas co-irmãs em commedimentos materiais, coube também uma falta de *puding* de milhões que o governo tem repartido pelo império, para que, perfeitamente digerido por famintos filhotes metamorfhoseie-se em engenhos centraes – o maná celeste que vem salvar a lavoura. (*O Nono Districto*, 12.3.1882, p.1)

O jornal também esteve inserido no debate acerca do atraso intelectual em que se encontrava a sociedade brasileira:

> É verdadeiramente vergonhoso o atraso intelectual do nosso povo.
>
> Parece que os governos brasileiros ainda não se convenceram da verdade expressa por Barthelemy: "A sorte das nações depende da instrução da mocidade".
>
> Ao passo que nos EUA a cada 10:000 habitantes, 2:180 freqüentam as aulas de instrução primaria, no Brasil por cada 10:000, apenas 133 freqüentam as aulas de instrução primaria e superior! [...] Pode affirmar-se com segurança que qualquer das Republicas americanas, à exceção da do Paraguay, e, talvez da América Cen-

> tral, acha-se, sob todos os pontos de vista, mais adiantada que o Brasil.
>
> Nas Republicas americanas, mesmo através das comoções políticas, os governos procuram derramar a luz das instruções em todas as camadas sociais.
>
> Daí a prosperidade dessas nações, menos ricas menos vastas e menos importantes que o Brasil. [...] O povo do interior vive, pela sua ignorância, subordinado pela mais revoltante da tyrannias – a tyrannia religiosa. [...] Move-se ao menor aceno de um padre, que o explora, illude e ludibria, como um velho ursoà voz d'um histrião.
>
> Bastavam que os governos tivessem um pouco de patriotismo, porque um governo patriótico não pode deixar de incluir no seu programma medidas relativas a instrução.
>
> É a instrução que dá ao homem o governo da liberdade, porque é ella que lhe dá energia de caracter e convicções firmes.
>
> Não obstante o que deixamos exposto, falla-se actualmente na creação de uma universidade. Enorme disparate!
>
> Cuide-se da instrução superior depois de estar bem organisada a primaria e a secundaria. (*O Nono Districto*, 29.1.1882, p.1)

O artigo inicia tomando os Estados Unidos[8] como uma espécie de referência quando se trata de avaliar o avanço da instrução pública. A comparação com outras nações "menos ricas" que o Brasil, mas que, em virtude do investimento em instrução pública, conseguem atingir "prosperidade" superior que a brasileira, reforça a necessidade de investimento.

Entretanto, por meio das críticas ao modelo de instrução pública do Império, pode-se perceber também o ataque à tradição inventada pelos saquaremas e que serviu como alicerce de sustentação do Segundo Reinado: "o catolicismo hierárquico". A religião de Esta-

8 Mais adiante, poderemos perceber que os redatores de *O Nono Districto* tomarão os Estados Unidos como exemplo a ser seguido pelo Brasil em muitos outros assuntos, indicando uma presença forte do "americanismo" nas páginas do jornal.

do cumpria seu papel de garantir o "controle social porque o Estado não lograra ainda realizar sua tarefa pedagógica de transformar todo o 'povo' brasileiro em 'opinião pública'" (Alonso, 2002, p.65).

Nesse momento, a educação aparece como instrumento capaz de moralizar, ou interferir na moral dos indivíduos, principalmente num período em que a abolição da escravidão se aproximava e com ela a incógnita de como seria transformar uma massa de ex-escravos em "cidadãos". O artigo também criticava o modelo de educação adotado no Império, que consistia na criação de universidades em detrimento da instrução primária e secundária.

Os republicanos paulistas – PRP – também se opunham ao método utilizado pelo governo imperial que privilegiava a criação de universidades. Ao proporem a reforma no ensino, tinham por objetivo a defesa do ensino científico voltado para profissionalização, ou seja, criar escolas voltadas para formação de mão de obra, a fim de que pudessem ser absorvidas pela produção da riqueza nacional: a agricultura.

Em outro artigo, o jornal defende a importância da educação, cita Voltaire – "A instrução é tudo; é a fonte fecunda da ordem do repouso e da felicidade" – e critica o domínio exercido pela Igreja na educação:

> O domínio que os padres exercem aqui firma-se tão somente na ignorância popular. Além de illudirem o pobre povo, de enganarem-no, ensinando-lhes doutrinas contrarias as christans, como sendo as de Christo, procuram conserva-l-o no obscurantismo e sugam-lhe quanto o dinheiro podem sugar-lhe. (*O Nono Districto*, 12.2.1882, p.1)

O jornal publica um artigo em que elogia o deputado Afonso Celso de Assis Figueiredo Jr. em decorrência do lançamento de seu livro *Seiscentas léguas de Bahia e Minas,* que critica o estado em que se encontra a literatura brasileira:

> Se o thesouro está vazio e é preciso enchel-o, a litterarura brasileira está anêmica e precisa de reconstituintes.

É verdade que pouco se pode esperar litterariamente do heroe de Cebolas, ou da barriga do sr. Conselheiro Martim, do sr. Duque Estrada, que cultiva a flor da gente, ou do sr. Costa Pinto, que não cultiva flores, nem mesmo as da rhetorica.

> [...]
>
> Na Europa saem-se da litteratura para a política. Todos ou quase todos os estadistas e deputados portuguezes são ou foram litteratos.
>
> [...]
>
> Na Espanha os primeiros vultos da scena política são também os primeiros na arena jornalística.
>
> A actual câmara dos deputados franceses, pertencem muitos jornalistas, philosofos, poetas e críticos.
>
> [...]
>
> Quem faz caso de Machado de Assis ou Bernardo Guimaraes – dous notáveis artistas? São litteratos, vivam lá da sua litteratura.
>
> Política são para os políticos...
>
> E viva Sua Majestade, que é sábio falla hebraico, copia Garção e protege o talento. (*O Nono Districto*, 15.1.1882, p.1)

O artigo possui uma interpretação não só da pobreza literária entre os políticos brasileiros, como também demonstra, citando o exemplo europeu, a relação existente entre a literatura e a política. Essa relação com a literatura fornece à política um valor positivo na medida em que a literatura contribui para a formação intelectual do político como acontecia na Europa. Talvez, para os redatores do jornal, essa relação entre a literatura e a política fizesse parte da construção desse novo espaço público, que, por sua vez, vinha arraigado nas "liberdades democráticas". Nesse sentido, a ilustração poderia ser uma forma de estabelecer novas hierarquias e diferenças numa sociedade de iletrados. Talvez por isso, a estreita relação entre política/literatura. Literatura como forma de legitimar poderes dos novos integrantes do regime.

Segundo Ângela Alonso (2002, p.57), algumas obras literárias, até pelo menos pouco mais da primeira metade do século XIX – período de consolidação do Estado imperial –, serviram para "gerar

uma imagem da nação brasileira como síntese americana de europeus e aborígines", excluindo, dessa maneira, a presença e a identidade do africano como formador da nacionalidade brasileira. As obras dos conservadores e conselheiros de Estado, José de Alencar em *O Guarani* (1857) e Gonçalves de Magalhães em *A confederação dos tamoios* (1856), cumprem esse papel de forjar a identidade brasileira.

Ângela Alonso (2002, p.29) elucida melhor essa questão: "para que a nação fosse brasileira era preciso gerar uma diferenciação com a antiga metrópole, uma origem nativa. Tratava-se de dotar o Brasil de uma identidade, uma língua, uma história, um povo, enfim inventar uma tradição nacional".

A liberdade de ensino ainda foi tema de *O Nono Districto*, quando o jornal transcreve um texto do visconde de Benalcanfôr, em que este, além de criticar a influência exercida pela Igreja em relação ao ensino, relaciona a liberdade de ensino como sendo parte integrante do conjunto das "liberdades" que compõem a "associação humana", liberdade de indústria, de comércio, de trânsito, de pensamento, de cultos e de consciência:

> A liberdade de ensino é o ideal supremo da escola liberal, desenvolvidas e parallelas com essas liberdades todas as outras que podem e devem co-existir na associação humana, taes como a liberdade de industria, de commercio, de transito, de pensamento, de cultos e de consciência.
>
> [...]
>
> A liberdade de ensino pertence a cathegoria das liberdades humanas, cujas únicas limitações são determinadas pelos grandes interesses sociais.
>
> [...]
>
> Limitar essa liberdade no intuito de subtrhair a influencias nocivas a geração nova e aniquilar a reacção clerical que não contente com a doutrinação do púlpito aspira a imprimir no espírito da mocidade o cunho de uma theocracia absorvente, eis a necessidade social, o dever dos governos prudentes e esclarecidos. (*O Nono Districto*, 5.10.1882, p.1)

Nas publicações dos seus redatores ou na transcrição de textos de outros autores, o jornal *O Nono Districto* procurou adequar a instrução pública às transformações econômicas pelas quais o Brasil passava. Os redatores também não deixavam de criticar o que para eles seria a "antítese" do progresso que o ensino poderia proporcionar à sociedade brasileira: a Igreja. A liberdade de ensino consistia em retirar das mãos da Igreja a primazia do ensino que, segundo *O Nono Districto*, conservava o povo no "obscurantismo". É interessante ressaltar que, nessa época, os "conservadores emperrados" – na expressão de Ângela Alonso (2002) – colocaram-se contrários aos "efeitos" que as transformações socioeconômicas estavam ocasionando para a sociedade brasileira, operando uma tentativa de defesa das tradições imperiais agora ameaçadas. Contra a laicização da sociedade, formou-se uma ala "ultramontana" que defendeu a "religião de Estado e reafirmou a base católica do regime". A "civilização moderna" foi questionada, pois era a causadora de "corrupção e depreciamento moral". Segundo o conservador Candido Mendes, essa "nova" civilização teria se debruçado sobre "as ciências físicas e as invenções industriais", esquecendo-se "da verdade religiosa" (ibidem, p.89).

Sobre esse debate, *O Nono Districto*, por intermédio de seu redator Gaspar da Silva, publica um artigo em que procura conciliar a religião com os avanços da ciência, numa relação de reciprocidade, respeitando as especificidades de cada uma, bem como as contribuições que ambas podem fornecer à humanidade:

> Não há homens mais religiosos que os que prestam culto à sciencia.
>
> Herbert Spencer demonstra admiravelmente essa verdade, de continuo atacada pelos theologos.
>
> A sciencia, diz o grande pensador, é hostil as superstições, que tem curso no mundo, sob o nome de religião; não é, porém, a religião essencial, que as superstições occultam.
>
> Se uma parte da sciencia corrente esta impregnada do espírito de irreligião, este espírito não existe na verdadeira sciencia,

> n'aquella que, não contentando-se com o conhecimento das superfícies, penetra as profundezas.
>
> [...]
>
> Tanto mais prospera é a sciencia quanto mais é religiosa.
>
> Tanto mais floresce a religião quanto mais scientifica é sua base.
>
> [...]
>
> Não é irreligiosa a sciencia, como muita gente crê e como toda a hora affirmam os maus padres.
>
> Irreligioso é o desprezo pela sciencia. (*O Nono Districto*, 26.4.1882, p.2)

Diante do que foi exposto até aqui, o debate em que *O Nono Districto* esteve inserido em relação ao ensino e às suas propostas pode sugerir uma crítica à tradição imperial, não só por colocar o Brasil "no plano das nações adiantadas" – posição essa que poderia ser alcançada por intermédio do ensino –, mas por conceber que a instrução "é que dá ao homem o governo da liberdade, por que é ella que lhe dá energia de caracter e convicções firmes" capazes de preparar o homem para viver numa sociedade em que as desigualdades inerentes ao processo de desenvolvimento econômico são escamoteadas.

O debate em torno da substituição do braço escravo pelo imigrante foi tema recorrente no Brasil, e o jornal *O Nono Districto* não se esquivou em debater esse assunto. Em abril de 1882, o jornal já se pronunciava defendendo a naturalização do imigrante. O artigo argumentava que, por causa de "nossas leis degradantes e vexatórias", o imigrante não tinha o interesse de permanecer no Brasil, porque isso não lhe era "franqueado" ou não podia compartilhar das nossas poucas liberdades.

A falta de um aparato jurídico-constitucional organizado que transformasse os imigrantes em cidadãos com os direitos iguais aos brasileiros – "as poucas liberdades que nos alimentam" – foi uma das causas que impediram a fixação do imigrante ao Brasil. Como consequência, o imigrante vinha para o Brasil para "fazer" fortuna e logo após regressava ao seu país de origem, não contribuindo "mais para a nossa prosperidade". Isso pode indicar que *O Nono Districto* se preocupava em criar condições de acesso às novas cidadanias,

principalmente em relação ao imigrante europeu, mas escamoteava a real condição dos brasileiros, em particular os ex-escravos ou os livres e pobres.

Os redatores do jornal, ao questionarem a "coleção de leis degradantes e vexatórias", estavam preocupados em garantir uma corrente de imigração "espontânea e limpa" para o Brasil, visando solucionar o problema da substituição do braço escravo. Nesse artigo, a imagem do imigrante é associada à prosperidade e ao progresso.

> O estrangeiro emigrado para o nosso seio, vendo systematicamente fechadas para si as portas dos negócios políticos, e o que ainda é mais, encontrando uma coleção de leis degradantes e vexatórias, obrigando-o a um juramento ao encontro aos dictames da sua consciência, recúa espavorido ante a exigencia irracional, absysmando-se num egoísmo tão torpe como o nosso, e procurando elevar a altura de um principio absoluto o – *serve te ipsum*. É assim que, compenetrando-se da influencia do meio em que vive, torna-se logo ávido de fortuna, procurando, com a actividade de que é dotado, sugar a nossa riqueza, regressando assim que se levado pelo ouro, à terra natal, ao paiz que lhe é franqueado o direito de votar e ser votado, o direito em summa de intervir na grande elaboração política e humanitária das coisas.
>
> [...]
>
> O estrangeiro não contribue mais para a nossa prosperidade, porque, desde que obtem alguma fortuna, regressa a pátria, onde não medram prejuisos ou preconceitos mesquinhos. Já disse alguém – a corrente de uma imigração espontânea e limpa entre nós é impossível, enquanto ao estrangeiro não forem franqueadas as poucas liberdades que nos alimentam. (*O Nono Districto*, 29.1.1882, p.1-2)[9]

9 Em outro artigo, de 9 de abril de 1882, o jornal coloca novamente a questão, mas, dessa vez, exaltando as figuras políticas que estavam se empenhando na causa da naturalização. Entre os nomes, constavam os republicanos – "liberais republicanos" – Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e Ubaldino do Amaral, além de outros como Pereira da Silva, Nicolau Moreira e Silvio Romero – "positivistas abolicionistas".

As queixas dos republicanos paulistas também vinham nesse sentido. Queriam propor medidas em que o imigrante pudesse ter maior facilidade para se naturalizar, participando na "comunhão da família brasileira". Criticavam a reforma eleitoral do governo que "alargava os direitos do cidadão naturalizado" sem, contudo, definir as formas de naturalização. A intenção dos republicanos, em tornar os imigrantes cidadãos, era aumentar o fluxo dessa corrente imigratória para o Brasil (Programa dos Candidatos Republicanos Paulistas apud Barriguelli, 1986, p.24).

Nestes dois próximos artigos, a naturalização do imigrante tomará outros caminhos. Vejamos o porquê:

> Especialisando a questão ao nosso paiz vemos que, talvez, em maior escala seiam os benefícios que lhe prestariam a Grande Naturalização.
>
> Como conseqüência immediata teríamos a transplantação para o nosso paiz das industrias adiantadas, das artes úteis, das artes plásticas, e conseqüente incremento que teria o nosso commercio e a riqueza dos paiz.
>
> Além do contingente que necessariamente havia de trazer a sciencia, entre nós, a massa de homens livres para aqui emigrados; *além do avigoramento da nossa raça depauperada pelo tacanho systema de educação de nossos avós e pelo cruzamento das raças inferiores ethnografhicamente fallando*, nós temos que a sua realização viria solver o problema que na actualidade mais insta por uma solução – qual o da abolição do braço escravo. (*O Nono Districto*, 3.6.1883, p.1)
>
> A melhor população – está plenamente demonstrado – só nos pode ser fornecida pelos paises mais avançados da Europa, por immigrantes espontâneos, dirigindo-se ao Brazil na persuasão de aqui encontrarem elementos para melhorarem sua sorte. [...] Cumpre não confundir o problema de immigração com o da substituição dos braços necessários à grande lavoura. Esta quer salários e chega a preferir os de raça inferior. *O escopo da immigração, porém, é de ordem muitíssimo mais elevada; busca organizar os elementos que*

devem formar a grande nacionalidade brasileira, senhora da maior e melhor parte do continente Sul-Americano. Exige por isso mesmo a maior seleção desses elementos. (*O Nono Districto*, 23.2.1884, p.1)

Nos artigos, a "Grande Naturalização" seria benéfica ao país porque traria com ela o desenvolvimento do progresso material por meio das "industrias adiantadas", das artes de maneira geral, incrementando o comércio "e a riqueza do paiz". A imagem do progresso na figura do imigrante é novamente aventada. O imigrante é inserido no componente econômico de crescimento da província de São Paulo.

No decorrer dos artigos, o componente econômico cede lugar ao componente racial. Além de prover a lavoura de braços e de promover o progresso material das "riquezas do paiz", a imigração ganha outra função: "organizar os elementos que devem formar a grande nacionalidade brasileira" por meio do "revigoramento da nossa raça" que há muito estava depauperada em razão do "cruzamento" com raças inferiores. Para esse revigoramento da "raça" brasileira, os artigos eram unânimes em propor uma seletividade que, por sua vez, era concretizada apenas com a presença do imigrante europeu. Dessa forma, buscava-se construir um novo espaço público dotado também de uma nova moral que, por sua vez, era concretizada com a presença do imigrante europeu.

Em conferência realizada em Franca, em 25 de maio de 1884, César Ribeiro – um dos redatores do jornal – "combateu a immigração asiática, fez um resumo histórico da colonisação da América do Norte e demonstrou a superioridade e conveniência da immigração européia, máxime da germânica" (*O Nono Districto*, 31.5.1884, p.1-2).

No Congresso Agrícola de 1878, a imigração asiática, em particular do *collie* indiano ou chinês, foi aventada, como elemento de transição, até a constituição de uma corrente imigratória europeia.

Todavia, assim como *O Nono Districto*, os fazendeiros paulistas viam com desconfiança esse tipo de imigrante que poderia representar "o regresso [para] a nossa civilização" (Salles, 1986,

p.96). É importante salientar que esse posicionamento do jornal era compartilhado por muitos outros políticos e pensadores brasileiros. Alberto Sales, por exemplo, projetou "A Pátria Paulista"[10] como sendo "geograficamente determinada, rica, branca, e por isso promissora" (Adduci, 2000, p.103).

Por sua vez, Joaquim Nabuco concebia a miscigenação como parte integrante da nacionalidade brasileira, não considerando o negro como uma raça inferior; Nabuco criticava e responsabilizava a escravidão pelo atraso do país, obstaculizando toda a forma de progresso. Como forma de desenvolvimento da nação, propunha o trabalho assalariado, defendendo uma corrente imigratória europeia que trouxesse, "sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásico vivaz, enérgico e sadio" (ibidem, p.52-3).

O país passava por transformações socioeconômicas que exigiam que a nação brasileira fosse repensada. A noção de progresso que essas transformações ensejavam teve seu correspondente no imigrante, cuja imagem passou a estar associada com "ordem, moralidade e progresso" (ibidem, p.49).

A noção de trabalho com o advento do imigrante ganha uma conotação positiva: o trabalho possibilitaria ao imigrante ter acesso à riqueza, além de ser visto como o elemento capaz de desenvolver o aprimoramento técnico, em detrimento do aviltante trabalho escravo que, "pelas implicações de coerção e violência, [era] uma brutalização do trabalhador, cuja força era confundida com a força animal" (Salles, 1986, p.80).

Ao propor que a função do imigrante era "organizar os elementos que devem formar a grande nacionalidade brasileira" por meio do "revigoramento da nossa raça" que há muito estava depauperada em razão do "cruzamento" com raças inferiores, o jornal *O Nono Districto* esteve inserido em outro debate recorrente na segunda metade do

10 A expressão "Pátria Paulista" surge do movimento criado em 1887 que visava à separação da província de São Paulo do restante do império. "A Pátria Paulista" teve muitos idealizadores, entre os quais podemos destacar o próprio Alberto Sales e Martim Francisco de Andrada Jr.

século XIX: a discussão da nacionalidade brasileira ante às transformações socioeconômicas impostas pelo "novo liberalismo" e o papel que caberia ao negro em meio a essas transformações. Parece, ao que tudo indica, que o jornal compartilhou do pensamento e das metodologias empregados na época: o "embranquecimento" da nação.

Todavia, o debate em torno do imigrante como saída viável para a substituição do trabalho escravo esteve inserido também em uma outra questão: como dotar o Estado brasileiro de condições jurídico-institucionais que pudessem garantir a permanência do imigrante no Brasil. Vejamos como o periódico debateu essa questão.

> Fallamos ou queremos fallar do casamento civil e da secularisação dos cemitérios.
>
> [...]
>
> Estes projetos convertidos em leis, depois de ligeiras modificações, muito concorrerão para melhorar o nosso estado de cousas, para a salvação da nossa lavoura quase em decadência, amenisando ao mesmo tempo a demora da passagem da lei sobre a liberdade de cultos.
>
> [...]
>
> Em todo o caso venham as reformas; venham acompanhadas da effectividade do registro civil que, antes mesmo da separação da egreja e do estado, teremos lançado forte barreira às pretensões da egreja.
>
> As lutas constantes entre o poder temporal e o espiritual desaparecerão.
>
> A lavoura tomará força e vigor pela corrente de emigração que afluirá às nossas plagas. (*O Nono Districto*, 22.1.1882, p.1)

Ao propor o casamento civil, a secularização dos cemitérios e a liberdade de culto, barrando as pretensões da Igreja, o jornal também almejava oferecer ao imigrante uma sociedade liberal que pudesse, além de atraí-lo, fixá-lo na terra. *O Nono Districto*, por intermédio do seu colaborador, o chefe do Partido Liberal de Franca, Francisco Barbosa Lima, propôs que o partido agora no poder exe-

cutasse plenamente o seu programa político de 1868, no qual previa a separação da Igreja do Estado.

Segundo Francisco Barbosa Lima, enquanto perdurasse no Brasil a "religião official" impondo ao povo uma religião, "forçando as mais das vezes a sua consciência: não nos é dado a reclamar os foros de nação livre e independente". Esse era um dos fatores que ocasionavam o atraso do comércio, das indústrias e da lavoura, além de obstaculizar a entrada de imigrantes para o país. Cabe ressaltar que, nos municípios, a construção de um novo espaço público representava também enfrentar aquilo que veem como crise ou decadência da lavoura. A reforma que ao Partido Liberal cabia executar era em nome do progresso, de que o próprio partido acreditava fazer parte:

> O partido liberal, hoje no poder, com maioria na câmara temporária e quase equilibrado no senado, cumpre examinar o seu programma e executal-o.
>
> N'elle está inscripta, em caracteres indeléveis, a separação da egreja do estado.
>
> É, pois, chegado o momento ao partido dominante para realizar o seu compromisso ou antes um dos seus compromissos solemnemente exarados no programa de 1868, fazendo a felicidade da pátria e conquistando para si os louros immorredouros da gloria.
>
> O partido liberal perderá o seu prestigio, negará as suas gloriosas tradições, mentirá à sua própria consciência, se deixar de levar a effeito esta importante reforma.
>
> [...]
>
> É o obstáculo mais formidável lançado a frente do progresso, da industria, do commercio e da lavoura. E hoje, mais do que nunca, é preciso destruil-o.
>
> Tratamos de substituir o braço escravo para o braço livre, substituição de há de operar pelo estrangeiro e que não se realizará emquanto perdurar o estado de cousas que nos cerca.
>
> Urge, pois, que se remova emquanto antes o espantalho da emigração, urge que seja de prompto riscado o artigo 5° da nossa constituição. (*O Nono Districto*, 15.2.1882, p.2)

A criação de uma lei de locação de serviços também era uma medida que visava garantir a permanência dos trabalhadores imigrantes no Brasil. A referida lei era uma das aspirações do PRP a medida em que facilitava a locação de serviços, ou seja, a relação entre patrão e empregado:

> [...] parece urgência estabelecer na legislação um plano que possa adaptar-se melhor às mutuas relações entre o locador e o locatário, definindo com clareza e precisão os direitos e obrigações recíprocas, e afirmando ao mesmo tempo as garantias indispensáveis e eficazes para a execução do contrato. (Programa dos Candidatos Republicanos Paulistas apud Barriguelli, 1986, p.25).

Na verdade, o PRP queria garantir os seus direitos como proprietários de que os contratos estabelecidos com os trabalhadores imigrantes fossem cumpridos na forma de lei, garantindo, ao mesmo tempo, a continuidade da mão de obra nas suas propriedades, reforçando o vínculo empregatício via contrato, o que possibilitava a permanência do trabalhador imigrante na propriedade. É interessante notar que o jornal *O Nono Districto* (8.4.1883, p.1) tinha uma opinião semelhante:

> A falta de braços, que sem duvida encareceu o trabalho, é uma das causas do definhamento da lavoura.
>
> Não é, contudo, unicamente com esta dificuldade que luctam os fazendeiros do nosso paiz: outras de grande ponderação impedem-nos de utilizar-se de trabalhadores livres.
>
> A falta de uma lei simples e enérgica relativamente ao contracto de locação de serviços e as exigências de tratamento por parte dos trabalhadores atam completamente o lavrador brazileiro a um verdadeiro leito de dor.
>
> É mal chronico dos nossos legisladores o consumirem tempo precioso na confecção de leis extensas e difíceis de serem executadas por qualquer individuo alheio à jurisprudência.

> A única lei sobre locação de serviços que existe, é a de 15 de Março de 1879 e ainda dependente de regulamento. E esta, se não é um monstro de obscuridades, é um conjunto de tropeços para o locatário.

Ao propor a criação de uma lei que pudesse organizar os contratos de trabalho, o jornal não estava apenas preocupado em garantir a permanência do trabalhador na propriedade. A situação da lavoura brasileira também levou o jornal a propor medidas que pudessem alavancar a sua expansão. Dessa forma, ao propor essas medidas, o jornal também criticava os posicionamentos do governo imperial. Em artigo de dia 12 de março de1882, *O Nono Districto* criticava uma medida do governo que consistia em estimular o crescimento dos "engenhos centraes" – de cana-de-açúcar – como saída viável para o desenvolvimento da agricultura na província de São Paulo. Na opinião do jornal, "os engenhos centraes não podem dar-no aquillo de que precisamos já e já; um auxilio efficaz à lavoura, auxilio que se traduza no seguinte: crescente aumento de trabalhadores livres, facilidade e barateza nos transportes e conveniente obtenção de capitães" (*O Nono Districto*, 12.3.1882, p.1).[11]

Em outro artigo, o jornal propunha como solução para a falta de braços na lavoura a utilização dos mendigos. Essa proposta também complementava o que constava no Código Posturas do Município, visto que, no Título IV, "Do Socego e Moradia Publica", "ficava expressamente proibido a toda a pessoa, sob qualquer pretexto, para qualquer fim e destino, tirar esmolas dentro desta cidade".

> Uma dellas [causas do atraso da lavoura] e talvez a principal, é a falta de braços, ou antes, o não se aproveitarem os ociosos que vivem do vicio e talvez do crime.
>
> Quantos indivíduos de ambos os sexos há na cidade, que não tem profissão alguma e que não procuram tel-a, tal é o preso da preguiça que se lhes agarrou aos hombros.

11 Em artigo de 24 de junho de 1883, o jornal transcreve artigo da *Folha Nova* em que é cobrada melhor condição de crédito para a lavoura.

> Quantos mendigos não percorrem semanalmente em pechinchona via-sacra as ruas da cidade, podendo a maior parte delles, pela sua robustez, empunhar e manear desembaraçadamente uma enxada ou a rabiça de um arado? (*O Nono Districto*, 20.8.1882, p.1)

O jornal também buscou alternativas para a expansão comercial e industrial de Franca como fica evidenciado no seguinte artigo:

> É preciso crear em Franca a grande industria.
>
> O que lhe falta?
>
> Iniciativa não é porque ella manifesta-se na pequena industria, bastante animada mas pouco productiva.
>
> [...]
>
> Faltarão capitais?
>
> Entre três ou quatro indivíduos se realizaria de um momento para o outro o fundo social necessário para uma grande fabrica.
>
> Só o que falta, o que é deplorável, é um poucochinho de desprendimento da parte d'esses indivíduos – mais amor a causa commum e largar o receio de arriscar uma parcella das suas fortunas para felicitar uma população que contribuiu para essa fortuna.
>
> A via férrea approxima-se de nós.
>
> E o que fazemos para recebel-a?
>
> Julgar-se que a locomotiva jorra a industria de mistura com o vapor?
>
> A estrada de ferro vem assegurar o nosso bem estar, se soubermos preparal-o.
>
> Há actividade na Franca mas nota-se ainda o predomínio dos velhos costumes, todos medrosos, indecisos, vacillantes, caturras.
>
> Precisamos aqui da energia norte-americana.
>
> Três ou quatro yankees com uma dezena de contos de reis cada um, já teriam feito da Franca, só com a esperança da estrada de ferro, um grande centro comercial e industrial. (*O Nono Districto*, 12.4.1884, p.1)

Nesse artigo, o jornal oferece espaço para a discussão em torno da expansão da indústria e do comércio no município de Franca,

podendo indicar que, ao pensarem no surgimento de uma nova ordem pública, os redatores do jornal também pensavam em contemplar esses setores da economia. Essa proposta fazia com que os redatores do jornal se diferenciassem, por exemplo, do PRP, cujas propostas visavam sempre à expansão do setor cafeeiro na província de São Paulo, que, por sua vez, propiciaria a "reprodução e ampliação" do capital a uma parcela dos cafeicultores do Oeste Paulista vinculados ao partido, como salienta Iraci Galvão Salles (1986, p.34):

> A expansão da economia cafeeira durante a metade do século XIX está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento histórico de reprodução e ampliação do capital, através da constituição de uma economia de caráter nacional, estabelecendo relações e interações com o capitalismo internacional.

Por fim, cabe ainda ressaltar que, nesse contexto de expansão industrial e comercial, os redatores de *O Nono Districto* fazem referência aos Estados Unidos ou à "energia norte–americana", contrapondo-a ao "predomínio dos velhos costumes" que imperavam no município de Franca, obstaculizando tal expansão.

O jornal propôs ainda, como medida de expansão do comércio, que se aproveitasse o potencial que o município de Franca possuía na produção de diamantes:

> D'esta falta de dinheiro de que se resente o commercio e que faz-se recusar trabalho a quem o vem demandar a essas paragens, há de resultar uma crise tremenda de que só um meio nos poderá salvar: a exploração dos diamantes. [...] E as minas de um prodigiosa fecundidade, ahi estão abandonadas. [...] O commercio da Franca, que podia atrahir ao município milhares de garimpeiros, dando uma vida extraordinária à cidade, hoje que os diamantes estão em alta, dorme o somno da indiferença. [...] Explorem-se as minas de diamantes em Franca e a nossa população crescerá tam-

bém n'uma proporção phantastica, mas no meio da riqueza e da abundancia. (*O Nono Districto*, 11.10.1884, p.1)[12]

As experiências de República em *O Nono Districto*

Como foi demonstrado até o momento, o jornal *O Nono Districto* esteve inserido nos debates que envolveram a crise do Brasil-Império. O jornal, por intermédio dos seus redatores e colaboradores, participou dos debates propondo soluções, apresentando também questões novas como a defesa do municipalismo e questionando alguns posicionamentos tomados pelo governo imperial. Na maioria das vezes, o jornal enveredou-se pelos caminhos da mudança que as transformações socioeconômicas cobravam.

Diante disso, que experiências de República estiveram presentes no jornal? Ou melhor, a inserção do jornal nas questões anteriormente debatidas confere-lhe aproximação ou distanciamento da mudança de regime que era proposta pelos vários grupos políticos que fizeram parte da geração de 1870? Contudo, pelo menos no período pesquisado, o jornal não é órgão de propaganda republicana como já atestaram outros autores (Tavares, 2007, p.116). A indagação consiste no seguinte: se o jornal participou das discussões dos temas que ensejavam muitas vezes a mudança da ordem pública, como ele se posicionou ante a implantação da República em si?

No entanto, para tentar elucidar essas indagações, foram selecionados os artigos que o jornal produziu envolvendo a República e os republicanos. Dessa forma, podem-se demonstrar as várias posições que o jornal tomou em relação à República investigando o que foi exposto nos artigos, demonstrando como ele pensou os ideais de República.

12 A exploração de diamantes também foi tema do jornal em 18 de outubro de 1884, p.1; 31 de outubro de 1884, p.1; 8 de novembro de 1884, p.1; 5 de outubro de 1882, p.1.

Diante disso, o jornal não deixou de criticar os republicanos paulistas – PRP – e suas alianças políticas e eleitorais com os conservadores na província de São Paulo:

> Cremos ter sufficientemente demonstrado no precedente artigo que em S. Paulo não existe ainda sincero e verdadeiro o partido republicano.
>
> [...]
>
> Que esse partido não existe, embora todas as pomposas aparências, é uma verdade incontestavel, queira ou não queira o illustre sr. Martinho Prado Jr.
>
> Se s.s é realmente republicano, de boa fé adoptou esse partido, tome muito em consideração o que vamos expor, e que muito de perto se entende com o futuro do mesmo partido.
>
> O pretenso partido republicano paulista, já não existiria, não figuraria mais nos comícios eleitoraes, se o governo liberal fosse menos avaro.
>
> Abrisse elle o cofre das graças, saptisfizesse a avidez de muitos republicanos que correm apoz um emprego retribuído; alimentasse a fofa vaidade de outros que sonham com uma subdelegacia de policia, com uma patente da guarda nacional, ou com uma tetéia qualquer, e a debandada seria completa, e a republica ficaria reduzida a meia dúzia de chefes sem soldados.
>
> [...]
>
> E, se os liberais escrupulisam, se o governo do seu partido desattende as pretensões dos republicanos a empregos públicos, virão os conservadores que saberão usar e abusar d'esse recurso deixando desertas as fileiras republicanas. (*O Nono Districto*, 23.7.1882, p.2)

O artigo termina denunciando as alianças políticas entre conservadores e republicanos na província de São Paulo, no momento em que "o partido liberal [espalhava] aos quatro ventos o libérrimo programa de 1869, que em parte era do partido republicano, hasteava bem alto a bandeira liberal, e clamava pelas reformas democráticas". A referida aliança entre conservadores e republicanos

conseguiu derrotar os liberais nas eleições de 1869. Em razão dessa vitória, o artigo questiona: "É ou não [os republicanos] um grupo de conservadores disfarçados".

Essa crítica feita pelo liberal francano Francisco Barbosa Lima, que questionava a "identidade política" dos republicanos, tinha fundamento: segundo Sérgio Buarque de Holanda (1972b, p.258-9), mesmo após o Manifesto de 1870, ainda era muito difícil estabelecer uma diferenciação entre liberais e republicanos, por causa do forte caráter reformista que marcou as ações políticas desses grupos.

Para Raul de Andrade e Silva (1970, p.445), a maior diferenciação dos republicanos em relação aos liberais monarquistas residia essencialmente na "opção declarada pela República". Por causa dessas "afinidades" políticas, os republicanos sempre procuraram um distanciamento dos liberais, que muitas vezes se transformavam em apoio político aos conservadores quando da realização das pugnas eleitorais.

Quando o Partido Liberal sobe ao poder em 1878 e consegue a adesão ao gabinete Sinimbu de um dos signatários do Manifesto de 1870, Lafayete Rodrigues Pereira, os republicanos procuram um distanciamento ainda maior em relação aos liberais. Esse episódio fez com que o PRP negasse, por meio de um manifesto, o apoio ao novo Ministério: "Não podemos, pois, prestar-lhe o apoio direto, prometer-lhe adesão, porque isso seria negarmos a nossa própria existência e condenarmos os motivos justificáveis do manifesto de 3 de Dezembro de 1870" (Brasiliense, 1978, p.162-3).

Em uma conferência abolicionista realizada no município de Casa Branca, um dos redatores do jornal, Gaspar da Silva, critica o Programa dos Candidatos do PRP, "apontando graves inchoerencias" e concluindo "disse que os republicanos da província podem ser expostos à irrisão pública, de barrete phryrio na cabeça e chicote na mão" (*O Nono Districto*, 8.7.1883, p.2). Em outra conferência do Centro Abolicionista de São Paulo, Raul Pompéia critica o mesmo documento do partido, alegando "que os republicanos paulistas querem a liberdade religiosa, querem a liberdade de ensino, querem

a liberdade de reunião; só não querem a liberdade do captivo, cujo o suor os sustenta" (*O Nono Districto*, 22.4.1883, p.2).

O jornal *O Nono Districto* (25.3.1884, p.1-2) criticou também a posição dúbia adotada por Saldanha Marinho em relação à escravidão:

> Como, porém, é preciso ser lógico, o sr. Saldanha Marinho está no caso agora de pugnar pela escravidão, opondo-se aos abolicionistas reformadores também. A escravidão, que nos conste, não deixa de ser infelizmente garantida pelas leis brazileiras. E se amanhã encarregarem a s. exc. a defeza da barbaria – mantida constitucionalmente – s. exc. pôde recusar em nome do seu coração, mas não em nome da sua choerencia porque essa perecerá pela base. Se tudo quanto a Constituição mantêm é excellente e deve ser inffalivelmente conservado, também chegaremos a conclusão pouco agradável de que o partido republicano é simplesmente monstruoso, tendo por alvo a destruição desse monumento de todas as felicidades imagináveis para uma nação.

Na verdade, os republicanos sempre tomaram uma posição dúbia em relação à escravidão. No Manifesto de 1873, o partido prefere encarar o problema como uma "questão social" e não política, transferindo para a sociedade ou para o "organismo social" o tratamento do problema. Ao transferir o problema para "questão social", o PRP não se sentiu responsável em solucionar um problema de tamanha amplitude, já que afetava "todos os interesses" e colocava em risco a ordem social.

Nesse período, é importante ressaltar que, além do grande número de proprietários rurais que compunham as hostes do partido, a província de São Paulo não havia adquirido uma corrente imigratória, fatores esses que influenciaram nesse posicionamento do PRP. No Programa dos Candidatos de 1881, que, como vimos, foi alvo de críticas pelo jornal *O Nono Districto*, os republicanos paulistas continuavam com sua linha de ação: a eliminação da escravidão "não poderia colocar em prejuízo [o] organismo de ação em que

ela foi incrustada", ou seja, os republicanos temiam que abolição viesse a desestabilizar a lavoura cafeeira por esta ainda depender do braço escravo.

Em decorrência disso, o discurso do PRP não se descuidava em um ponto: "o processo de eliminação consiste em atacar a instituição por partes, criando logo o equivalente em forças e serviços" (Programa dos Candidatos Republicanos Paulistas apud Barriguelli, 1986, p.31).

Um fator que colocava o PRP a se posicionar mais "à vontade" sobre a abolição consistia na entrada mais acentuada de imigrantes na província de São Paulo. Entre 1884 e 1887, a província absorveu cerca de 53.020 imigrantes dos 145.880 que entraram no Brasil, o que dá aproximadamente 36,3% do total (Cardoso, 1977, p.22).

Em maio de 1887, o PRP lança seu último manifesto debatendo o assunto. Nesse manifesto, o partido quase que referendava o fim da escravidão, exaltando que o "esforço para a substituição do braço escravo e *organisação* do trabalho livre foi sempre na linha crescente e *parallela* a da eliminação dos escravos pela generosidade dos senhores e cooperação dos poderes públicos" (*A Província de São Paulo*, 16.7.1887).

O artigo apresentado a seguir, de Gaspar da Silva, em sua análise do Congresso do Partido Republicano, parece resumir o pensamento do jornal *O Nono Districto* (22.4.1883, p.1) em relação aos republicanos:

> Foi esta a única resolução importante tomada pelo Congresso [publicação do livro de Assis Brasil] segundo o resumo dos seus trabalhos publicados na [no jornal] Província – orgam dos republicanos paulistas e dos senhores de escravos fugidos.
>
> Da abolição não se fallou.
>
> Os republicanos paulistas não tractam de questões sociaes...
>
> [...]
>
> Querem a extincção do elemento servil para d'aqui a vinte ou trinta anos.
>
> Uns patriotas exemplares!

> Na minha humilde opinião, o partido republicano brazileiro não deve por emquanto shair da esphera da propaganda.
>
> Distribuir as mãos cheias jornaes e livros, crear escholas, pregar a doutrina democrática em logares públicos, analysando ao mesmo tempo os actos da monarchia, e, principalmente, combater a instituição negra – eis tudo quanto devem fazer os republicanos sinceros e despretenciosos.
>
> [...]
>
> Não há a mínima conveniência para o partido republicano brazileiro em disputar cargos electivos; ao contrario, há inconveniência e grande, porque, para não soffrer derrotas vergonhosas, é forçado a fazer transacções com qualquer partido monarchico.
>
> Não foi votação republicana a que levou os srs. drs. Rangel Pestana, Martinho Prado Junior, e Pinheiro Machado até a assembléia provincial...

Gaspar da Silva condena a atitude do Partido Republicano – o redator não menciona Partido Republicano Paulista – por não tratar do problema da abolição do trabalho escravo no congresso do partido. Segundo Gaspar da Silva, a partir do momento em que os republicanos paulistas não tratavam de "questões sociaes", também não poderiam deliberar a respeito da abolição do trabalho servil na medida em que concebiam a escravidão como uma questão social, como já foi abordado anteriormente.

No entanto, essa crítica de Gaspar da Silva era coerente com o projeto político dos republicanos paulistas: ocorre que, para a parcela dos cafeicultores do Oeste Paulista representada pelo PRP, a República Federativa conformava a principal necessidade. Suas críticas consistiam na "inépcia da elite política [imperial] para gerir a modernização econômica" que a província demandava, na qual seu federalismo "foi uma espécie de passo lógico, dada a impossibilidade de fazer valer suas ideias no regime de centralização administrativa e tributária do Império" (Alonso, 2002, p.154-5). Por sua vez, o federalismo dos paulistas os levou a reivindicar uma maior participação política de São Paulo em âmbito nacional que

fosse correspondente ao crescimento econômico e populacional da província.

Dessa forma, acreditamos que Gaspar da Silva tinha razão em suas críticas, já que o programa dos republicanos paulistas era "político e não social" (ibidem, p.149-55). Na concepção do redator de *O Nono Districto*, os republicanos teriam uma função peculiar: "doutrinar a sociedade" por intermédio de jornais, livros e escolas, pregando essa "doutrina democrática nos logares públicos", e, ao mesmo tempo, analisar os atos da monarquia principalmente no tocante ao combate da "instituição negra".

Dessa forma, para Gaspar da Silva, a função dos republicanos, além de "pregar a doutrina democrática" para a sociedade, residia em transformá-la em uma sociedade liberal, sem a "iniquidade" da escravidão. Para tal tarefa, os republicanos paulistas não precisariam se lançar nas disputas eleitorais, visto que não tinham um eleitorado que pudesse lhes garantir a vitória sem os ajustes com os partidos monárquicos. Talvez fosse esta a maior crítica de Gaspar da Silva aos republicanos paulistas: uma ação "menos política" e mais "pedagógica" capaz de conduzir a sociedade brasileira nesse momento de transição que as transformações socioeconômicas cobravam.

No entanto, o jornal *O Nono Districto* (8.3.1884, p.2), em outros momentos, enalteceu a atuação de um deputado republicano na Assembleia Provincial quanto à questão do elemento servil, diferenciando-o dos republicanos de Campinas ao qual o jornal rotulava de escravocratas:

> Republicano desde os bancos acadêmicos, tem-se conservado indifferente as seduções da monarquia.
>
> Uma promotoria pingue é o sonho dourado dos mais exaltados republicanos, quando chegam ao ultimo anno da vida acadêmica – temos ouvido dizer mais de uma vez.
>
> [...]
>
> É deputado pelo 7° districto; não representa, porém, a estrambótica Republica de Campinas, uma Republica ridícula, que empu-

> nha o bacalhau, em vez do facho incendiário e que tem na cabeça piolhosa, em vez do glorioso barrete phrygio, um coador de café... [...]
>
> Republicano sincero é por coherencia abolicionista intransigente.
>
> Os fazendeiros que o elegeram se suppunham que votavam n'um escravocrata como elles, enganaram-se.
>
> Muniz de Sousa é abolicionista sem restricções, entende, como nós entendemos, que a escravidão é um roubo, uma iniqüidade revoltante, e que sua immediata extincção é a primeira necessidade do Brasil – que só será um paiz digno, um paiz honrado, quando não permitir que alguns dos seus filhos vivam a custa do suor de outros [...].

Nesse artigo, o deputado republicano pelo sétimo distrito eleitoral da província de São Paulo, Muniz de Sousa, tem sua conduta moral exaltada por "conservar-se indifferente das seduções da monarquia", referindo-se aos empregos públicos que eram constantemente oferecidos aos republicanos por parte do governo monárquico.

O artigo também não deixa de criticar a "Republica de Campinas" por sua posição escravocrata, representada nos interesses econômicos dos cafeicultores daquela região. Em contrapartida a essa crítica aos republicanos de Campinas, ao que parece, o articulista relaciona o movimento abolicionista com um republicanismo "sincero". Na concepção do jornal, republicanismo e abolição talvez fossem duas propostas indissociáveis. Com base nisso, justificam-se as críticas à "inchoerencia" dos republicanos paulistas em relação à escravidão, as quais também estavam contidas no Programa dos Candidatos.

Ao prosseguir o artigo, o redator, mesmo afirmando que compartilha do posicionamento do referido deputado, deixa transparecer um fato importante: "entende que como nós entendemos que a escravidão é um roubo, uma iniqüidade revoltante, *e que sua immediata extincção é a primeira necessidade do Brasil* [...]" (*O Nono Districto*, 22.4.1883, p.1 – grifo nosso).

Essa afirmação de *O Nono Districto* pode indicar que, para os redatores do jornal, a abolição da escravidão teria que preceder o advento da República ou, em outras palavras, que a abolição do braço escravo era uma necessidade imediata, talvez por sua realização estar mais perto do que a suplantação do regime monárquico. Como já aventado, ao proporem uma sociedade liberal que garantiria os direitos dos indivíduos como cidadãos, é provável para os redatores do jornal que o advento da República sobreviria já sem a "iniquidade" que a escravidão representava.

O jornal *O Nono Districto* (14.5.1882, p.2), em outro momento, ainda enaltece a participação dos deputados republicanos na Assembleia Provincial:

> Os deputados republicanos uma insignificante minoria numérica, na assembléia, não podiam contar com aquillo que dá forças e valor ao deputado e que consiste nas boas graças do governo; entretanto, eram elles a única, verdadeiramente forte, potencia moral, no seio daquella corporação.
>
> E de facto: em todas as discussões alli aventadas, os representantes dos partidos monárquicos, eram obrigados a ceder golpeados de frente pela minoria republicana.
>
> [...]
>
> Vencendo intrepidamente e com muito custo toda essa pesada carga, conseguiram os republicanos, ou por iniciativa própria ou por predica incessante de suas idéias e de suas praticas, estes benefícios para a província:
>
> Redução do imposto predial de 71/5 % para 3%;
>
> Redução do imposto de 4 réis por quilo de café a 21/2;
>
> Revogação da taxa adicional de 10% sobre a shaida do café;
>
> Applicação de 50% de cada loteria extrhaida na província ao fundo província de emancipação.

Esse artigo mostra a atuação dos deputados republicanos na Assembleia Provincial: muitos dos benefícios que os republicanos conseguem para a província de São Paulo estão relacionados com

o meio econômico ao qual estão vinculados, ou seja, a produção e exportação do café.

Segundo Zimmermann (1986, p.36), o PRP era o canal institucionalizado pelo qual a parcela dos cafeicultores do Oeste Paulista dava vazão aos seus anseios. De certa forma, era uma maneira de adentrar no "mundo político" da elite imperial. Daí a opção pelo evolucionismo, tendo no PRP a opção institucional de ação política organizada. Ao que parece, o PRP foi, em alguns casos, o mediador entre as mudanças ocorridas a partir da década de 1870, o posicionamento do Estado imperial em relação a elas e os interesses dos cafeicultores do Oeste Paulista.

Porém, mesmo representando os interesses de uma parcela dos cafeicultores do Oeste Paulista, o PRP também se apresentava como sendo, pelo menos na teoria, um "partido democrático", oferecendo, em seu programa, espaço para outros setores da sociedade brasileira, na medida em que procurava reivindicar: "o sufrágio universal, as liberdades de consciência e de culto, os direitos do cidadão, a separação entre Igreja e Estado, o ensino livre" (ibidem, p.143). Reivindicações essas que na sua maioria – com exceção do sufrágio universal – também foram propostas por *O Nono Districto.*

O jornal *O Nono Districto* (9.4.1882, p.2) também ocupou suas páginas com trabalhos intelectuais de muitos republicanos. O jornal publicou uma resenha do livro de Assis Brasil, *República Federal*, além de divulgar a obra de Alberto Sales, *Política republicana.*[13] Segundo Ângela Alonso (2002, p.222-37), as obras de Assis Brasil e Alberto Sales – "federalistas científicos" – criticavam o *status quo* imperial e propunham vias de mudança. Entre as várias propostas, podemos destacar: a não intervenção do Estado na economia, livre concorrência, defesa da liberdade individual dentro de uma sociedade competitiva e limitação do poder político do Estado, o que demonstra a artificialidade da monarquia brasileira e seu processo de decadência. Ambos estavam de acordo que essas medidas só po-

13 Em artigos de 15 e 22 de julho de 1883, o jornal publica trechos da obra de Assis Brasil, *República Federal*.

deriam ser plenamente exequíveis sob uma República Federativa. Dessa forma, o jornal *O Nono Districto* – cuja tiragem era de 800 exemplares – contribuiu para colocar o município de Franca em contato com as ideias expressas pelas obras.

No artigo "Cartas de um desconhecido", um leitor residente no município de Casa Branca elogia essa postura dos redatores do jornal por concederem oportunidades à "mocidade acadêmica":[14]

> Há sempre entre a mocidade acadêmica um gruppo de rapazes, que cultivam a litteratura. Tenho observado que esses rapazes não são convidados a collaborar na imprensa da capital e que vossa folha não só lhes acceita as producções, mas também os festeja e os incita.
>
> Raymundo Corrêa, o inspirado cantor da *Luizinha,* o laureado auctor da *Simphonias*, estrella sempre as columnas do *Nono Districto*. Augusto de Lima, Assis Brasil, Raul Pompéia, Randopho Fabrino, etc. recebem de vós o mais amável acolhimento e os mais honrosos estímulos. (*O Nono Districto*, 22.4.1883, p.1)

O jornal *O Nono Districto* também abriu espaço para os referenciais teóricos utilizados pelos grupos que fizeram parte da geração de 1870 brasileira para criticar o *status quo* imperial. Durante a pesquisa, conseguimos identificar os nomes de Joaquim Pedro de Oliveira Martins e Joaquim Theófilo Fernandes Braga. Ambos os autores fazem parte da geração portuguesa de 1870. Esse grupo era, em sua maioria, anticlerical, antirromântico, republicano e federalista (Alonso, 2002, p.175).

Oliveira Martins foi utilizado principalmente pelos "novos liberais", na medida em que esses procuraram demonstrar de forma negativa o legado da colonização portuguesa para o Brasil: "os três

14 Entre os colaboradores do jornal, podemos destacar: Antonio Borges Sampaio, Dr. Augusto de Lima, Dr. Aristides Serpa, Francisco Barbosa Lima, Frederico do Nascimento Moura, J. A. Gomes da Silva, Dr. J. L. dos Santos Pereira, Raymundo Correa, Randolpho Fabrino, Assis Brasil e Raul Pompéia.

séculos de Colônia teriam dado os fundamentos da formação social brasileira e de suas instituições, seu *corpus* jurídico, o direito romano, o regime econômico, a forma de povoamento, a composição do povo, a forma de sociabilidade" (ibidem).

Assim, os "novos liberais" justificavam essa herança negativa da colonização se utilizando da tese de Oliveira Martins que procurou contextualizar o momento em que Portugal efetuou a colonização: "a colonização portuguesa acontecera em meio à decadência da metrópole" (ibidem, p.193-4). De igual modo, Theófilo Braga foi requerido pelos "federalistas científicos" que procuravam adequar de seu livro a "transição entre teses positivistas e o caso brasileiro", incorporando a política do oportunismo em que o autor era vinculado em Portugal e que consistia em se aproveitar de determinados momentos de crise para efetuar as reformas necessárias (ibidem, p.230). Nesse caso, caberia à "ciência da política determinar o momento em que o corpo social estivesse preparado para cada reforma e à política científica indicar qual a medida mais consoante com o ânimo da população" (ibidem, p.257).

Nos três artigos que *O Nono Districto* transcreveu de Theófilo Braga, estiveram presentes questões que estavam sendo debatidas pelos redatores do jornal. No primeiro artigo, Theófilo Braga condenava o avanço do clericalismo na Europa e suas alianças com os partidos absolutistas:

> [...] o clericalismo vendo que a sociedade se emancipa d'esse antigo viver espiritual da theologia, cujas explicações se tornam irrisórias diante das mais simples noções scientificas, allious-se aos partidários do principio da auctoridade absoluta, e é explorando os dormentes do antigo regimem que o clericalismo sae das sacristias, para os parlamentos, para a diplomacia, tentando apoderar-se as instrução publica [...]. (*O Nono Districto*, 4.6.1882, p.1)

No segundo artigo, o referido autor, ao demonstrar a transição do mundo antigo para o mundo moderno, assevera que as monarquias ainda resguardavam muitos traços característicos do mundo

antigo, obstaculizando, portanto, essa transição, "explorando os preconceitos do passado para exercerem poderes abusivos" (*O Nono Districto*, 23.7.1882, p.1-2).

No terceiro e último artigo, Theófilo Braga critica o poder pessoal personificado no absolutismo em detrimento do poder da lei que representava a democracia:

> [...] o privilegio dynastico, que é senão esse milagre personificado em uma determinada família; a sancção real para as leis terem vigor, que é senão a preponderância irrisória do arbítrio de uma personalidade somnambula senão imbecil sobre a marcha complexa dos phenomenos que constituem a actividade de uma nação? (*O Nono Districto*, 20.8.1882, p.1-2)

Diante disso, Theófilo Braga propunha a solução que acompanhava a evolução da sociedade moderna: "consiste em ir substituindo um poder de um homem pelo poder impessoal da lei; não é outra coisa a democracia, e é esse o espírito da forma da republica, em que o interesse geral não esta sacrificado ao interesse de um individuo" (*O Nono Districto*, 20.8.1882, p.1-2). No caso de Oliveira Martins, o jornal *O Nono Districto* (5.3.1882, p.1-2) transcreve uma crônica em que era ironizada a linhagem de sangue que constituiu o Império dos Bragança.

Além desses autores, o jornal transcreveu um artigo do também português, advogado, jornalista e republicano Sebastião de Magalhães Lima que critica a opressão vivida pela sociedade portuguesa exercida pela "vontade extraordinária e omnipotente" emanada pela monarquia (*O Nono Districto*, 26.3.1882, p.1-2). O jornal *O Nono Districto* publicou dois artigos (29.1.1882, p.1; 9.3.1882, p.1) de Teixeira Bastos[15] cujo teor consistia em demonstrar que:

> [...] a religião tem ido perdendo terreno e cedendo o passo para uma nova doutrina [o positivismo] inteiramente opposta as reve-

15 Infelizmente não conseguimos informações desse autor.

> lações theologicas e as phantasias metaphysicas de uma época que termina. [...] Ora a nova phase da moral – a moral positiva – é sem contestação muito superior. Baseia-se no altruísmo. Esta palavra significa a anteposição dos interesses geraes aos particulares, o sacrifício do individuo a collectividade – *vivre pour autrui*. (*O Nono Districto*, 29.1.1882, p.1)

No entanto, mesmo após a exposição dos referencias teóricos que contribuíram para a geração de 1870 elaborar uma crítica coerente à tradição imperial, fica difícil precisar com que intensidade os redatores de *O Nono Districto* se utilizaram desses autores como "ferramentas políticas", proporcionando-lhes os argumentos que o jornal firmou ao longo dos debates até aqui demonstrados.

Todavia, muito possivelmente, o critério de seleção dos artigos publicados conferiu ao jornal *O Nono Districto* possibilidades de inserção e formulação de propostas viáveis nas resoluções aos temas debatidos. As temáticas dos artigos, em sua maioria, convergem para os debates imprimidos pelo jornal: crítica à religião católica, ao clericalismo e às suas alianças políticas com os partidos absolutistas e ao absolutismo presente nos regimes dinásticos. Os artigos se inclinaram em cobrar o ensino livre com a proeminência do cientificismo e a suplantação do catolicismo em favor do positivismo. Um outro possível critério de seleção desses autores pode dizer respeito à nacionalidade, pois, como os redatores do jornal, todos os autores citados – com de exceção de Teixeira Bastos – eram portugueses.

A análise de alguns artigos nos quais as experiências ou percepções de República estiveram presentes nas páginas de *O Nono Districto* se torna um bom ponto de partida para aprofundar essa questão. Há que se ressaltar que nem todos os artigos que versam sobre a República foram de autoria dos redatores do jornal. Nesse sentido, ao transcreverem esses artigos, os redatores de *O Nono Districto* estabeleceram um processo de "seleção", publicando artigos nos quais foi possível exprimir ao mesmo tempo as experiências de República e o posicionamento do jornal.

Essa hipótese talvez tenha alguma sustentação, já que tanto os artigos transcritos pelo jornal quanto aqueles de autoria de seus redatores seguem uma coerência e revelam que as experiências republicanas contidas em suas páginas, na maioria das vezes, complementam os debates em que *O Nono Districto* esteve inserido. Segundo Ângela Alonso (2002, p.176), "a geração 1870 utilizou um critério político de seleção em sua adoção de esquemas de pensamento", portanto também acreditamos que os redatores de *O Nono Districto* usaram de certo critério que lhes proporcionaram vislumbrar certas nuanças e, por conseguinte, lhes permitiram ter ideias próprias.

Nesse sentido, é importante destacar o papel da imprensa, em particular de *O Nono Districto*, que, por intermédio dos seus redatores e colaboradores, despendeu esforços não somente para debater as questões que estiveram presentes na crise do Brasil-Império, mas também abriu espaço para discutir as experiências de República como saída política viável para o Brasil naquele momento.

Portanto, e de certa forma, *O Nono Districto* se transformou num "fórum de debates" que, por meio da "relativização e reinterpretação" dos referenciais teóricos das correntes políticas provenientes do exterior – em grande medida da Europa –, procurou empreender esforços para compreender a realidade brasileira naquele momento, propondo, por meio dos debates, as vias de mudança.

Tânia Regina de Luca (1999, p.297), ao trabalhar com a *Revista do Brasil*, destaca a capacidade desta de imprimir um "conjunto de diagnósticos que pretendia refletir sobre a especificidade do Brasil e propor saídas para os nossos desacertos". Ainda segundo a autora, a *Revista do Brasil* procurou esmiuçar cuidadosamente "os diferentes aspectos da realidade nacional" nos quais sempre estiveram presentes "a ânsia de propor os caminhos da ação".

Comecemos então pelo artigo de Assis Brasil publicado pelo jornal *O Nono Districto* em 4 fevereiro de 1882, em que o autor demonstra a incoerência do regime monárquico em garantir a plena liberdade do indivíduo. Ao conceituar a liberdade como sendo "a normalidade do movimento" de acordo com a natureza, Assis Bra-

sil assevera que o regime monárquico cujas bases não estão assentadas "sobre o princípio da liberdade" não poderia garantir essa "liberdade natural" para uma "agremiação de indivíduos".

> A liberdade é a própria vida, no sentido de ser indispensável, essencial a ella. Por que n'uma palavra a liberdade se pode definir – a normalidade do movimento, isto é, o movimento de accordo com a natureza. O que não é natural não é livre.
>
> [...]
>
> Offerece-mos a monarchia – a nós, brazileiros e portuguezes – este conjunto de circunstancias? Dispenso-me de longa analyse para responder positivamente: não.
>
> Para fazer transparecer numa agremiação de indivíduos, n'uma nacionalidade a ordem natural, é preciso que essa nacionalidade seja edificada sobre o principio da liberdade, isto é, que os movimentos da vida, do seu progresso, da sua evolução sejam a repercussão exacta dos movimentos da sua natureza. Só assim há homogeneidade, a unidade, o que é característicos dos seres vivos. Só assim há liberdade.
>
> Na serie das instituições políticas que podem os povos adoptar só há um systema organisado sobre estas bases: é a republica federal, que é o systema em que cada funcção esta entregue ao seu órgão, e cada órgão é creado pela sua funcção. Outras formas de governo podem ser justificadas por circunstancias desgraçadas; só a republica federal é natural, livre e definitiva. (*O Nono Districto*, 4.2.1882, p.1)

No próximo artigo, o jornal *O Nono Districto* (11.6.1882, p.1-2) parece se aprofundar no conceito de liberdade, aplicando-a para o regime republicano, ao mesmo tempo que delineia sua concepção de República:

> O homem não pode ser verdadeiramente livre senão sob a forma republicana. Esta forma de governo auctorisa-o a exercer livremente tudo quanto a monarchia não lhe pode conceder.

[...]

Na Republica o homem não é súbdito nem vasallo; é cidadão, e, como tal, tem por garantia das suas liberdades o município.

Sob a forma republicana o município é tudo. As povoações, longe de continuarem a estar, como para vergonha nossa têem estado até agora, coarctadas pelos administradores que o governo estabeleceu nos concelhos, têem na Republica vida própria e independente que nada nem ninguém lhes pode contestar. O município é tão livre no Estado como o homem no Município.

É o homem que funda os municípios. São os municípios que fundam o Estado.

O município gerido pelos seus próprios habitantes tem em si o germem de todas as liberdades e de todas as legislações.

O Estado, que não é senão a agglomeração de todos os municípios, vela pela liberdade de cada um e pelas recíprocas relações que devem existir entre todos, assim como o município tem o imprescindível dever de velar sobre os interesses do Estado.

É assim que chegamos a encontrar a necessidade lógica da existência do estado e do município, mas encontramol-os muito differentes do que elles são sob a forma monarchica.

A monarchia vive do município e não lhe presta apoio; ella como o seu luxo real e com sua igualdade mentida; ella com seu poder moderador oppondo constante barreira a vontade do povo, [...] negando ao cidadão os seus direitos e as suas liberdades, isto é, a sua existência.

Sob a forma republicana, todos os cidadãos são iguaes; cada qual tem por divisa a legenda um para todos e juntos têem a não menos obrigatória de todos para cada um. É por isso que, desde o primeiro até o ultimo, todos possuem os mesmos direitos e os mesmos deveres.

A base de todos os direitos está no sufrágio universal. Todo o cidadão é eleito e elegível desde que chegue a idade que a lei marcar. A monarchia tem restringido o voto, porque sabe que seria derribada no dia em que elle fosse concedido a todos. A Republica pelo

> contrario, só pode viver com o sufrágio universal, porque morreria no dia em que o restringisse.
>
> O sufrágio universal rege o município e o estado: quer dizer, que o mais humilde dos cidadãos d'um estado rege-o pelo seu voto sem poder moderador que o restrinja. Se, sob a forma republicana, todos os homens são iguaes perante o Estado e perante a lei, é de justiça que essa igualdade não seja coarctada pelo acaso nem pelo favoritismo.

Ao que parece, uma das concepções de República que esse artigo evidencia coincide com os debates já mensurados, pois contempla a autonomia municipal. O município dentro do regime republicano, que, por sua vez também, está no centro do debate que envolve a nova ordem pública, ganha um novo dimensionamento, passando a representar "tudo", ao mesmo tempo que passa a ser "o germem de todas as liberdades e de todas as legislações", tendo "o imprescindível dever de velar sobre os interesses do Estado" na medida em que são "os municípios que fundam o [próprio] Estado".

Nesse ponto, a autonomia municipal ganha uma outra conotação: na República, o homem se transformaria em cidadão "e como tal tem por garantias das suas liberdades o município". Nesse caso, "liberdades" podem significar o sufrágio universal, mecanismo que, segundo o artigo, torna os homens não só "iguaes", mas aptos para regerem os municípios. Segundo Iraci Galvão Salles (1986, p.51), o município "ocupava no pensamento republicano [no período da propaganda] um lugar de destaque, na medida em que ele era compreendido como espaço por excelência do exercício político".

Nas palavras de Quintino Bocaiúva, o município ocuparia um lugar de destaque no regime republicano federal:

> Administrativamente o regime republicano federal demonstra-se e afirma-se pelo seguinte modo: no governo da nação pelo congresso dos estados o qual faz leis gerais, e pelo delegado executivo que as observa e faz observar, pela autonomia e independência dos poderes locais, soberanos dentro da circunscrição, em tudo

> quanto fere a constituição geral e os interesses da comunhão nacional: *finalmente, pela eficiência e pela intensidade da vida municipal, célula matriz da organização política dos estados livres.*
>
> O município, o estado, a nação – eis os três grandes órgãos administrativos pelos quais se subdividem e agem a opinião nacional, a vontade popular. (*O Paiz*, 22.1.1889 apud Silveira, 1978, p.50 – grifo nosso)

No entanto, o advento da República e a Constituição de 1891 não lograram dar continuidade às prerrogativas de autonomia municipal. Segundo Leal (1975, p.81), as constituições estaduais "não tardaram a ser reformadas, reduzindo-se o princípio da autonomia das comunas ao mínimo compatível com as exigências da Constituição Federal"; nesse sentido, os estados aproveitaram-se das "imprecisões" da Constituição Federal para tutelar "as municipalidades, com vistas ao interesse político da concentração do poder na órbita estadual".

Na verdade, segundo Silveira (1978, p.75), na Constituição de 1891, "foi consignada a autonomia municipal", contudo a elaboração das "cartas municipais era competência das Assembleias e Congressos estaduais, assim como aquela de anular os atos e resoluções dos municípios, quando contrários às leis e à constituição do estado e da União", ou seja, na prática, a ideia de autonomia municipal era apenas ilusória, já que aos estados competia organizar as leis que pudessem viabilizar tal autonomia, o que não acontecia de fato.

Em Franca, logo no início do regime republicano, em 1892, o vereador do município, Dr. Marcilio Mourão, ao tomar posse, parecia ter consciência – pelo menos naquele momento – do papel do município dentro da República quando tomou a palavra para:

> [...] manifestar publicamente a satisfação de que se achava possuído, assim como o povo ali presente, pelo acto que acabaram de presenciar [...] proferindo então elle um longo discurso, historiando a vida dos municípios nos governos bons e congratulando-se com o povo por ver realizado o ideal democrático em sua Pátria, *com a*

> *effectividade da autonomia municipal*; logo a seguir pediu a palavra Dr. João de Faria "*que também exaltou a excellencia do regime municipal nos moldes da nossa Constituição* e terminou saudando a nova Câmara, a Intendência que se retirava e aos novos juizes de paz" (Câmara Municipal de Franca, 1892, f.2 – grifos nossos).

Cabe ainda demonstrar a experiência de República que esse artigo constrói. Nele são utilizados conceitos-chave para caracterizar o regime republicano, a saber: "liberdade", "cidadãos iguaes" ou "a base de todos os direitos está no sufrágio universal", ou ainda "todo o cidadão é eleito e elegível". No entanto, seria essa realmente a experiência republicana que o artigo está querendo demonstrar?

Na verdade, o articulista, no início do artigo, mostra-se preocupado com os rumos que uma possível República poderia tomar no Brasil:

> Há por ai temores, receios, duvidas. Teme-se que os que nada possuem [a partir do momento em que se instaurar a República] procurem obter. Receia-se que a propriedade seja ameaçada. Duvida-se que a Republica seja um governo de ordem. (*O Nono Districto*, 11.6.1882, p.1-2)

Entretanto, logo depois de demonstrar sua insegurança em relação ao regime republicano, o articulista procura construir "a largos traços o que é que a República quer". Dessa forma, a República asseguraria dois princípios caros à elite política e econômica do período: o direito de propriedade e a preservação da ordem.

É por isso que o artigo constrói a imagem de uma República como sendo aquela capaz de garantir aos homens a condição de "cidadãos iguaes", capazes, pelo sufrágio universal – um direito adquirido somente por meio da República, já que ela "morreria no dia em que o restringisse" – de participar nos destinos na nação; parafraseando Linconl Penna (1997, p.39): "afastando o perigo da *res publica* que rondava as antessalas do poder". Portanto, a República, ao dotar os homens como "cidadãos iguaes", ou melhor,

ao se apresentar como garantidora da igualdade entre os homens "perante o Estado e perante a lei, é de justiça que essa igualdade não seja coarctada pelo acaso e nem pelo favoritismo" (*O Nono Districto*, 11.6.1882, p.1-2). Parece que essa foi a fórmula conciliadora do artigo: forjar a igualdade para garantir privilégios.

A preocupação com o voto – ou como os cidadãos francanos deveriam proceder quando da escolha dos vereadores – também foi matizada pelos redatores de *O Nono Districto*. Além de citar novamente os Estados Unidos, o artigo asseverava que o progresso do município dependia de bons administradores:

> Nos Estados Unidos às eleições para os cargos municipaes são tanto ou mais disputadas do que as dos representantes dos estados no parlamento.
>
> Os candidatos arengam aos eleitores, discursam a cada esquina, fazem promessas de melhoramentos e reformas.
>
> E ai d'elles se, victoriosos, deixam de cupril-as.
>
> [...]
>
> Entre nós a cousa é differente.
>
> Os chefes dos partidos nas localidades indicam aos leitores os nomes d'aquelles a quem querem lisongear e fazem vereadores como fazem officiaes da guarda nacional.
>
> [...]
>
> A creação de escolas e de bibliothecas, a acquisição de obras de arte, o auxilio a instituições scientificas e litterarias devem ser realisados muitas vezes pelas câmaras municipaes.
>
> [...]
>
> Poderão os homens quasi analfhabetos, indivíduos sem instrucção, desempenhar funccções tão transcendentes?
>
> Certamente não. (*O Nono Districto*, 4.6.1882, p.1)

A República que esteve presente em *O Nono Districto* tinha como um dos seus maiores referenciais o americanismo. Na inauguração da biblioteca municipal, Gaspar da Silva defendeu a "forma republicana que fez dos Estados Unidos à primeira nação da Améri-

ca" (*O Nono Districto*, 14.6.1884, p.3). O jornal *O Nono Districto* (4.10.1884, p.3) também publica um artigo do jornal *Do Século,* de Lisboa, que exalta a República dos Estados Unidos. Na verdade, o americanismo esteve presente na geração de 1870 – "liberais republicanos e federalistas científicos" – quando a elite brasileira passa a voltar os olhos para o progresso alcançado pelos Estados Unidos, pois, "precisamente por ser jovem, a nação precisaria de uma forma de governo também nova e apropriada às dimensões territoriais e à composição populacional americana: a república" (Alonso, 2002, p.243).

Em outro momento, *O Nono Districto* transcreve um artigo de José do Patrocínio no qual o autor evidencia a superioridade política da República argentina na América do Sul em detrimento da monarquia do Brasil. Em termos de civilização e progresso, a República da argentina estaria à frente da monarquia brasileira. Para José do Patrocínio, isso ocorria pelo fato de o Brasil conservar, em seu seio, as instituições mais "atrazadas" como era o caso da escravidão e da "centralisação bestial" que, por sua vez, eram alicerçadas na "tyrannia" em que o imperador conduzia a política do Império.

Há que se ressaltar ainda que, diante da crise do Brasil-Império, as repúblicas sul-americanas passaram a ser analisadas de uma forma positiva, como um exemplo de desenvolvimento e progresso principalmente quando se consideravam conceitos como "civilização". Essa nova concepção que as repúblicas sul-americanas adquiriram contrastava com a opinião dos velhos estadistas do Império que procuravam associá-las com as ideias de revolução e anarquia em detrimento da estabilidade política em que a monarquia brasileira – "planta exótica na América" – estava alicerçada.

> Desde muito a política Argentina se occupa exclusivamente de adquirir na América meridional a preponderância política, que a incapacidade do segundo reinado nos deixou perder.
>
> [...]
>
> A política argentina é systematicamente hostil ao império, mas por motivos de alta comprehensão civilizadora.
>
> [...]

> A odiosidade ao Brazil não é gratuita; é o resultado da observação e da experiência. Os povos americanos tem provas cabaes da nossa imprevidência e pouca habilidade.
>
> No interior mantemos religiosamente as instituições mais atrazadas. Principia-se na escravidão e acaba-se numa centralisação bestial, que supprime as energias provinciaes em favor da tyrannia do poder executivo, as energias do cidadão em favor da monarchia.
>
> Tudo está desgraçadamente invertido.
>
> O paiz é uma pyramide voltada que o imperador, segurando-a pelo ápice, faz rodar como uma carrapeta, sem destino, doudamente. (*O Nono Districto*, 20.8.1883, p.1)

Em resposta ao artigo publicado no jornal *A Justiça*, que defendia a elevação da comarca de Santa Rita do Paraíso e a "villa" do Carmo à categoria de municípios autônomos, *O Nono Districto* (31.3.1884, p.2) – na figura do seu redator César Ribeiro – definia de que forma pensava sobre a República:

> A Republica, verdadeira forma democrática; a Republica federativa, "única que dura e prospera" segundo Lavelley, que aponta como exemplos a Suissa e os Estados Unidos, demonstrando que o unitarismo dos republicanos franceses é um monstro, a Republica não é mais, no século em que estamos, do que a manifestação plena da Philosofia Positivista na sua missão sociocrática.

A concepção de uma República federativa prevalece nesse artigo – mas o jornal não abria mão de delegar a autonomia municipal –, tendo nos Estados Unidos e agora na "Suissa" os seus referenciais, em detrimento do unitarismo da República francesa.

As ideias políticas do jornal, ao que parece, se aproximavam dos liberais radicais de 1868, como demonstra o artigo em que um dos redatores critica a apresentação do novo ministério liberal e seu plano de reformas:

> Sobre as reformas annunciadas só temos a dizer que o programma do partido liberal radical, affirmado em 1868, comprehende refor-

> mas muito mais importantes, como: descentralização, policia electiva, abolição da Guarda Nacional, Senado Temporário, extincção do Poder Moderador, substituição do trabalho servil pelo trabalho livre, presidentes de província eleitos.
>
> A estas reformas devem acrescentar-se hoje as seguintes: grande naturalização, separação da igreja do Estado, casamento civil. (*O Nono Districto*, 23.7.1882, p.1)

As reformas preconizadas pelo jornal pareciam quase que impossíveis de ser executadas pelos dois partidos monárquicos pela falta de princípios de um programa político coerente. O agravamento da crise do Brasil-Império também atingira o mundo político imperial, configurando um quadro de cisões intraelite em que as diferenças entre os partidos monárquicos ficaram quase nulas, nas quais "as designações entre liberal e conservador já estavam inaptas para expressar as divergências de opinião" (Alonso, 2002, p.90). Portanto, era esse o sentido da crítica do jornal *Globo* transcrita por *O Nono Districto (*3.12.1882, p.1):

> Isto de partidos políticos no Brasil, presentemente, é uma convenção.
>
> Os partidos denominados constitucionaes perderam os seus característicos essenciais – os princípios.
>
> As reformas são a aplicação dos princípios.
>
> Reformas querem fazer os dois partidos, mas de ordem secundaria, mais administrativas que políticas.
>
> [...]
>
> Há um fundo de theoria e de exibição para os dois partidos sem comprometel-os seriamente a cousa nenhuma.
>
> Em ambos os campos ninguém se bate mais por princípios e abstrações.
>
> Estes todas as vezes que apparecem nos debates parlamentares, servem apenas de capa para encobrir a explosão de interesses de outra ordem contrariados, que assim se acastellam em reductos donde é licito abrir franca hostilidade.

A crise de identidade vivida pelos partidos imperiais também foi sentida no interior da própria elite política do Império, como demonstra o discurso do deputado Afonso Celso em "derradeiro apelo em favor da reforma profunda dos partidos":

> [...] na atual situação do império, [os partidos] não obedecem critérios seguro, mas simplesmente ao arbítrio de pontos de vista individuais as classificações partidárias. Se é um certo conjunto de princípios fixos servindo de base, se é uma determinada soma de processos constituindo os meios, se é uma aspiração ostensivamente assinalada formando o fim para o qual devem convergir os esforços solidários de um grupo de homens, unidos por inteira coesão de ideias e de sentimentos, o que define os partidos, força é confessar que eles longe estão de existir entre nós. (apud Chacon, 1981, p.51)

Oliveira Vianna (2004, p.91 – grifos nossos) também credita a queda do Império à *descrença* das instituições monárquicas, asseverando que não existia um "sentimento republicano" às vésperas do 15 de Novembro capaz de derrubar a monarquia:

> Os que concluírem destas palavras ardentes que o ambiente do país, anterior ao golpe de 15 de novembro, era universalmente republicano, incidiram num grande equívoco. Não havia tal generalização de sentimento republicano, quando se deu a queda do Império. Por essa época, como demonstramos, o sentimento mais generalizado não era o da crença na República, mas sim o de *descrença* nas instituições monárquicas, [...] mas o certo é que essa *descrença* na Monarquia não importava *necessariamente* à existência do sentimento contrário, de fé nas instituições republicanas.

Diante disso, talvez essa falta de "princípios e abstrações" dos partidos monárquicos somada à *descrença* nas instituições monárquicas seja um dos motivos pelos quais *O Nono Districto* esteve engajado nos debates que marcaram esse momento de crise. Diante da inaptidão do Estado e dos partidos monárquicos em resolver as

questões latentes nesse período de transformações socioeconômicas, os vários grupos da geração de 1870, de acordo com sua leitura dos acontecimentos, inseriram-se nos debates criticando a tradição imperial e propondo resoluções viáveis para a superação da crise.

Nesse sentido, o jornal *O Nono Districto*, por intermédio dos seus redatores, também não acreditava que o Estado imperial e seus partidos políticos conseguissem a resolução dessas questões que o momento de transformação socioeconômica cobrava. Os seus redatores, na medida em que traduziram algumas percepções da realidade nacional que vivenciavam – e mesmo defendendo os interesses do município de Franca –, não se furtaram a debater as questões que configuraram o momento de crise nas páginas do jornal. É possível que, para os redatores de *O Nono Districto*, as mudanças do "organismo" social que tinham como carro chefe a "iniquidade" da escravidão propiciariam posteriormente a oportunidade – política do "oportunismo" – para a suplantação do regime monárquico em detrimento da República.

Concordamos com Marcelo dos Reis Tavares (2007, p.102) quando confere a associação entre *O Nono Districto* e a maçonaria, "pelo fato de Gaspar da Silva ter sido venerável da Loja Amor à Virtude, César Ribeiro tesoureiro e Francisco Barbosa Lima, assíduo colaborador da folha, seu venerável *ad vitam*". Contudo, a maçonaria esteve diluída entre os vários grupos de contestadores que compuseram a geração de 1870.

Diante disso, mesmo correndo vários riscos, mas com base nos debates propostos pelo jornal, já que *O Nono Districto* se transformou em um polo de convergência de várias ideias que permitiram pensar sobre as experiências de República no município de Franca, acreditamos ser possível a inserção dos redatores do jornal na classificação efetuada por Ângela Alonso (2002) da geração de 1870: de acordo com as características e as propostas dos temas debatidos, os redatores de *O Nono Districto* transitaram entre os "federalistas científicos" e os "positivistas abolicionistas".

Assim como os "federalistas científicos", os redatores César Ribeiro e Gaspar da Silva foram defensores da descentralização po-

lítica e administrativa, e, em vários momentos, seus artigos criticaram a centralização política da qual emanava a burocracia imperial; e assim como os "federalistas científicos", os redatores de *O Nono Districto* declararam sua opção pela "República federativa" em artigo de 31 de março de 1884.

Outro ponto em comum com esse grupo foi a constatação dos redatores em relação à inépcia dos partidos imperiais, conformando a carência dos seus programas políticos e sua falta de princípios. À maneira dos "federalistas científicos", César Ribeiro e Gaspar da Silva também criticaram a união da Igreja com o Estado, objetivando um Estado laico que, acima de tudo, garantiria a permanência do imigrante ao país, como ficou demonstrado no artigo de 29 de janeiro de1882.

Quanto à questão da escravidão, os redatores do jornal se aproximavam dos "federalistas científicos" em dois pontos: 1. porque também concebiam a presença da raça negra como "deletéria" para a formação da nacionalidade brasileira, tendo no imigrante a possibilidade do "avigoramento da nossa raça" (*O Nono Districto*, 3.6.1883, p.1); e 2. por serem curiosamente abolicionistas declarados, os redatores do jornal, assim como os "federalistas científicos", tergiversaram sobre a indenização dos senhores: "Entendemos que a abolição de chofre e por um só golpe produziria males enormes e *entendemos também que ao Estado cumpre imndenisar os senhores na hora em que sejam declarados cidadãos os últimos escravos*" (*O Nono Districto*, 19.2.1882, p.1 – grifo nosso).

Além do americanismo – nos artigos de 4 de junho de 1882, 31 de março de 1884 e 14 de junho de 1884 – a opção pelo positivismo e pelo cientificismo os aproximou tanto dos "federalistas científicos" quanto dos "positivistas abolicionistas". Mas, em relação aos últimos, os redatores de *O Nono Districto* compartilharam o ataque aos pilares de sustentação da escravidão: a Igreja e o Estado.[16] Nesse sentido, assim como procederam os "positivistas abolicionistas",

16 O jornal *O Nono Districto* criticou o Conselho de Estado em 2 de agosto de 1884, p.1 e a fala do trono do imperador em 5 de fevereiro de1882, p.1. Ambas

Gaspar da Silva e César Ribeiro também exaltaram a província do Ceará pelo seu pioneirismo em relação à abolição da escravidão:

> Podemos festejar hoje, sem receio, a victoria definitiva da idéia abolicionista.
>
> Há, no Brazil, um pedaço de terra livre: – é quanto basta para que a escravidão morra.
>
> Toda a resistência dos exploradores do suor do negro será d'ora avante baldada.
>
> No Ceará não há mais escravos nem senhores: quem chega lá é cidadão, pode trabalhar livremente e livremente colher o fructo do seu trabalho.
>
> A infama instituição, que desaba, não tem embrutecido suas victimas a ponto de não comprehenderem o alcance do grande acontecimento deste dia...
>
> Não se extingue no homem o instincto de liberdade.
>
> Glória a terra de Alencar! (*O Nono Districto*, 6.4.1884, p.1)[17]

Em artigo publicado em 19 de fevereiro de 1882, o jornal *O Nono Districto* (p.1) criticava o clero católico por possuir escravos e por referendar a escravidão:

> O clero cathólico possue uma boa parte dos escravos, que existem no Brasil.
>
> Não é um escândalo monstruoso?
>
> [...]
>
> Em primeiro logar, acceitam e aproveitam leis contrarias as de Christo, como são as que permittem a escravidão; manifestam completa indiferença pela caridade – o caracter do crhistianismo.

---

as críticas referiam-se à não deliberação de medidas para acabar com o trabalho escravo.

17 Em 12 de abril de 1884, o jornal também publica um comunicado do deputado Mendes de Almeida, no qual este convidava a província de São Paulo a seguir o exemplo do Ceará, abolindo de suas terras o trabalho servil.

Entretanto, o que evidenciou uma maior aproximação dos redatores de *O Nono Districto* em relação aos "positivistas abolicionistas" foi a maneira como se deu sua ação política. Assim como os "positivistas abolicionistas", Gaspar da Silva e César Ribeiro incorporaram "o esquema de ação política em voga na França e em Portugal: o oportunismo" (Alonso, 2002, p.221) – o que talvez justifique a escolha de autores portugueses adeptos a esse tipo de política. Ainda segundo Alonso (ibidem), "a medida mais oportuna para os positivistas abolicionistas não era a república [...] mas a abolição do principal deletério da herança colonial, a escravidão". O motivo que levou a essa constatação reside no seguinte artigo de César Ribeiro: "a escravidão é um roubo, uma iniqüidade revoltante, e que sua immediata extincção, é a primeira necessidade do Brazil [...]". Mais adiante quando questionado se era republicano César Augusto responde: "Além d'isso nós, antes de sermos republicano, somos abolicionista [...]" (*O Nono Districto*, 31.3.1884, p.2).

Essa afirmação reforça a hipótese de que, para os redatores de *O Nono Districto*, a abolição seria uma necessidade imediata, mais até do que a República. Muito provavelmente para seus redatores, o advento da República viria sob uma nova ordem pública, sem a "iniquidade" que a escravidão representava. Portanto, para eles, as reformas do "organismo social" – é importante salientar que, ao defenderem essas reformas, Gaspar da Silva e César Ribeiro não deixaram de atacar a tradição imperial – conduziriam ao momento "oportuno" em que a República pudesse surgir como alternativa viável.

Dessa forma, caberia aos republicanos uma ação "menos política" e mais "pedagógica", cujo propósito seria pregar a doutrina democrática e preparar a sociedade para esse momento de transição não só de um contexto de transformações socioeconômicas, mas também políticas, consubstanciadas numa República Federativa.

Diante das especificidades da propaganda republicana no município de Franca apontadas no Capítulo 1 e das experiências de República presentes nas páginas de *O Nono Districto*, é bastante provável que o jornal tenha caminhado gradativamente para o republicanismo, como informa Boehrer ([195-2], p.111): "em Franca

O Nono Districto, jornal que se editava ali havia seis anos, converteu-se ao republicanismo". Até porque, nesse período, Gaspar da Silva tinha deixado a redação do jornal que agora era composta por César Augusto Ribeiro, Simplício Vilaça e João de Faria (ibidem, p.112), que mais tarde, em 16 de novembro de 1889, publicariam no jornal *A Província de São Paulo* a adesão do município de Franca à República.

3
"As Repúblicas" no município de Franca

Com o 15 de Novembro de 1889, inaugurava-se o regime republicano no Brasil. Mais do que isso era derrubada uma monarquia septuagenária. A proclamação da República encerra o "clímax de um longo processo anterior, cujas tensões e complexidades" explodiram:

> [...] no período Ministerial de Ouro Preto. Tendências federalistas, movimentos republicanos, crises religiosas, questões militares, problemas escravagistas, sucessão imperial, predomínio político de uma aristocracia decadente, ascensão de novas camadas oligárquicas, urbanização, lenta renovação das instituições do império constituem o clímax em que fermentavam as contínuas crises imperiais e as alianças heterogêneas feitas pelos diversos grupos que lutavam contra o sistema dominante. (Carone, 1971, p.7)

No entanto, a via republicana passa por um longo processo de "acomodação", na medida em que os projetos e os interesses políticos das "alianças heterogêneas" que outrora lutaram "contra o sistema dominante" agora se colocavam como obstáculo à consolidação do regime, apontando incompatibilidades que concomitantemente esgarçavam as afinidades diante de um projeto de

República. Os anos que se passaram indicavam que a República brasileira teria um longo caminho a percorrer, buscando, assim, a sua afirmação no contexto político brasileiro. Dessa forma, pode-se questionar:

- Como a República brasileira se consolidou como saída política viável no município de Franca?
- Como ocorreu a transição da elite dirigente francana para o novo regime, considerando as experiências de República vivenciadas no período da propaganda?
- Em que medida, as crises que marcaram sua consolidação ensejaram entre a elite dirigente francana formas de repensar os caminhos traçados pelas elites dirigentes nacionais?

As respostas, em sua maioria, poderão ser encontradas na imprensa local, pois, a exemplo do que foi feito até o momento, também procuramos nos jornais francanos – *A Ephoca*, *Tribuna da Franca*, *O Francano* e *A Cidade da Franca* – as formas como a República foi concebida, levando em conta seus momentos de crises não só institucionais, mas também de ordem econômica, envolvendo principalmente a produção cafeeira que se constituía em uma realidade econômica presente no município de Franca.

Esses questionamentos ficam delineados com o entendimento do papel exercido pelo Partido Republicano Paulista, tanto no âmbito da política nacional quanto, e principalmente, no âmbito do estado de São Paulo. Isso porque o PRP procurou marcar sua posição política diante dos vários grupos que compunham o novo regime e, como tentou-se demonstrar no capítulo anterior, tinha um projeto político que advinha desde os primórdios da propaganda republicana.

Entretanto, para tal empreitada, os "perrepistas" teriam que se manter à frente da política paulista, pois "o fortalecimento de suas posições no estado [São Paulo] era a garantia mais sólida para consolidar a República democrática sob a tutela dos civis" (Casalecchi, 1987, p.62), o que vai caracterizar o primeiro período do partido

na República, denominado, segundo José Ênio Casalecchi (1987, p.14), período de "superação dos conflitos e consolidação", de 1889 a 1906.

Nesse período, o partido irá enfrentar uma série de crises internas: criação do Partido Católico em 1890 e a eminente criação do Partido da Lavoura, a cisão do PRP em 1901 e a revolução monarquista em 1902. Nesse momento de crise que envolvia o PRP, o regime republicano foi contestado, abrindo-se um leque de novas alternativas que viriam para corrigir os "defeitos" do novo regime ou até mesmo fazer propaganda pela volta da monarquia.

No município de Franca, a contestação ao regime republicano foi feita por grupos que se aproveitaram da crise por que passava o PRP. Esses grupos políticos locais, com base em sua posição de "marginalização política", posicionaram-se, por intermédio do Partido Católico, da dissidência do Partido Republicano de Franca – que deu origem ao Partido Republicano Dissidente de Franca – e da participação do município no episódio que ficou conhecido como revolução monarquista de 1902, de forma crítica em relação à República. Debateram, por meio da imprensa, o que, para eles, representava os "vícios" do novo regime, dando uma ideia de que pouca coisa havia mudado com o advento da nova ordem pública consubstanciada no regime republicano.

O Partido Republicano de Franca: "superação dos conflitos e consolidação"

No entanto, antes de adentrarmos nessas questões propriamente ditas, torna-se necessário caracterizar o Partido Republicano Paulista após o advento da República. Como tentamos demonstrar nos dois primeiros capítulos, o PRP se constituiu na expressão política dos anseios de uma parcela dos fazendeiros de café do Oeste Paulista – cerca de 30% dos indivíduos que compunham suas fileiras eram proprietários rurais, o que dava ao partido uma

"identidade liberal conservadora" (Penna, 1999, p.47). O principal objetivo era "adequar o Estado e seus aparelhos às necessidades de reprodução e ampliação do capital no âmbito da sociedade brasileira" via inserção da produção cafeeira no mercado internacional (Salles, 1986, p.117).

Para "reprodução e ampliação" desse capital, essa parcela dos fazendeiros paulistas contava com a atuação do PRP. Ocorre que, por tratar-se de um partido político, funcionava como um meio institucional para o qual esse setor da classe dominante paulista dava vazão aos seus anseios. Porém, mesmo representando os interesses de uma parcela dos fazendeiros paulistas, o PRP se apresentava como um partido "liberal democrático", oferecendo, em seu programa, espaço para outros setores da sociedade brasileira, na medida em que procurava reivindicar: "o sufrágio universal, as liberdades de consciência e culto, os direitos do cidadão, a separação entre Igreja e Estado, o ensino livre" (Zimmermann, 1986, p.143).

Portanto, o PRP conseguiu construir um discurso ideológico que, em certa medida, oferecia espaço para a militância de "outros setores da sociedade" (ibidem) ao mesmo tempo que permitia a possibilidade de viabilizar seu projeto político, que, por sua vez, estava atrelado aos interesses de uma parcela dos fazendeiros do Oeste Paulista.

Segundo Renato Perissinoto (1994, p.183), principalmente a partir de 1898 com a implantação da política dos governadores, o PRP se deixa de ser um partido de classe – a dos cafeicultores do Oeste Paulista – e transforma-se em um partido da "administração".

> [...] as mudanças institucionais então ocorridas tiveram efeitos importantes sobre o PRP, que alteraram sua natureza oficial, e, por conseguinte, sua relação com a classe que lhe deu origem.
>
> Como já dissemos no primeiro item, a "política dos governadores" funcionando com base no "compromisso coronelista", teve, em nível regional, uma consequência imediata: a consolidação das

> situações políticas estaduais. Essa consolidação gerou, devido ao próprio funcionamento daquele sistema, um monopólio da vida política estadual pelos partidos governistas, que, por sua vez, foi acompanhado por uma impossibilidade institucional de se praticar a oposição política. Em São Paulo, como se sabe, a organização que exerceu esse monopólio foi o PRP.
>
> Como resultado desse domínio absoluto propiciado pela "política dos governadores" e pelo "compromisso coronelista", o partido veio a ser uma organização continuamente próxima da administração estatal na medida em que se transformou na via obrigatória de acesso ao Estado em todas as suas dimensões, seja para ter acesso aos cargos eletivos, da vereança ao Executivo estadual.

Para Perissinoto (1994, p.185), a partir do momento em que o PRP consegue se estabelecer no poder paulista organizando o governo, "o partido não poderia levar a cúpula do Estado, indivíduos que ali atuassem como seus meros representantes de classe", e isso só foi possível porque, segundo o autor, com o advento da República o aparelho estatal do estado de São Paulo foi sendo gradativamente reformado, com o intuito de tributar a maior fonte de renda que, por sua vez, era oriunda da produção cafeeira: "sobre ele [café] assentava-se o financiamento de todas as atividades estatais [...]" (ibidem, p.97).

Mesmo que se admita que Perissinoto eleva suas considerações "até as últimas consequências", é bem verdade que o governo paulista, ou o PRP, nunca abriu mão de ter em seu controle "a defesa permanente do café", e, em muitas oportunidades, seus interesses foram diretamente opostos aos interesses do capital cafeeiro. É nesse choque de interesses que Perissinoto concentra todo o seu embasamento teórico: o PRP no governo atuou de acordo com as premissas da "administração" que incluía o gradativo fortalecimento da burocracia estatal, mesmo que contrariando os interesses econômicos do grande segmento econômico que deu origem ao partido: os grandes e poderosos plantadores de café.

Para Salles (1986, p.97), nos anos da propaganda, o PRP tinha como objetivo:

> [...] adequar o Estado e seus aparelhos às necessidades de reprodução e ampliação do capital no âmbito da sociedade brasileira via produção cafeeira, daí a preocupação do partido com questões referentes à mão de obra, transportes e crédito agrícola.

Nesse momento, a preocupação do partido, além de garantir essa "reprodução e ampliação do capital", era dotar o Estado de meios que pudessem não somente administrar todo esse processo, mas também controlar todos esses recursos gerados pela economia cafeeira.

Diante disso, ao mesmo tempo que o partido lança suas amarras no interior do aparelho administrativo do estado de São Paulo, consegue colocar a sociedade paulista à margem das decisões políticas.

Nesse sentido, Casalecchi (1987, p.187) aponta de que forma o PRP conseguiu tal feito:

> Como a sociedade paulista – a mais progressista e dinâmica do país – conviveu por tanto tempo marginalizada das decisões políticas explica-se por vários motivos: o republicanismo, desde a sua gênese, não cuidou do efetivo do envolvimento popular; o Partido reiterou tal procedimento; o progresso das condições materiais justificava, em boa medida, o "acerto" das oligarquias e do seu Partido no domínio do poder; as condições de existência quotidiana da maioria da população não favoreciam o despertar da consciência política. As amarras eram fortes para um tecido social esgarçado, numa sociedade em que o peso do rural sobre o urbano, do analfabeto sobre o alfabetizado era enorme.

Depois de feitas as considerações que buscam, acima de tudo, situar o PRP no novo contexto político após o advento da República, passa-se para a investigação do Partido Republicano de Franca com base em suas atas.

No entanto, as atas do PRP francano compreendem apenas os anos de 1894 e 1901,[1] permitindo, contudo, vislumbrar a gênese da formação do Partido Republicano de Franca num momento de grande instabilidade política não só para o estado de São Paulo, mas principalmente no âmbito da política nacional que vivia a experiência da transição republicana para um governo civil na figura de Prudente de Moraes, amparado politicamente pelo Partido Republicano Federal.

Os diretórios locais conformavam uma peça importante no interior da engrenagem política desenvolvida pelo PRP, como atesta Casalecchi (1987, p.190):

> Confabulações com os diretórios – um primeiro elo da Comissão para a política perrepista e de primeira valia para a sustentação do Partido. Aos diretórios competia "legitimar" a prática partidária no permanente recurso das consultas aos eleitores.
>
> [...]
>
> A montagem das chapas dos candidatos era o outro momento da consulta da Comissão aos diretórios.

Nos quadros apresentados a seguir, constam as pessoas que compuseram o Partido Republicano de Franca entre 1894 e 1904 e o respectivo perfil socioeconômico.[2]

---

1 Muito provavelmente as atas do Partido Republicano de Franca a partir de 1901 continuaram a ser publicadas, mas acreditamos que elas devem ter se perdido, já que, em uma reunião para escolha do novo diretório do partido, não há a continuidade com a folha seguinte, dando a entender que o restante das atas havia desaparecido. No período estudado, encontramos apenas o resultado de uma reunião do diretório do Partido Republicano de Franca na imprensa: "Sob a presidência do Dr. João de Faria, teve lugar domingo ultimo a reunião do Directório do Partido Republicano local para a indicação dos novos membros que devem compor a Comissão Central de S. Paulo. Foram indicados os srs. general Francisco Glycério, dr. Siqueira Campos, dr. Rubião Junior, cel. Lacerda Franco, e cel. Fernando Prestes" (*Tribuna da Franca*, 18.5.1904, p.2).

2 O perfil socioeconômico dos membros do Partido Republicano de Franca é resultado da análise que Melo (1995, p.28-32) fez da distribuição ocupacional dos vereadores francanos.

Quadro 8 – Partido Republicano Federal: 22 de dezembro de 1894

Francisco M. Ferreira Costa – presidente	Comerciante
Octaviano Barreto – vice	Agricultor
Urias Antonio do Nascimento	Agricultor
Felício Ferreira Gomes	–
Antonio da Costa Valle	Agricultor
Tibúrcio José da Silva	Agricultor

Fonte: Atas do Partido Republicano de Franca.

Quadro 9 – Partido Republicano Federal do Município de Franca: 30 de dezembro de 1896

Octaviano Barreto – presidente	Agricultor
Marcilio Mourão – vice	Advogado
Urias Antonio do Nascimento	Agricultor
Ricarte José Narciso	Agricultor
Tibúrcio José da Silva	Agricultor
Virginio Pereira dos Santos	Agricultor
Joaquim Antonio de Lima	Agrimensor.

Fonte: Atas do Partido Republicano de Franca.

Quadro 10 – Partido Republicano Governista do Município de Franca: 9 de abril de 1898

Tibúrcio José da Silva – presidente	Agricultor
Thomaz José da Motta – vice	Agricultor
Ricarte José Narciso	Agricultor
Urias Antonio do Nascimento	Agricultor
Joaquim Andrade do Nascimento	Agricultor
José Rodrigues da Costa	Agricultor
Joaquim Antonio de Lima	Agrimensor

Fonte: Atas do Partido Republicano de Franca.

Quadro 11 – Partido Republicano de Franca: 15 de março de 1901

Urias Antonio do Nascimento	Agricultor
Godofredo Costa	–
Ricarte José Narciso	Agricultor

Continua

Quadro 11 – *Continuação*

Joaquim Antonio de Lima	Agrimensor
Felício Ferreira Gomes	–
Joaquim Andrade do Nascimento	Agricultor
Ignácio Paes Lima	Agricultor

Fonte: Atas do Partido Republicano de Franca.

Quadro 12 – Partido Republicano de Franca: 28 de setembro de 1901

Francisco Martins Ferreira Costa	Comerciante
Caetano Petraglia*	Farmacêutico
José de Mendonça Ribeiro	–
Antonio de Paula Coelho	–
Martimiano Francisco de Andrade	Agricultor

* A partir de 20 de dezembro de 1902, toma posse o advogado Julio Cardoso.

Fonte: Atas do Partido Republicano de Franca.

Quadro 13 – Partido Republicano de Franca: 5 de outubro de 1904

Francisco Martins Ferreira Costa	Comerciante
João de Faria	Advogado
Antonio Flavio M. Ferreira	Agricultor
João Feliciano Cardoso	Agricultor
Gaudêncio J. L. de Oliveira	–
Victor de Mendonça Ribeiro	Comerciante
José Rodrigues Costa	Agricultor
Bernardo Avelino de Andrade	Agricultor
João Diogo Garcia Martins	–

Fonte: Atas do Partido Republicano de Franca.

Num primeiro momento, é interessante notar a constante troca de nomes do diretório republicano de Franca: Partido Republicano Federal, Partido Republicano Federal do Município de Franca, Partido Governista do Município de Franca e, finalmente, Partido Republicano de Franca. Essas trocas de nomenclaturas teriam, contudo, alguma explicação? Expressava em algum momento o contexto político da época?

Essas simples trocas de nomenclaturas colocam a política de Franca em sintonia com a política nacional naquele momento. Isso porque o diretório do Partido Republicano de Franca teve origem em 1894, ano em que se processava a transição do governo militar de Floriano Peixoto para o governo civil de Prudente de Moraes. Essa transição tinha sido conduzida pelo Partido Republicano Federal criado um ano antes.

Segundo Witter (1984, p.52), o Partido Republicano Federal (PRF) tinha como principal objetivo "pelo menos em suas bases mais completas de organizar os partidos locais já organizados ou por organizar, que se propusessem a sustentar a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 e ainda defender a prática sincera e real do sistema republicano federativo por ela estatuído".

Além da defesa da República Federativa, havia ainda "a necessidade de se aglutinar as forças em torno de uma agremiação partidária coesa e disciplinada" (ibidem, p. 36). Ainda segundo Witter (ibidem, p.67), o PRF esbarrou na composição heterogênea dos vários agrupamentos regionais que compunham as fileiras do partido: "até que ponto os PRs regionais (PRP, PRM, PRB, etc.) acabaram por se transformar efetivamente em seções regionais do PRF?".

Quanto aos núcleos locais, com base nas instruções criadas pela Comissão Executiva do partido, o objetivo do PRF era o seguinte: "as direções locais poderão ter tanto a organização quanto a denominação que desejem os seus membros", o que facilitava "os agrupamentos de políticos nos diferentes municípios dos estados da Federação" (ibidem, p.75). Witter (ibidem) assevera que essa atitude da cúpula diretiva do PRF pode ser encarada como uma espécie de concessão "ao localismo", já que o partido, naquele momento, não poderia abrir mão do que para ele se constituía "nas bases e estas se encontravam nas direções locais".

Ao mesmo tempo que o PRF buscou a coesão e a disciplina partidária, o partido também não se descuidou de se fortalecer "através de uma coordenação central" que facilitasse aos grupos locais "o controle da vida política de seus municípios", ou seja, aos municípios eram garantidas as suas próprias vozes de comando (ibidem, p.75-6).

No caso de Franca, isto pode ter acontecido: o Partido Republicano local recém-criado procurou uma denominação que fosse compatível com o momento da política em âmbito nacional, buscando com isso o engajamento com o PRF que naquele momento representava a "força política da República", preservando, no entanto, a sua voz de comando e, consequentemente, os interesses da elite dirigente do município. Contudo, a partir do momento em que o PRF perde sua força no cenário político nacional em 1897, a denominação do diretório local passa de Partido Republicano Governista do Município de Franca, em 1898, para Partido Republicano de Franca, em 1901, tendo no PRP o seu "referencial político".

Segundo Carone & Junqueira (1972, p.140), a questão da nomenclatura também teve reflexos no PRP:

> Esta tendência revela a personalidade política e ambígua e aceitação de tendências dominantes: como se sabe, o Partido Republicano do estado de São Paulo, ou simplesmente o PRP, é conhecido por esta denominação desde 1873, quando da sua fundação. A ata da primeira reunião reproduz o nome; mas, em 31 de março de 1897, em plena briga entre Francisco Glicério e o presidente da República, Prudente de Morais, a Ata fala na Comissão Central do Partido Republicano Federal. Em 7 de julho de 1897, quando Campos Sales (presidente de São Paulo) apoia Prudente de Morais, a denominação encontrada é Partido Republicano. Só em 30 de outubro de 1901 é que volta a ser usado o nome primitivo e, mais tarde, Partido Republicano.

O Partido Republicano de Franca e o "adesismo" na política local

Ainda podemos fazer outros questionamentos acerca da composição do Partido Republicano de Franca. O partido absorveu poucos indivíduos que estiveram à frente do poder local em Franca na última década do Império, a saber: dois ex-conservadores – Tomaz José da Motta e José Rodrigues Costa – e dois ex-liberais – coronel

Francisco Martins Ferreira da Costa e Joaquim Andrade do Nascimento. Nesse sentido, ao que parece, o Partido Republicano de Franca se afastou da prática política utilizada pelo PRP que, no início da República, primou pelo "adesismo".

É importante salientar que esta análise contempla apenas os indivíduos que estiveram à frente do poder local na última década do Império, portanto são indivíduos que tiveram uma atuação mais intensa não só em nível partidário, mas também no âmbito das decisões políticas no interior da política municipal, visto que faziam parte do corpo político do município.

Em Franca, não existiam os chamados "republicanos históricos" por conta das características demonstradas da propaganda republicana no município. Portanto, esta análise avalia, com base no diretório do Partido Republicano de Franca, como ocorreu a adesão dos políticos ligados aos ex-partidos imperiais ao novo regime. Por exemplo, o coronel Francisco Martins Ferreira da Costa pertenceu ao Partido Liberal e ocupou a vereança em Franca na última legislatura do Império – 1887-1889 –, no entanto foi um dos fundadores do Partido Republicano de Franca em 1894.

Provavelmente outros indivíduos do diretório do partido também foram filiados aos partidos monárquicos, mesmo que não tenham ocupado cargos políticos no município. Contudo, nem todos os políticos que tinham ligações com os partidos imperiais aderiram – pelo menos de imediato – ao novo regime.

Portanto, diante dessa situação, a análise consiste justamente em demonstrar como ocorreu o "adesismo" dos políticos locais não somente ao Partido Republicano de Franca, mas também em relação ao novo regime político, além de poder compreender também como, ao longo do tempo, formaram-se em Franca não apenas as "oposições" no interior da política local, mas também ao novo regime, o que pode indicar que, para alguns políticos locais, a nova ordem pública que emergia com a República tinha a necessidade de ser reelaborada, principalmente a partir da "política dos governadores" que veio referendar as posições políticas dos grupos dominantes nos estados.

Porém, essa política efetuada pelo PRP de fortalecer as posições do partido buscando a adesão dos ex-monarquistas também acabou se transformando numa tática política viável para os próprios monarquistas, já que temiam ficar à margem do processo político e "confiavam os adesistas (monarquistas em geral) em que a Constituinte seria o seu futuro campo de ação, mostrando uma nítida atitude continuísta" (Jannotti, 1986, p.19).

Apenas para se ter uma ideia de como o "adesismo" se estabeleceu com vitalidade na política em âmbito nacional, Janotti (1986, p.36-8) assevera que "as chapas formadas na maioria dos estados apresentavam, ao lado de republicanos, nomes pertencentes aos antigos partidos monárquicos"; na Assembleia Constituinte, os monarquistas perfaziam um total de 38 indivíduos.

Em 1906, o jornal *A Cidade da Franca* (1º.2.1906, p.1) criticava a atuação dos monarquistas por ainda tentarem "embair a opinião publica apregoando a *urbi et orbi* uma firmeza de princípios que nunca tiveram, conforme está provado a luz da história, prometendo ao Povo, mundos e fundos, muita coisa boa, muitos benefícios [...]". O artigo assevera que, mesmo após a proclamação da República, os monarquistas continuaram presentes no interior "dos Estados da União" por intermédio da ação das mesmas "oligarchias antigas das províncias, com a única differença da mudança de rótulo".

O artigo desqualifica qualquer ação política por parte dos monarquistas, já que lhes foram concedidos espaços de atuação na política sob a égide do "nefasto regimem republicano" graças ao seu "adhesivismo" político, para "conservarem suas antigas posições e não serem incommodados em seu bem-estar de Gargantuas e Sardanapolos da meza do orçamento".

No final do artigo, pode-se ter uma ideia de como se processou a transição dos quadros políticos com a mudança de regime:

> Onde esta a razão de tamanha celeuma por parte dos senhores sebastianistas, si a maior parte desses senhores é justamente a que esta de cima, no poleiro, como diz o vulgo, gozando de todos os proventos, de todas as regalias, de todo o arame que lhe da o nefasto

> regimem republicano a cujas liberalidades agarrarão-se, todavia, como ostras no rochedo?

No interior da política paulista, Casalecchi (1987, p.65-6) descreve a importância do "adesismo" para a sustentação das bases políticas do PRP no estado de São Paulo:

> O adesismo aceito pelo republicanismo paulista sem dúvida favoreceu, no início do regime, a agremiação que, fazendo jus à sua composição estritamente elitista, buscava nas lideranças conservadoras e liberais a amplitude de suas bases.
>
> [...]
>
> Para os republicanos históricos essa "política de acomodação" era, antes, uma necessidade de segurar em mãos civis uma parcela do poder do novo regime.

Em contrapartida ao adesismo proposto pelo Partido Republicano Paulista, surgia no Rio de Janeiro, em maio de 1890, o Partido Católico, "propondo combater o ateísmo e anticlericalismo" (ibidem, p.66). Em âmbito estadual, o referido partido teve uma atuação política efêmera, mas, no município de Franca, conseguiu influenciar a política local, como nos mostra esse trecho do jornal *A Tribuna da Franca* (25.9.1903, p.1):

> O movimento político católico em todo o antigo Nono Districto foi admirável: Nós vencemos em toda a linha, em duas terças partes das paróquias do districto. Mas *erat in factis*! O jacobinismo e a impiedade triunfaram, graças a violência, à fraude e o morticínio.

Melo (1995, p.68) credita o relativo sucesso do Partido Católico[3] em Franca a dois fatores: 1. "o descontentamento dos políticos,

---

3 Segundo nota divulgada por Estevão Leão Bourroul sob o pseudônimo de Skander, "o Partido Catholico assim se organizava, creava directorios parochiaes e pregava pela imprensa e pela tribuna popular a necessidade da união e

afinados com o regime imperial, com a perda de seus cargos" e 2. a "liderança exercida pelo pároco local, Monsenhor Rosa", articulando o partido em oposição ao regime republicano.

Em Franca, o "Partido Catholico" se constituiu de um "directorio" que contemplava uma "selecta organisação" partidária: coronel José Garcia Duarte, presidente da Câmara Municipal durante o Império na legislatura de 1883 a 1886 e líder do Partido Conservador; o ex-conservador Álvaro de Lima Guimarães, vereador durante o Império na legislatura de 1883 a 1886; o ex-liberal Antonio de Andrade Lobo Bastos, vereador durante o Império na legislatura de 1887 a 1889; Fulgêncio de Almeida, que, na República, atuará como um dos opositores ao Partido Republicano local; tenente Antônio Bernardes Pinto, coronel José Nunes Ferreira, major José de Mendonça Ribeiro, capitão Antônio Canuto de Azevedo, João Feliciano Cardoso, Antonio Flávio Martins Ferreira, tenente Urias Antônio do Nascimento, Antônio Martins de Andrade Júnior (ex--conservador e vereador na legislatura de 1887a 1889) e tenente José Esteves de Andrade (*Tribuna da Franca*, 1º.1.1904, p.2).

Em comunicado datado de 1893 ao eleitorado do sétimo distrito – antigo nono distrito da província de São Paulo –, Estevão Leão Bourroul procura alertar quanto ao posicionamento dos monarquistas católicos em relação às eleições estaduais de São Paulo. Bourroul ainda acreditava na força dos "Catholicos Monarchistas" do antigo nono distrito, que, por sua vez, constituíam "mais de dois terços" dos eleitores. Em decorrência dessa força política, Bourroul criticava a postura do eleitorado com relação à abstenção eleitoral, que, no seu entender, acarretaria "suicídio" político e descaracterização dos chefes partidários, além de produzir a "debandada" do eleitorado.

---

a coragem na lucta; que o partido republicano governista procurava rebater a golpes certeiros por meio da multiplicidade de suas gasêtas e das conferencias publicas, – cinco chefes prestimosos do partido conservador n'esta capital publicavam *n'O Mercantil* e no *Estado de S. Paulo* uma circular congregando os elementos conservadores para a formação de um novo partido com o principal intuito dizia o *Correio, de resistência a situação política inaugurada a 15 de novembro de 1889*" (*Tribuna da Franca*, 1º.1.1904, p.2 – grifo nosso).

É importante salientar que, em 1893, o Partido Católico já não existia,[4] e mesmo assim Bourroul procurava arregimentar os indivíduos partidários do ideal do partido disperso no antigo nono distrito, pois, além de conclamar o apoio dos antigos chefes monarquistas, como foi o caso do ex-conservador João Mendes de Almeida, se colocava à disposição como possível candidato.[5]

> Arrelado da política activa – e entregue exclusivamente aos meus estudos históricos e deveres profissionais – acabo de em excursão determinada por negócios meramente particulares – percorrer grande parte do antigo Nono Districto – esse heróico e legendário baluarte da idéia Monarchista e Catholica.
>
> Em minha peregrinação [...] a Franca do Imperador, Ribeirão Preto, São Simão, Casa Branca... fui consultado sobre qual attitude que devem os Monarchistas e Catholicos no próximo pleito para deputados geraes.
>
> Chegando a Capital [...] recebi novas consultas a similhante respeito resaltando de todas ellas o desejo de ser eu um dos candidatos. [...]
>
> Aguardo a palavra de ordem dos Chefes.
>
> Soldado raso, – eis o que sempre fui e continuo a ser.
>
> [...]
>
> Entendo, todavia, ser um erro – e um erro gravíssimo prenhe das mais funestas conseqüências, – a abstenção eleitoral.
>
> Estupenda ingenuidade, – acreditar que a victória final virá da abstenção systematica e prolongada!
>
> A abstenção pode ser efficaz, como protesto, em certos e determinados casos.
>
> Praticar, porém a abstenção continuadamente, como programma político de um partido. É suicídio.
>
> Amanham, o mesmo eleitorado que foi impellido à abstenção, desconhecerá, logicamente, os próprios chefes.

4 O Partido Católico foi extinto em abril de 1891.

5 Bourroul já havia sido candidato a deputado pelo antigo Partido Católico em 1890, obtendo sete mil votos.

> Muito embora argumente com a fraude dos governantes, o resultado será negativo, para a causa que defendemos.
>
> A abstenção ergui-se-á a debandada. E então, poderemos inscrever em nossas bandeiras:- *Finis Polônios*.
>
> Os amigos prestimosos que me consultaram,- os companheiros fieis que ainda me dão a honra de ouvir os meus conselhos,- refleictam maduramente sobre este ponto.
>
> Constituímos mais de dois terços do antigo Nono Districto (hoje Sétimo Districto) da Província de São Paulo.
>
> Aguardemos a palavra dos chefes.
>
> Em meu humilde entender, não posso comprehender como summidades políticas aconselhariam, mais uma vez, a abstenção.
>
> E talvez seja eu um visionário?!
>
> Não nos abandonem os chefes.
>
> Não nos abandone o velho piloto, João Mendes de Almeida. (*A Ephoca*, 31.8.1893, p.2)

Contudo, além de uma "reação monarquista" creditada por Melo (1995), a atuação mais intensa do Partido Católico no município de Franca acarretou um distanciamento dos "republicanos" locais em relação à grande parte dos políticos ligados aos ex-partidos imperiais – pelo menos aqueles indivíduos que ocuparam cargos políticos durante o Império –, o que explica o número diminuto dos ex-monarquistas que tiveram uma atuação política mais intensa nas hostes do Partido Republicano de Franca.

Atuação do Partido Republicano de Franca

Em relação às deliberações do Partido Republicano de Franca, que estão contidas nas atas, em sua maioria serviram para referendar a vontade da Comissão Central do PRP. Dessa forma, ao referendar os anseios da Comissão Central, o partido também angariava o apoio do governo para se estabelecer como situação política no município, conquistando ao mesmo tempo "a autonomia extralegal" que consistia em obter "carta-branca que o governo estadual

outorga aos correligionários locais, em cumprimento da sua prestação no compromisso típico do coronelismo", no qual "em virtude dessa carta-branca que as autoridades estaduais dão o seu concurso ou fecham os olhos a quase todos os atos do chefe local governista, inclusive a violência e outras arbitrariedades" (Leal, 1975, p.51).

Nesse caso, o Partido Republicano de Franca em nenhum momento se contrapôs às vontades políticas manifestadas pela Comissão Central. Ao contrário, sempre concedeu o apoio irrestrito, como na reunião de 22 de maio de 1895 quando o diretório republicano local sugeria os nomes "dos doutores Manoel Morais Barros e João Francisco de Paula Souza para preencher as vagas na senatoria federal deixadas pelo Exm. Senhor Prudente de Moraes e Francisco de Paula Alves, para o próximo pleito eleitoral que deve ter lugar a 15 de abril próximo" (Atas do Partido Republicano de Franca, 22.5.1895, p.2-3).

Na reunião de 10 de março de 1897, "os membros do Diretório do Partido Republicano Federal" indicavam cinco membros para comporem a Comissão Central do Partido Republicano Federal,

> [...] e resolveu-se indicar unanimemente os seguintes cidadãos para servir durante o ano corrente de mil oitocentos e noventa e sete, a saber: gen. Francisco Glicério, Dr. Júlio de Mesquita, Dr. Luiz de Pereira Piza e Almeida [...] cel. João Batista de Mello e Oliveira e cel Augusto Cézar do Nascimento, todos com sete votos e resolveu-se oficiar a comissão central no sentido exposto na ata. (Atas do Partido Republicano de Franca, 10.3.1897, p.5)

O Partido Republicano de Franca também deliberou a respeito da composição da Comissão Central do PRP, e, nesse caso, o diretório local tratou de estar em "conformidade com a circular da Comissão Central os membros que deverão exercer a mesma comissão para o ano próximo sendo votados os seguintes: Dr. Bernardo de Campos, Francisco de Paula Rodrigues Alves, João Alves Ribeiro Júnior, cel. João Batista de Mello Oliveira e [?] de Moura" (Atas do Partido Republicano de Franca, 10.3.1897, p.12)

A leitura das atas do Partido Republicano de Franca reflete uma preocupação do diretório do partido com uma importante questão que colocava em risco a autonomia política do PRP no estado de São Paulo: a crise do café e a iminente tentativa de se formar um Partido da Lavoura.

Segundo Casalecchi (1987, p.88-9), "os interesses da lavoura do café" em crise constituía o principal reduto do "contingente republicano", na medida em que ameaçava a estabilidade do PRP que tinha na lavoura "o grande contingente eleitoral do Partido". Diante da desvalorização dos preços do café e da inépcia do governo em solucionar a crise, "articulava-se o Partido da Lavoura nos redutos municipais, até então fortalezas inexpugnáveis do perrepismo, estimulando o descontentamento" quando muitos municípios cogitavam lançar candidatos inclinados a defender as causas da lavoura em detrimento dos interesses do governo.

Para Perissinoto (1994, p.50), o Partido da Lavoura tinha como principal objetivo "defender os interesses dos fazendeiros do interior contra aqueles que, além da própria fazenda, tinham interesses urbanos: o grande capital cafeeiro". Essa oposição entre o fazendeiro propriamente dito, que buscava dar vazão aos seus reclamos por intermédio do Partido da Lavoura, e aqueles que possuíam uma diversificação nos negócios que suplantavam as porteiras das fazendas, na visão de Perissinoto (1994, p.50), atesta "uma cisão entre a lavoura, o Estado [leia-se o PRP – Partido Republicano Paulista] e os interesses urbanos do grande capital cafeeiro".

Em Franca, ao que parece, o apoio a uma possível criação do Partido da Lavoura foi afastado pelo diretório do Partido Republicano de Franca, preferindo seus membros emprestar seu apoio ao governo:

> O presidente do diretório pediu aos membros presentes que se manifestassem sobre a atual situação política existente nesta cidade; isto é o que pensam sobre as futuras decisões, se sustentam à chapa do governo ou o partido da lavoura, a fim de que ele presidente pudesse bem representar o partido naquela conferência. Então os membros do diretório declararam-se solidários com o partido

> governista e que sustentariam a chapa recomendada pela Comissão Central, respondendo o seu ofício e delegando poderes ao nosso representante perante aquela comissão para satisfazer o apelo que faz. (Atas do Partido Republicano de Franca, 1º.11.1899, p.13-4)

No entanto, torna-se necessário uma melhor avaliação dessa decisão do Partido Republicano de Franca, considerando o grande número de agricultores que fizeram parte do diretório do partido. Porém, de acordo com os dados fornecidos pelo Almanaque de Franca para o ano de 1901 (cf. Franco, 1902, p.177-94), apenas dois indivíduos, entre os maiores cafeicultores de Franca, compunham as fileiras do diretório do partido, a saber: Dr. João de Faria, considerado o "maior" cafeicultor do município de Franca, com 185 mil pés de café, e Antonio Flávio Martins Ferreira, com 60 mil. É importante mencionar que o Dr. João de Faria e Antonio Flávio Martins Ferreira não faziam parte do diretório do Partido Republicano local em 1899, quando da deliberação de apoiar o governo em detrimento do Partido da Lavoura.

Talvez a aparente ambiguidade envolvendo o apoio ao governo[6] de um partido que possuía em suas fileiras um grande número de

6 Silvia Levi-Moreira (1991, p.119-44), em estudo sobre o Partido Republicano Dissidente de São Paulo, observa que os dissidentes – por meio dos jornais *O Tempo* e *O Estado de S. Paulo* e dos anais da Câmara dos Deputados de São Paulo – tenderam a defender os interesses dos "pequenos lavradores, que Flávio Saes define como um conjunto de fazendeiros (principalmente de menor porte) que vivia em suas propriedades e estava à testa da produção" diante das dificuldades de crédito e de comercialização do café, colocando-se de modo contrário a muitas deliberações do governo paulista. Na Câmara dos deputados, referendavam a intervenção do Estado na economia, além de se concentrarem em medidas que favorecessem o comércio do café: "extinção dos impostos de trânsito, redução das tarifas de frete das estradas de ferro, a redução dos impostos de entrada para o café nos países estrangeiros" e a intensificação da propaganda da bebida no estrangeiro. Essas informações se tornam importantes porque, em termos políticos, o apoio do Partido Republicano de Franca ao governo em relação à criação de um Partido da Lavoura pode indicar, por parte dos republicanos de Franca, uma "coerência" no que diz respeito à política do estado de São Paulo.

agricultores se encontre nas próprias características da cafeicultura do município de Franca, delineadas na assertiva de Lélio Luiz de Oliveira (2006, p.43-4):

> Inseridos em propriedades rurais, com estruturas produtivas tradicionalmente voltadas para o abastecimento do mercado interno, o café, em Franca, passou a ser mais uma atividade dessa economia diversificada.
>
> Assim, as fazendas e fazendeiros não se limitaram à agricultura. A nova atividade deu mais fôlego e dinamizou a produção destinada ao mercado interno local e de longa distância. O caráter misto das fazendas foi reafirmado.
>
> Essa característica inicial manteve-se durante todo o período da economia cafeeira, na República Velha (até pelo menos 1920). Os fazendeiros francanos preservaram o perfil tradicional das propriedades. A habitual autossuficiência das fazendas, que trazia segurança ao proprietários foi um fator de manutenção das práticas econômicas arraigadas. Houve resistência em fazer investimentos vultuosos em uma nova lavoura, cujos resultados dependiam dos preços internacionais e das manipulações dos atacadistas. Produzir para o autoconsumo e para os mercados conhecidos era mais seguro. Mesmo os grandes proprietários não utilizaram, de imediato, todos os seus aportes na lavoura cafeeira. Aqueles que investiram sempre tiveram o café ao lado da pecuária. Foram miúdos os passos dados em direção à cafeicultura se comparado ao município vizinho de Ribeirão Preto.

Concomitantemente à iminente criação do Partido da Lavoura – e em certa medida também em decorrência deste –, muitos municípios levantaram bandeira em busca de uma maior autonomia. Esse "fenômeno municipalista" ecoou forte em muitas cidades do interior. Um exemplo da busca pela autonomia municipal e os consequentes choques com o governo do estado ocorreram na vizinha cidade de Batatais, por intermédio da atuação política do advogado e futuro presidente da República Washington Luis. A sua posição

em defesa da autonomia municipal foi uma constante enquanto residiu em Batatais: "os municípios devem defender por todos os meios os seus direitos, segredo e causa de seu progresso; ao contrário, devem lutar embora essa luta lhes acarrete contrariedades, incommodos" (Relatório Intendente Municipal de 1899, p.27 apud Pereira, 1988, p.108).

Washington Luis, além de ser convidado para elaborar o novo Código de Posturas do município, também teve, como oposicionista, uma atuação político-partidária intensa em Batatais, ocupando o cargo de presidente da Câmara Municipal e posteriormente o de intendente-geral. Enquanto esteve à frente dessas funções, privilegiou

> [...] uma proposta liberal de administração publica, seja pela proposição em torno da participação da iniciativa privada nos empreendimentos públicos, ou por um maior envolvimento do município na discussão de temas que lhe dizem respeito com a questão do orçamento, da criação de fontes de arrecadação e vários outros assuntos concernentes a esfera local indefinidos pela legislação constitucional. (Pereira, 1988, p.65)

O exemplo de Batatais na busca pela autonomia municipal nos faz questionar se o município de Franca também buscou arregimentar forças para empreender o fortalecimento das prerrogativas do municipalismo, visto que, como foi demonstrado no Capítulo 2, esse foi um tema debatido e defendido nas páginas do jornal *O Nono Districto*. Porém, não foi possível identificar em Franca documentos que comprovem, no período republicano, campanha semelhante à que foi realizada no período da propaganda que envolvia a autonomia municipal.

No entanto, apesar da não existência de uma propaganda que defendesse a autonomia do município, os jornais locais – a exemplo do jornal *O Nono Districto* – não deixaram de se preocupar com o progresso do município. Não eram poucos os artigos que cobravam melhorias na cadeia pública (*Tribuna da Franca*, 22.6.1901, p.1), aumento de policiais (*Tribuna da Franca*, 14.6.1902, p.1), melho-

rias no matadouro (*Tribuna da Franca*, 12.7.1902, p.2; *O Francano*, 1º.3.1902, p.2), melhoramentos no teatro Santa Clara (*A Cidade da Franca*, 5.8.1906, p.1), preocupação com o estado da instrução pública em Franca (*A Cidade da Franca*, 10.3.1907, p.1) ou que incentivasse a criação de uma escola de leiteria, viticultura e vinicultura (*Tribuna da Franca*, 21.2.1901, p.1), além da implantação de uma indústria pastoril no município (*Tribuna da Franca*, 7.9.1901, p.2).

Essa solidariedade do Partido Republicano de Franca em relação à Comissão Central do PRP tinha, em contrapartida, vantagens políticas, principalmente no que diz respeito à política municipal. Nesse sentido, dentro da "lógica do compromisso coronelista", o apoio ao governo significava, por sua vez, o "direito" de interferir no interior da política local como consta nestes vários exemplos contidos nas atas de reuniões do diretório do Partido Republicano de Franca: "Pelo presidente [do diretório do Partido Republicano de Franca] foi dito que para o bem da política local tornava-se necessário a *demissão do Dr. Promotor Público desta comarca* e a indicação de dois cidadãos para o preenchimento dos lugares de 2° e 3° suplentes de delegado de polícia desta cidade" (Atas do Partido Republicano de Franca, 12/3/1898, p.1 – grifo nosso); "foi mais oficiado a Comissão Central para que tratasse de exonerar o primeiro suplente de delegado e nomear o capitão Francisco García da Costa" (ibidem, p.13).

Em reunião de 15 janeiro de 1899, o diretório do Partido Republicano de Franca oficiava a "Comissão Central pedindo a nomeação de *Francisco de Assis Pereira* para professor da primeira cadeira e a exoneração de João Soares da Silva e nomeação de Francisco Garcia da Costa" (Atas do Partido Republicano de Franca, 15.1.1899, p.14 – grifo nosso). Porém, apenas um ano depois – 2 de janeiro de 1900 –, o mesmo diretório local reunia-se com o fim de "resolver sobre a necessidade de ser removido o professor *Francisco Augusto de Assis Pereira*[7] pelo procedimento incômodo que teve diante do

7 Francisco Augusto de Assis Pereira, provavelmente depois desse episódio, posiciona-se contra o diretório do Partido Republicano de Franca e utiliza as páginas de seu jornal, *A Cidade da Franca*, para apoiar os dissidentes locais.

pleito eleitoral de trinta e um de dezembro do ano passado, o que ficou resolvido por maioria de votos" (Atas do Partido Republicano de Franca, 2.1.1900, p.15 – grifo nosso).

Além disso, não eram raras as circulares do Partido Republicano local publicadas nos jornais "convidando a todos os seus amigos e correligionários políticos para comparecer a eleição de dous Senadores, um federal e outro estadual, eleições essas que se realizarão nos dias 29 e 30 do corrente mêz e para as quaes deve convergir a attenção de todos *os bons republicanos*" (*O Francano*, 20.9.1902, p.2 – grifo nosso).

A Comissão Central do PRP sofria severas críticas da imprensa local por causa de seu caráter autoritário, que impunha aos diretórios locais suas vontades políticas, o que ratificava a falta de soberania dos diretórios. Se os diretórios locais aceitassem a imposição *sine qua non* da Comissão Central, "a Comissão Central do Partido Republicano [reconheceria] o Directorio político de tal parte constituídos pelos srs, F. F. e etc".

Portanto, as indicações dos candidatos feitas pelos diretórios locais, na maioria das vezes, não passavam de uma representação, um teatro político que servia para tentar disfarçar a verdadeira face da República: "a de ser um regime que ao ser republicano era oligárquico e a de uma sociedade liberal e ao mesmo tempo discricionária" (Casalecchi, 1987, p.184).

A cisão de 1901 e a formação do Partido Republicano Dissidente de Franca

Por meio dos quadros que demonstram os indivíduos que compunham os diretórios do Partido Republicano de Franca, pode-se perceber que, em 1901, o diretório do Partido Republicano de Franca se apresenta com duas composições – uma em 15 de março de 1901 e outra em 28 de setembro de 1901 – completamente distintas. O que teria ocorrido para que tal divisão se concretizasse no interior do Partido Republicano de Franca? Diante disso, essas formações distintas podem refletir as consequências da cisão no in-

terior do PRP, que deu origem ao Partido Republicano Dissidente de São Paulo.

Em termos que vislumbram a política propriamente dita do PRP, a cisão acontece quando Campos Sales na Presidência da República impõe o nome de Bernardino de Campos para presidente do estado de São Paulo, em detrimento de Cerqueira César, que, por sua vez, tinha o apoio de Prudente de Moraes, produzindo assim a dissidência dos partidários de Prudente de Moraes e Cerqueira César. Esse ato de Campos Sales representava, para "os dissidentes de 1901, a intromissão federal nos negócios políticos do Estado [que] foi interpretada como rompimento do compromisso de respeito à autonomia estabelecido com o regime republicano" (Levi-Moreira, 1991, p.34).

Casalecchi (1987, p.101-2) caracteriza o aspecto político da dissidência de 1901:

> A cisão é o choque entre dois grupos de políticos dentro do Partido (PRP). Um agrupamento em torno de Campos Salles – chamado grupo da "oligarquia", que apoiava o governo paulista e federal, conivente com a "política dos governadores". Outro, em torno de prudente de Moraes – "os dissidentes"; "os empurrados" que acabaram por lançar o Partido Republicano Paulista Dissidente. Estavam contra a "política dos governadores", propunham uma revisão constitucional no âmbito federal e no estadual, uma república parlamentar como forma de atacar a ação política de Campos Salles, calcada no presidencialismo, além da moralização dos costumes políticos.

No entanto, para Love (1982, p.161), a crise política instalada no PRP refletia, além do caráter propriamente político, o "descontentamento de interesses comerciais e industriais associados ao partido":

> Os dissidentes favoreciam a supressão dos impostos de exportação, do imposto de transito e de todas as tarifas interestaduais. Propunham também ampliar o poder de o governo federal regulamentar

> o comércio, desnacionalização da marinha mercante [...] e a limitação do direito de propriedade por parte de corporações estrangeiras.
>
> Por outro lado, os interesses bancários pareciam estar bem protegidos em 1901, a julgar pela composição da comissão executiva naquele ano. Dentre os cinco indiscutíveis chefes do partido à época – Bernardino de Campos, Rodrigues Aves, Campos Sales, Cerqueira César e Prudente – dois dos três sobreviventes no poder tinham interesses no sistema bancário.

No município de Franca, a cisão do Partido Republicano Paulista dividiu o grupo que estava arregimentado no interior do Partido Republicano local, explicando, portanto, as duas composições do partido em 1901. O diretório do Partido Republicano de Franca, datado do dia 15 de março de 1901, tinha sido escolhido, em função de eleições internas, os indivíduos que iriam atuar à frente da agremiação nos próximos anos. A escolha desse diretório ocorreu antes de se processar a cisão do PRP.

Em 7 de setembro de 1901, os dissidentes liderados por Prudente de Moraes publicavam, no jornal *O Estado de S. Paulo*, o Manifesto do Partido Republicano Dissidente de São Paulo, concretizando a cisão. Nas assinaturas do Manifesto, consta o nome do deputado estadual francano Estevam Marcolino de Figueiredo.

Ora, isso explica o porquê da nova composição do Partido Republicano de Franca do dia 28 de setembro de 1901, ou seja, posterior à cisão estadual do PRP. Provavelmente, depois de anunciada a cisão do PRP, os republicanos de Franca, alinhados com a Comissão Central, e, portanto, com Campos Sales, trataram de se rearticular em torno do novo diretório do Partido Republicano local, eliminando do seu seio os partidários de Estevam Marcolino de Figueiredo, que, por sua vez, apoiava em âmbito estadual Prudente de Morais, ou seja, os dissidentes. A imprensa francana,[8] logo

8 O Partido Republicano Dissidente de São Paulo contará como seu porta-voz político, a partir de fevereiro de 1902, o jornal *O Tempo*. Em Franca, os dissidentes terão nas páginas da *Tribuna da Franca* um espaço no qual poderão

depois de confirmada a cisão do Partido Republicano Paulista, não deixou de se pronunciar:

> Esta positivamente feita a scisão do grande partido republicano paulista, sendo lógico portanto acreditar-se que dentro de poucos dias começara a operar-se em todo o estado a reacção natural que acompanha sempre os acontecimentos dessa ordem.
> [...]
> Não há como negar que essa dissidência encontrará dentro e fora do Estado valioso auxilio, franco e dedicado apoio de todos que, batidos pelas desilusões, assaltados pelas funestas conseqüências da fatídica política das olygarchias tem creado o momento oportuno [...] para se manifestarem abertamente contra este estado de coisas que, fundamente tem amordaçado as mais legitimas aspirações, as mais puras intenções que tolham na alma soffredora do povo, no peito opprimido dos brasileiros ante acima do venal interesse pessoal, collocam a estabilidade da República, a grandeza da Pátria. (*Tribuna da Franca*, 14.9.1901, p.1)

> Cousas políticas. Prudente e Mesquita abriram-se em cisão, publicando manifesto e, muita gente foi-se, política francana mudada. É possível coronel Martins e amigos vossos montarem Maquina local. (apud Melo, 1995, p.71)

As consequências da cisão do PRP são sentidas intensamente no município de Franca. O grupo de políticos que apoiava Estevam Marcolino de Figueiredo procurou se reorganizar, fazendo de Franca uma das 80 localidades que constituiu diretório "oficial" do Partido Republicano Dissidente de São Paulo. O diretório do Partido Dissidente de Franca, como consta no Quadro 14, abrigou, em

se manifestar. É por meio dos artigos publicados nesse jornal que poderemos vislumbrar o posicionamento crítico dos dissidentes locais em relação à República, debatendo temas que, na maioria das vezes, serão discutidos também nas paginas de *O Tempo*.

sua maioria, os políticos que haviam composto as fileiras do Partido Republicano de Franca de 15 de março de 1901.

Quadro 14 – Composição do diretório do Partido Republicano Dissidente de Franca[9]

Joaquim Antonio Garcia de Macedo
Ricarte José Narciso
Felício Ferreira Gomes
Urias Antonio do Nascimento
Joaquim Antonio de Lima

Fonte: *Tribuna da Franca* (14.12.1901, p.3).

Os dissidentes francanos e a República contestada

A atuação do Partido Republicano Dissidente de Franca pôde auxiliar no entendimento da consolidação do regime republicano e nas experiências de República do município. Os dissidentes, por meio da imprensa local, também analisaram os "rumos" e os contornos da "política republicana" e toda sua problemática de crises e tensões, emitindo suas críticas e propondo vias de mudança. É importante salientar ainda que as críticas e/ou as propostas contidas nas páginas do jornal *Tribuna da Franca* muitas vezes se originaram dos diálogos travados com eminentes membros do Partido Republicano Dissidente de São Paulo, como Alberto Salles e Júlio de Mesquita. Nesse caso, muitos dos temas debatidos pelo referido jornal faziam parte do programa do Partido Republicano Dissidente de São Paulo e também se encontravam presentes nas páginas do jornal dos dissidentes da cidade de São Paulo, *O Tempo*.

9 Em setembro de 1904, o Partido Republicano Dissidente de Franca elegia novo diretório: coronel Antonio Jacintho da Silva, Dr. Joaquim Carrão, coronel Chrysogono de Castro, coronel Ricarte Narcizo, major Emilio Galvão de Miranda, capitão Joaquim Alves Leite, José Bernardes de Andrade e Antonio Borges de Gouvêa (*Tribuna da Franca*, 22.6. 1904, p.1).

A preocupação com a reforma eleitoral foi tema recorrente dos dissidentes francanos. Isso porque vivenciavam de perto a marginalização política no município. Na primeira eleição que disputaram – em 16 de dezembro de 1901 –, foram facilmente derrotados e ocuparam apenas 25% das cadeiras de vereadores, restando aos candidatos governistas do Partido Republicano de Franca as demais.[10]

Quadro 15 – Resultado da eleição de 1901

Dr. João de Faria	620 votos
Hygino Caleiro	615 votos
Álvaro Abranches	615 votos
Dr. Joaquim Carrão	612 votos
Serafim Borges	603 votos
Francisco Marcolino	599 votos
Virginio Pereira*	214 votos
Joaquim Marcondes F. Lima*	210 votos.

* Candidatos dissidentes.

Fonte: *Tribuna da Franca* (21.12.1901, p.2).

No entanto, os pleitos eleitorais na época não serviam de parâmetros para uma avaliação do crescimento do Partido Republicano Dissidente por causa da série de fraudes eleitorais praticadas pelo situacionismo local, que tinha "no domínio do município a senha dos favores do governo" (Casalecchi, 1987, p.103). Em 1904, após mais uma derrota dos dissidentes nas eleições municipais, João Villela dos Reis acusava os membros do Partido Republicano de Franca "de forjar votos no distrito de São José da Bela Vista, onde a

10 Em novo pleito eleitoral realizado em 28 de outubro de 1904, os dissidentes também saíram derrotados, ocupando 27% das cadeiras. Os vereadores do Partido Republicano de Franca eleitos foram: André Martins (1.016 votos), Joaquim Garcia (1.014), João de Faria (1.011), Martiniano de Andrade (1.011), Francisco Macedo (1.009), Francisco da Silveira Gusmão (1.009 votos), Antonio P. Coelho (1.006) e José Pedro de Faria (1.005). Antonio Jacintho (418), Joaquim Carrão (414) e Abraham Mello (412) foram os vereadores dissidentes eleitos (*Tribuna da Franca*, 3.11. 1904, p.1).

votação geral do município excedera o número de eleitores existentes" (*O Estado de S. Paulo*, 11.1.1905, p.1 apud Melo, 1995, p.80).

O jornal *A Cidade da Franca* (14.1906, p.2) denunciava que o delegado de polícia local "procura e põe em prática toda a sorte de embaraços e obstáculos", impedindo o alistamento eleitoral dos membros "do directorio dissidente":

> Nem se diga que estamos exagerando os factos. O que ahi fica é uma verdadeira axiomática que dispensa commentarios. Ainda outro dia o capitão delegado (Acácio Alípio Pereira) não quis attestar a residência n'esta comarca do conhecido e popular membro do directorio dissidente – o sr. Major José Bernardes de Andrade Junqueira – fazendeiro aqui nascido e creado.

Na vizinha cidade de Santa Rita do Paraíso, foram relatados graves incidentes no dia que precedeu a eleição para vereadores: "indivíduos que se achavam emboscados nas proximidades da villa e diversos eleitores, cuja passagem aquelles pretenderam vedar"; esse conflito acarretou a morte de "Serafim de tal" que havia declarado "ter vindo da Rifaina com outros a mandado do tenente coronel Manoel Pereira Cavalcanti, com ordens de impedir a entrada na villa, aos eleitores do Jaboticabal" (*O Francano*, 12.4.1902, p.1). A gravidade do episódio fez com que o governo do estado enviasse um delegado até o município "para syndicar os lamentáveis acontecimentos que se deram por occasião das eleições municipaes" (*O Francano*, 19.4.1902, p.2).

Em artigo que antecedia as eleições municipais, o jornal *Tribuna da Franca* (7.12.1901, p.1) ressaltava o atual estado de "somnabulismo" em que se encontrava o povo quando tinha que exercer o "sagrado direito do voto":

> Chegamos a um tal estado de degradação moral, relativamente ao que se chama vontade popular, que é dolorozamente contristador o que se observa em todo o paiz nas occasiões em que é evocado esse elementar e imprescindível principio.

O povo parece que envolto na mortalha do temor ou da desillusão, convencido da improficuidade da sua acção, sem qualquer prurido que atteste vontade, desconhecedor dos seus direitos e da sua força, não procura mais saber se os candidatos que lhe são apontados pelos partidos ou impostos pelos chefes omnipotentes, tem a competência, a moralidade e finalmente a envergadura necessária para o desempenho da missão a cumprir; nenhum interesse mais o agita, nenhuma preoccupação o afflige e o arranca a esse somnambulismo atrophiante em que se emerge toda vez que tem de usar o sagrado direito do voto para eleger a collectividade que devem gerir os negócios da nação, dos Estados e dos municípios.

É bem provável que, ante as condições em que eram realizadas as eleições, se explique a intensidade com que o Partido Republicano Dissidente de São Paulo defendeu a reforma eleitoral. O jornal *Tribuna da Franca* (19.4.1902, p.1) criticava como as eleições eram realizadas, referendando apenas o predomínio das "olygarchias políticas" que simplesmente nomeavam os seus candidatos, o que para o artigo caracterizava "simulacros" de eleições; os candidatos nomeados pelas "oligarchias" eram os vencedores do pleito eleitoral, reproduzindo uma espécie de "comedia" no "scenario político" brasileiro:

Factos que venham contristar ainda mais a alma d'aquelles que batidos pela desillusão observam a comedia constantemente representada no nosso scenario político, succedem-se diariamente neste Brazil bem digno de melhor sorte e hoje desgraçadamente entregue a um governo desorientado e impatriótico que já não sabe mais como se haver com a missão que lhe confiou a... fraude eleitoral.

Sim porque toda a gente sabe que de há muito não há eleições neste paiz: há simulacros dellas. Os candidatos são nomeados pelas olygarchais que na proporção de uma por estado, uma, talvez, por município, ostentam-se garborosamente à luz brilhante do século XX, sob a immediata direcção da olygarchia mor que tem por sede a Capital Federal e por apaniguados os Murtinhos.

Em outro artigo, o jornal *Tribuna da Franca* se coloca como defensor de uma reforma no sistema eleitoral. O artigo justifica a necessidade da reforma eleitoral: o povo brasileiro tendo cerceado seu direito ao voto e "deixa de figurar como factor directo nos acontecimentos e negócios do paiz". Ao que parece, o articulista relaciona a perda dessas prerrogativas por conta do vigente sistema eleitoral – o de participação do povo nos acontecimentos e negócios do "paiz" – a uma gradual perda de "soberania".

Logo a seguir, o artigo denuncia os vícios do sistema eleitoral, fazendo com que este seja incompatível "com o nosso grau de civilisação" e cultura, e elenca uma série de fraudes e interesses políticos que moviam o sistema eleitoral. Contudo, o final do artigo parece contradizer essa ideia inicial quando o articulista assevera: o "mais lamentável e desanimador é o não comparecimento do elemento pensante e das classes operosas e adiantadas do paiz" nos pleitos eleitorais.

O "simulacro" eleitoral denunciado pelo jornal era ainda mais esgarçado por causa do não comparecimento "do elemento pensante" e "adiantado" do "paiz"? O desinteresse desse segmento social advinha dos próprios vícios eleitorais do regime? Nesse caso, estaria questionando a capacidade de "apenas" o povo participar das eleições? O articulista cobra a presença nos pleitos eleitorais não "apenas" do povo, mas também de outros segmentos sociais. Nesse caso, talvez o interesse "do elemento pensante" e "adiantado" se constituiria em uma das saídas possíveis para conseguir maior legitimidade das eleições.

> Um povo que é vilmente espoliado do sagrado direito do voto e que por isso mesmo deixa de figurar com factor directo nos acontecimentos e negócios do paiz, forçosamente há de se chegar, cedo ou tarde, pela lógica ineluctavel aos factos ao triste dilema de, ou submetter-se-á tutela de outrem ou a reagir pacificamente e mesmo revolucionariamente, se preciso for, para a conquista dos seus direitos, e da sua soberania.

> O systema eleitoral em vigor não pode absolutamente satisfazer o ideal libérrimo do nosso povo, porque alem de ser, na opinião dos competentes, defeituosissimo na sua integra, é ainda uma arma perigosa, nas mãos inconscientes dos régulos de aldeia que a manejam servilmente a bello prazer das potentosas centralisações.
>
> Protestando eloqüentemente contra o actual systema elitoral, ainda só incompatível já com o nosso grau de civilisação como também com o desenvolvimento político e com a cultura intelectual a que temos atingido ahi estão os simulacros de eleições, a mentira dos alistamentos, a lucta estéril e vexatória entre os chefes partidários e ambiciosos, e o que é mais lamentável e desanimador o não comparecimento do elemento pensante e das classes operosas e adiantadas do paiz as eleições. (*Tribuna da Franca*, 26.4.1902, p.1)

Os dissidentes francanos seguiam a esteira de seus congêneres da cidade de São Paulo, que também propugnavam pela reforma eleitoral que viesse pôr fim às fraudes e ao predomínio das oligarquias, abrindo espaço de participação às minorias políticas.

> A verdade do regime republicano repousa na pureza da representação popular.
>
> E como esta si se pode realizar pelo voto, depende do livre pronunciamento da opinião, por meio de eleições legitimas.
>
> Infelizmente, o maior dos males, que estão afetando a República, é a fraude eleitoral.
>
> Enquanto a eleição não for uma verdade, enquanto não se assegurar à Nação o direito de livremente escolher os seus representantes, qualquer reforma política será ineficaz.
>
> Para conseguirmos a fiel execução do regime constitucional, pugnaremos por todas as garantias ao sufrágio popular, quer dependam da severa fiscalização dos processos eleitorais, quer de medidas legislativas. Entre estas nos esforçaremos para que a legislação consigne, tanto para as eleições de deputados federais, como para a de senadores e deputados do Estado.
>
> Voto uninominal;

> Simples pluralidade de sufrágios;
>
> Divisão dos Estados em distritos de três deputados pelo menos. (Programa dos Candidatos Republicanos Paulistas apud Barriguelli, 1986, p.53)

Segundo análise de Silvia Levi-Moreira (1991, p.44), a reforma eleitoral proposta pelo Partido Republicano Dissidente de São Paulo visava, de certa forma, moralizar as eleições e afastar ao mesmo tempo a fraude política ao corrigir o "maior dos males que afligia a República". Ao propugnarem pelo "voto uninominal, pela simples pluralidade dos sufrágios e pela divisão dos Estados em distritos de três deputados" (ibidem), os dissidentes visavam garantir o direito às minorias políticas no Estado.

O apego à reforma eleitoral possivelmente visava garantir o sucesso do partido via participação eleitoral, já que o Partido Dissidente objetivava "os combates pacíficos, no terreno legal, em prol da liberdade e da República, e para o bem da Pátria, do povo brasileiro" (Programa dos Candidatos Republicanos Paulistas apud Barriguelli, 1986, p.60). Outros pontos do programa dissidente merecem ser destaque: "aperfeiçoamento da boa organização da instrução pública", reforma no Judiciário visando à independência da magistratura, medidas que visavam à fixação do imigrante no Estado de São Paulo, além do já citado por Love (1982), como supressão dos impostos de exportação, de trânsito e de todas as tarifas interestaduais.

Os dissidentes francanos abordaram outras temáticas que exprimiam o atual momento da República, revelando também a incapacidade dos seus governantes. Nesse sentido, a *Tribuna da Franca* (7.9.1901, p.1), em número que comemorava o 7 de Setembro, não deixou de criticar o governo republicano pela "penúria" em que se encontrava o povo brasileiro, denunciando que, mesmo muitos anos após a independência, a situação do Brasil pouco se modificara:

> Onde esta a riqueza deste grande paiz, outrora tão prospero e respeitado das nações do velho mundo, que agora lançam os olhos

ávidos para a presa appetecida que esta prestes a cahir-lhes nas mãos gananciosas?!...

Onde esta a lei e a liberdade tão valorosamente conquistada a 7 de setembro de 1822?

[...]

A liberdade esta nas garras de ferro dos potentados que extrangulam desapiadamente na garganta do povo opprimido, o protesto vehemente que, como a onda impetuosa, quer subir rugindo surdamente para por um dique invencível aos destinos de um governo inconsciente, ignorante e criminoso, que sacrifica os interesses e a vida de um povo ao capricho de meia dúzia de especuladores sem consciência que esvoaçam sobre os vazios cofres nacionaes, qual bando negro de corvos sobre o lúgubre banquete que lhes oferece a morte!

Em artigo intitulado "Liberte-mos", o jornal *Tribuna da Franca* utiliza um tom um tanto quanto interessante para um jornal do interior ao desferir virulentas críticas ao governo de Campos Sales, pregando a revolução pelas armas. O principal alvo das críticas do artigo é o "banditismo" caracterizado pela ação das "oligarchias"; percebe-se, portanto, que a crítica recaía sobre a política dos governadores implementada por Campos Sales, rotulada de "insupportavel dictadura".

Já é tempo deste povo sair desesperadamente do ostracismo em que vive mergulhado há annos, para protestar revolucionariamente contra o banditismo que com o rotulo de pomposo de governo da Republica, desgraça actualmente este paiz, que já foi uma nação poderosa, rica e respeitada.

É tempo de uma reacção necessária operar-se em todos os recantos do paiz, mas não uma reacção de palavras que pouco adianta, mas uma reacção de factos, verdadeira, revolucionaria, que implacavelmente venha terminar e fazer desapparecer para sempre o braço férreo das oligarchias que vergonhosamente opprimem um povo livre em pleno século XX.

[...]

> E de facto, de certo tempo a esta parte o governo do sr. Campos Sales [...] assumio as proporções de uma insupportavel dictadura. (*Tribuna da Franca*, 15.2.1902, p.1)

Em artigo intitulado "A farça",[11] o jornal prefere criticar a "Constituição da República do Brazil" e a denomina "ridícula farçola"; novamente o articulista se refere à política dos governadores como uma "farça" em que Campos Sales fazia valer sua "imposição férrea" ao indicar o também paulista Rodrigues Alves para sucessão presidencial, em detrimento da "vontade popular", ferindo a "celebérrima Constituição de 24 de Fevereiro".

> [...] passou-se no dia 24 do mez findo mais um anniversario da ridícula farçola que por ahi corre com o pomposo e bombástico nome de Constituição da Republica do Brazil.
> [...]
> Representa-se hoje no Brazil a confirmação legal da nomeação do sr. Rodrigues Alves para o elevado cargo de presidente desta República.

---

11 O jornal *Tribuna da Franca*, pela maneira como debatia determinados assuntos, foi acusada de defender ideias monarquistas. Em vários momentos, o jornal teve que se defender de tal rótulo: "E de facto a *Gazeta* em seu último número pretendeu insinuar que abandonamos o nosso programma, tresandando em coisas de monarchia e monarchistas [...] dizendo para adoçar sua opinião a colega cita nosso ultimo artigo *A Farça* tentando ridicularizar o auctor destas linhas [...], mas antes disso precisamos repetir, mais uma vez dentre tantas, aquillo que continuadamente temos dito aqui mesmo destas columnas: em matéria de política, não abraçamos a causa de NENHUM dos partidos militantes da actualidade em cujo o número o collega podia ver que está incluído o partido monarchista, para que estivesse perfeitamente convencido de que não somos partidário d'aquelle regimem, muito embora o preferimos mil vezes a actual forma de governo prostituído com que o rótulo de república por ahi anda coberto de maldições [...]" (*Tribuna da Franca*, 15.3.1902, p.1). Em outra ocasião o jornal *O Francano* (15.3.1902, p.1), em um artigo referente à diretoria da Santa Casa de Misericórdia, afirmava a relação da *Tribuna da Franca* com os dissidentes da política local: "Apenas parece que o collega [*Tribuna da Franca*] sente qualquer cousa de sympathia pelo grupo que representa o partido dissidente [...]".

> É mais uma farça que vae apresentar-se a sombra da celebérrima Constituição de 24 de Fevereiro, em que, quer a ponta das bayonetas, a pata de cavallos, ou a adestradas Mallats, triuphará das urnas o candidato do sr. Campos Sales.
>
> Não queremos nem procuramos saber das aptidões daquelle que vae ser suffragado hoje nas urnas, o que sabemos é que vae subir, não pela vontade popular que parece não depositar confiança em nenhum homem da actualidade política, mas pela imposição férrea do sr. Campos Salles. (*Tribuna da Franca*, 1º.3.1902, p.1)

Para Renato Lessa (1988, p.111), a política dos governadores tinha um peso significativo, como propiciadora de uma ordem pública republicana que afastasse a instabilidade política dos anos iniciais do regime, já que, ao conseguir implementar uma rotina institucional, "o singular, nesse caso, foi que, do ponto de vista da construção institucional, as regras definidas pelo pacto oligárquico não tiveram como contraponto o regime que a República substituiu", ou seja, a política dos governadores não teve como "referência negativa para a nova ordem" o regime monárquico, mas sim os primeiros anos "do próprio regime republicano".

Em 8 de março de 1902, o jornal voltava a atacar o "simulacro" das eleições, no qual os candidatos eram impostos pelo presidencialismo de Campos Sales. Segundo o artigo, o que poderia comprovar o caráter meramente ilustrativo das eleições foi o comportamento dos eleitores, dos representantes "da vontade nacional", que, com um "exemplo de civismo", haviam deixado de comparecer "a esse simulacro de eleição que se realizou no dia 1° do corrente". No entanto, apesar da crítica e da constatação do "exemplo de civismo" do povo, que não compareceu às eleições, fica difícil de apreender se verdadeiramente o povo tinha a consciência do seu papel como "representante da vontade nacional", até porque o PRP sempre procurou restringir a participação do povo nas urnas, pautando-se pela manutenção da imensa maioria da população na indigência política (Casalecchi, 1987, p.186).

> Estão finalmente realizados os desejos e os sonhos doirados do sr. Campos Salles.
>
> Esta eleito o sr. Rodrigues Alves para presidente da infeliz republica brasileira; está, portanto, consumado mais esse erro, talvez o maior, do impatriótico governo que nos infelicita.
>
> [...]
>
> A prova mais eloqüente, implacável de que S. Exc. não é escolhido pelo povo, não é um verdadeiro representante da vontade nacional, ahi está frisamente demonstrada nesse sublime exemplo de civismo dado pelo povo brasileiro, deixando de concorrer a esse simulacro de eleição que se realizou no dia 1° do corrente. (*Tribuna da Franca*, 8.3.1902, p.1)

As críticas feitas pelo jornal *Tribuna da Franca* se assemelham muito ao posicionamento político adotado por Alberto Salles, exposto no jornal *O Estado de S. Paulo*, no qual demonstra uma visível decepção com os rumos tomados pela República e, dessa forma, propõe uma reavaliação do regime republicano, apontando para uma reforma constitucional que pudesse combater o presidencialismo exacerbado de Campos Sales personificado na política dos governadores. Segundo Alberto Salles, a República, depois de uma experiência de dez anos, havia incorrido no grave erro de desvirtuar o presidencialismo "na mais completa ditadura política."

> Mas o que é pior, o que é excessivamente grave, porque é sentença de nosso infalível aniquilamento futuro é que [...] como sobre uma montanha de cadáveres, ergue-se disforme, assumindo proporções estranhas, como um imenso polvo que ameaça envolver em seus poderosos tentáculos o organismo inteiro da nação, a mais perigosa, *a mais perfeita das ditaduras políticas*.
>
> Afirmando a todo o momento que vivemos no mais pleno dos regimes democráticos, que é o regime presidencial, único capaz de fazer a nossa prosperidade e a nossa grandeza, garantindo a ordem e fomentando o progresso. Nós, porém, o que vemos e o que sentimos com mágua, é que o presidencialismo não é mais que uma pér-

fida etiqueta, um rótulo falso, com que se procura impingir ao povo simplista a mais baixa, a mais passiva ditadura política. [...] O que, porém, afirmamos hoje, depois de uma experiência de dez anos, amargurado por tantas vicissitudes e tantos erros, em que mais de uma vez tem a república corrido vários perigos, é que o regime presidencial, ou por um vício oculto do sistema, ou por má interpretação, ou, finalmente, porque seja antipático ao caráter nacional, aos nossos costumes, às nossas tradições e às nossas crenças, tem sido tão lamentavelmente desvirtuada e tão profundamente desfigurado que, ao cabo de uma experiência tão curta, já se vê inteiramente convertido, para o descrédito das instituições e a infelicidade da nossa pátria, na mais completa ditadura política. [...] O mandonismo político planta daninha de nova espécie, vai abafando por toda a parte, por onde se alastre com fúria, em sua medonha expansão absorvente, todas as manifestações legítimas, nobres e vivazes da consciência nacional e transformando pouco a pouco este grande país, digno de melhor sorte, em um vasto e melancólico deserto, onde a árvore da liberdade, crestada pelo sol ardente da ditadura, definha e morre. (*O Estado de S. Paulo*, 18.7.1901, p.2)

Júlio de Mesquita, em artigo publicado em *O Estado de S. Paulo*, também fazia um balanço dos primeiros anos de República ao enfatizar a crise política e econômica e temer novamente a ação do jacobinismo e do elemento militar. Diante disso Júlio de Mesquita se colocava a favor da revisão constitucional:

Hoje, no governo do dr. Campos Sales, os militares não governam, o jacobinismo continua oculto, e o tesourto nacional recomeça seus pagamentos. Mas ninguém acredita que a crise financeira esteja definitivamente resolvida, porque a crise econômica é cada vez mais assustadora. A lavoura não ganha, o câmbio desce e o comércio e as indústrias, com rara exceção, perdem. Não há miséria, mas o pobre cada vez se sente mais pobre, o remediado tem medo de empobrecer e o rico não confia na sua riqueza. Além disso, a indiferença dos eleitores já não é indiferença: é desprezo,

> intuitivo de alguns, noutros consciente, proposital e até acintoso. De maneira que, toda a gente receia que de um dia para outro, o jacobinismo reaparece e os soldados tomem outra vez as rédeas do governo.
>
> [...]
>
> O meu programa hoje seria REVISÃO! Só, sem mais nada. A bandeira é ampla. Podem envolver-se nela todos os patriotas, estejam agora em que fileiras estiverem, ou não estejam em fileira alguma. (*O Estado de S. Paulo*, 27.4.1901, p.1)

Os jornais francanos, além da questão política, também enfatizavam a crise econômica que o país atravessava com a queda do preço do café. Nesse sentido, não somente a política dos governadores era questionada pela imprensa local, mas também a política econômica implementada por Campos Sales. Mesmo o PRP tendo afastado o perigo da criação de um partido que representasse os interesses dos agricultores, em especial dos cafeicultores, a inépcia do governo em resolver a crise do café era abordada pela imprensa.

> O café continua a baixar o preço de um modo tristemente desolador!
>
> A sua depreciação chegou a ponto nunca esperado!
>
> O desanimo, alias, muito justo, começa a invadir o espírito descrente dos lavradores que vem desapontados a vil cotação do seu único gênero de exportação. (*Tribuna da Franca*, 20.4.1901, p.1)

Apesar de relatar os baixos preços do café no mercado internacional, o artigo evita creditar a culpa somente ao governo, apontando uma série de fatores que levaram à depreciação do preço do café, como o excesso de produção e principalmente o "monopólio dos consumidores".

O curioso é que, em outro artigo, o jornal *Tribuna da Franca* (5.10.1901, p.1 – grifo do autor) credita as baixas dos preços do café à falta de ação do governo Campos Sales que não cuidou de controlar

> [...] o já famigerado excesso de producção, pedimos a intervenção do Estado para a baixa das exorbitantes tarifas das estradas de ferro, aconselhamos a não remessa dos cafés *escolhas* e, sobretudo, toda a vigilância nos mercados estrangeiros para evitar as especulações dos celebérrimos intermediários.

O artigo termina responsabilizando o governo pela pouca importância dada à lavoura, "deixando-a entregue aos caprichos gananciosos de meia dúzia de especuladores que na Europa vende semente de fedegoso por café brasileiro e este, como de outras procedências!".

Em outro artigo, o jornal *Tribuna da Franca* (5.7.1902, p.1) criticava a medida tomada pelo governador do Estado, Bernardino de Campos, que pretendia efetuar uma cobrança de impostos nos cafeeiros novos, como tentativa de amenizar a crise que, segundo o próprio governo, residia no excesso de produtividade que não era acompanhado pela expansão dos mercados, barateando com isso o preço do produto:

> Agora o Dr. Bernardino de Campos apresenta a idéia que reputamos infeliz e contraproducente, de se lançar um imposto sobre os cafeeiros novos no intuito de assim diminuir a producção.
>
> [...]
>
> Aquelles que tenham apenas dois dedos de simples bom senso, não pode escapar pois, a infelicidade dessa idéia do Dr. Bernardino de Campos, idéia que vem a ser um flagrante attentado a liberdade de commercio e de industria acoroçoada e respeitada em todos os paizes e como manda o próprio tribunal da boa razão.

Os impostos cobrados pelo governo Campos Sales também foram tema de severas críticas feitas pelo jornal *Tribuna da Franca* (16.11.1901, p.1):

> Com esta epigraphe voltamos do celebérrimo imposto de consumo, ou, mais claramente, da escandalosa iniqüidade da lei do

imposto do sello que o sr. Campos Salles pretendeu perpetuar a memória da sua já famigerada administração.

Julgamos opportunas presentemente mais algumas considerações com relação a essa desastrada questão, que visivelmente o governo demonstrou ainda mais uma vez o seu desamor ao interesse do povo, de um modo claro, positivo, terminante irrefuctavel.

E não padece duvida a nossa affirmação, porque decididamente em meio das inúmeras difficuldades com que actualmente luctam todas as classes do nosso paiz, graças aos constantes desatinos do governo desta republica que em 12 annos reduziu a triste condição de mendingo, um paiz tão rico, a figura execranda do imposto do sello que surgiu ultimamente nos horizontes ensombrados da Pátria, semelha o aspecto da morte que veio amortalhar um povo, outrora opulento e que hoje já não sabe mais como se haver com o lemma – Ordem e Progresso que ridiculamente inscreveram na sua glorioso bandeira.

Na verdade, esse posicionamento crítico do jornal *Tribuna da Franca* em relação à política econômica do governo Campos Sales refletia o momento de crise da lavoura cafeeira. Segundo Perissinoto (1994, p.62), "diante do perigo da bancarrota financeira" que vinha se agravando com a política emissionista do Encilhamento, "ao governo coube optar entre acudir a lavoura, que reclamava da queda dos preços internacionais do café, ou sanear suas contas". Nesse caso, o governo optou por sanear as finanças, implantando o *funding loan* que visava, acima de tudo, "promover a valorização cambial, desafogando o mercado de cambiais e reduzindo o papel-moeda em circulação".

É interessante observar ainda que o caráter de "sanear as contas" só foi possível, segundo Lessa (1988, p.119), pela implantação da política dos governadores, já que os:

[...] termos práticos do arranjo [político] diziam respeito à constituição da ordem pública republicana, visando dotar a esfera pública de maior governabilidade através do congelamento da competição

> política, via reconhecimento das oligarquias regionais como proprietárias das parcelas estaduais do *demos* e como únicos atores relevantes.

Lessa (1988, p.119) afirma que, ao "congelar as competições partidárias" em âmbito estadual, Campos Sales pôde implementar a "teoria do Estado administrador", na medida em que a política "é percebida como exercício supérfluo e inessencial à produção do bem publico". Para Lessa, à medida que Campos Sales consegue um distanciamento "das paixões partidárias", também consegue colocar em prática um modelo de administração "como valor suficiente para definir as metas do Estado", em que estava inclusa a recuperação financeira do Brasil via *funding loan*.

De acordo com Perissinoto (1994, p.64-5), o *funding loan* trouxe consequências negativas para a lavoura cafeeira: na época do Encilhamento, a lavoura cafeeira se encontrava em uma "situação econômica ideal", por causa do aumento internacional do preço do café e da desvalorização cambial; com o *funding loan*, a situação era inversa: o preço do café decaía gradativamente, enquanto a moeda brasileira se valorizava. Em relação ao grande capital cafeeiro, o *funding loan* teve outro significado, já que a valorização da moeda acarretou um barateamento dos custos da ferrovia, e o setor importador "beneficiou-se na medida em que a valorização cambial garantiu competitividade aos produtos importados".

A questão da autonomia do governo brasileiro em relação aos países da América do Sul recebeu críticas da *Tribuna da Franca* (7.9.1900, p.2), principalmente em relação à passividade do governo em relação à questão do Acre:

> Em 1900 o chefe da nação brazileira prepara, ludibrio! A esquadra branca (rubra fosse ella) para banquetear-se e quebrar taças de champagne, com o ilustre colega Rocca, chefe da nação Argentina, nossa muito leal amiga, enquanto lá, ao longe, nas regiões da Amazonia, o estrangeiro audaz, o boliviano aventureiro, pisa o solo sagrado da pátria, conquistando-o palmo a palmo!!!

> O brasileiro, porém, lá esta firem... emquanto o governo poltrão, iconsciente crusa os braços ante a afronta sangrenta!...
>
> Oh cada gotta de sangue, generoso, de nossos irmãos, bravos como os mais bravos ira cahir salpicando de recriminações a gravata branda de nossa diplomacia ignorante e cobarde até o extremo da ignomia!

Em outro artigo, o jornal volta a criticar a posição do governo Campos Sales ante a questão do Acre:

> O estrangeiro conquista o nosso território palmo a palmo e o governo cruza os braços e só os tira d'esta posição para auxiliar a invasão e mandar fuzilar os brasileiros que, apesar da corrupção sem egual que tudo domina actualmente conservam ainda no recôndito do coração generoso, um pouco de civismo, bastante para protestar alta e heroicamente contra o senhorio que os procura avassalar!
>
> A Bolívia vende aos Estados Unidos o nosso torão e o governo sustenta a venda: é o leilão da pátria, como muito bem disse um illustre collaborador do Comercio.
>
> "Quem dá mais?" – grita a Bolívia; "quem dá mais?" repete cynicamente o sr. Campos Salles. (*Tribuna da Franca*, 2.2.1901, p.1)

As críticas feitas pela *Tribuna da Franca* em relação à autonomia do Brasil perante as nações estrangeiras e principalmente quanto à questão do Acre eram encontradas nas páginas do jornal do Partido Republicano Dissidente de São Paulo, *O Tempo*. Como mostrou Silvia Levi-Moreira (1991, p.89), nos editorias de *O Tempo*, a questão do Acre se tornou o centro das "críticas à expansão imperialista norte-americana"; a autora relata que vários artigos alertavam "sobre o perigo latente do Brasil tornar-se protetorado americano".

O jornal *Tribuna da Franca* (6.10.1900, p.1) abordou um tema bastante peculiar: a fome no Estado do Ceará. Segundo o seu articulista, "emquanto lá no norte, os nossos irmãos morrem de fome, rios de dinheiro são gastos, perduriamente, aqui no Sul, no Rio, no

preparo da esquadra destinada ao passeio presidencial, à República Argentina".

O jornal também enfatizou o atual estado da instrução pública no Brasil. O artigo critica o sistema de ensino vigente, propondo uma reforma "pedagógica" calcada em bases "scientificas" que abranjam todas as camadas sociais.

> Não! A educação nacional está acima do estalão, pelo qual pensam medil-a ao representantes do poder.
>
> Ella faz parte intrínseca das instituição democráticas, e se não é uma chimera a sinceridade do regimem actual, merece ser erguida ao valor de um problema capital. [...] o que é verdade é que abrir escolas, fomentar a instrucção calcada em bases scientificas, difundil-a largamente, prodigamente, das camadas mais altas as mais modestas do povo, é preparar com firmesa e segurança o apogeu de uma nacionalidade.
>
> Abra, pois, o governo escolas por toda a parte, não as conte, não as calcule avaramente, seja pródigo para instruir.
>
> [...]
>
> Tornem obrigatório o ensino, promovam uma lei sabia, útil e justa, apresentem uma reforma pedagógica digna do progresso scientifico, digna deste grande povo. (*Tribuna da Franca*, 1º.9.1900, p.1)

Embora se apresente como um jornal de oposição ao governo Campos Sales, a *Tribuna da Franca*, de certa forma, consegue estabelecer uma crítica contundente ao modelo de República então vigente, abordando temas variados. Isso porque a nova ordem pública implantada pela República foi sendo ao longo do tempo questionada, passando por momentos de tensões e acomodações.

Além dos debates travados pela imprensa oposicionista, o município de Franca teve participação direta na rebelião monarquista de 1902, que visava derrubar a "República de Campos Sales". Para o nosso propósito, a participação direta de Franca na rebelião pode indicar a exacerbação de uma experiência de República malsucedi-

da na visão de alguns grupos políticos locais. Diante disso, pode-se questionar por que uma rebelião monarquista aconteceu em Franca, e como esse acontecimento pôde direcionar para uma avaliação das experiências de República no município.

Antes, porém, torna-se necessário delimitar alguns pontos da revolta. Para Casalecchi (1987, p.120), "o movimento imputado de monarquista era muito mais do que isso. O seu caráter restaurador, apontado pelo oficialismo ao indicar entre os componentes notórios monarquistas, objetivava diminuir-lhe a amplitude"; é interessante frisar que o movimento, além da liderança dos fazendeiros monarquistas "que são a mão armada do movimento", contava em suas fileiras com o apoio dos dissidentes, ou seja, "republicanos" outrora ligados ao PRP.

Segundo Janotti (1986, p.221), o movimento foi "predominantemente monarquista e paulista", sendo os principais implicados "fazendeiros influentes" com ligação com chefes monarquistas, além das oposições estaduais concentradas principalmente nos dissidentes. Para Carone (1971, p.190-1)," a revolta é o resultado de uma aliança de várias tendências, que, desgostosas com a situação política e econômica, se unem numa frente única para tentar derrubar o governo federal de Campos Salles e o de Bernardino de Campos".

Diante da análise da historiografia sobre a revolução monarquista de 1902, muito provavelmente os motivos que levaram o município de Franca a ter participação direta no movimento caminham para a confluência de fatores de ordem política e econômica.

Em primeiro lugar, o jornal *Tribuna da Franca* não poupou críticas à política dos governadores implementada por Campos Sales, acompanhando uma tendência de críticas ao modelo de República feitas por políticos que compunham o alto escalão da dissidência paulista, como foi o caso de Alberto Salles e Júlio de Mesquita, que propunham, acima de tudo, uma reavaliação dos primeiros anos da República, indicando a necessidade de processar uma revisão constitucional, propondo a implantação de uma República parlamentar como forma de afastar do seio do regime "a mais perfeita das ditaduras política".

Em termos de política local, Janotti (1986, p.221-2) esclarece a questão:

> Um fato ainda não observado é que enquanto, e por vários anos, a cúpula monarquista discordara a respeito das candidaturas dos seus correligionários às eleições estaduais e federais e preocupara-se, apenas e tão somente, com a política nacional e a queda do regime, processara-se a integração dos monarquistas na política local. Recrudescer ainda mais o mandonismo; e o coronelismo comandava a política do município. Realmente, se bem que muitos dos poderosos fazendeiros continuassem a ser monarquistas, não perderam eles suas bases de influência e sequer desistiram de participar da política como chefes de facções locais. Em decorrência dessa situação é que se explica terem sido os fazendeiros, com sua clientela, a mão armada do movimento de 1902. Aliados à dissidência paulista, tinham eles motivos objetivos para se rebelarem: haviam sido totalmente vencidos nas eleições municipais de 16 de dezembro de 1901; e estavam sendo vítimas da mais completa degola que São Paulo presenciaria.

O quadro exposto por Janotti é muito parecido com a realidade do município de Franca. Nas eleições para vereadores, de 16 de dezembro de 1901 – portanto, a primeira de que os dissidentes participaram –, o Partido Republicano Dissidente de Franca lançava a sua chapa a fim de medir forças com o diretório governista. A chapa era composta dos seguintes indivíduos: Dr. Antonio Vicente da Silveira Xandó, Dr. Antonio Joaquim dos Santos, capitão Antonio Alves Pereira Machado, tenente-coronel Crysógono de Castro, Joaquim Marcondes de Faria e tenente-coronel Virginio Pereira dos Santos (*Tribuna da Franca*, 14.12.1901, p.3)

A chapa dissidente conseguiu eleger apenas dois vereadores – Joaquim Marcondes de Faria e Virginio Pereira dos Santos –, o que significou, de certa forma, uma derrota política ante o diretório do Partido Republicano de Franca, que conseguiu ampla maioria na Câmara Municipal, ocupando 75% das cadeiras. Considerando que

os implicados na revolta eram os candidatos derrotados na eleição de dezembro de 1901, Dr. Antonio Vicente da Silveira Xandó, Crysógono de Castro (*O Francano*, 30.8.1902, p.1) e os oposicionistas Arlindo de Lima e Joaquim de Lima, que, segundo Melo (1995, p.73) haviam publicado dias antes declarações no jornal *O Estado de S. Paulo* no sentido de implantar "antes uma monarquia com bem sal e pimenta do que a República que ai está", percebe-se que o quadro político descrito por Janotti (1986) tem seu correspondente no município de Franca, ainda mais porque já foi atestada a força dos "monarquistas" locais quando da organização do Partido Católico em 1890.

O jornal *O Francano* (30.8.1902, p.1 – grifo nosso), em uma coluna intitulada "Notas avulsas", divulga o que supostamente seria a atitude dos sediciosos locais:

> Na véspera das occurrencias corria pela cidade o boato de terem sido convidados vários indivíduos para cargos públicos, caso fosse avante a supposta revolução, começada no Porto João Gonçalves.
>
> – Que alguns capangas conhecidos pela policia, foram encarregados de alliciar companheiros para desordens.
> – Durante as diligencias da policia em frente a cãs do Coronel Chrysogono, foram vistas diversas pessoas armadas de carabinas, emboscadas nos quintaes vizinhos, o que só tarde chegou ao conhecimento da autoridade.
> – [...] *Boletins sediciosos foram distribuídos neste município, concitando o povo a pegar armas contra as instituições.*

O diretório do Partido Republicano de Franca publica uma circular em que enaltece os trabalhos da autoridade policial "pela sua attitude enérgica, na repressão das desordens havidas naquele dia em face dos sucessos havidos", constituindo-se "numa necessidade para o respeito da Lei e prestígio das instituições republicanas" (ibidem, p.2).

Portanto, se os sediciosos tinham como principal objetivo "pegar em armas contra as instituições", o partido do governo, o Partido Republicano de Franca, enaltecia justamente a defesa

empreendida pela "lei", defendendo essas mesmas "instituições republicanas" outrora atacadas pelos dissidentes.

Os fatores econômicos que motivaram o movimento revolucionário – principalmente a crise do setor cafeeiro oriunda da política econômica implementada por Campos Sales, a qual foi veementemente abordada pelos artigos do jornal *Tribuna da Franca* – afetaram, de certa forma, a produção cafeeira no município, já que, segundo Oliveira (2006, p.50), "a produção local estava plenamente integrada à conjuntura econômica nacional, pois as crises de preços e superprodução atingiam, diretamente, a área de Franca".

Um exemplo disso foi a crise de numerário acarretada pelo *funding loan* que, segundo Teodoro (2006, p.97), afetou diretamente as relações de crédito no município, "tanto que o maior volume destes [créditos] ocorre concomitantemente à maior expansão do plantio, durante as décadas de 1890 até o *funding Loan*, em 1898". Esse autor demonstra que, a partir de 1898, o número de empréstimos tomados no município cai drasticamente, chegando ao "ponto mais agudo" em 1901, só alcançando plena recuperação após o plano de valorização em 1906 (ibidem).

A depreciação no preço do café e a política do *funding loan* implementada pelo governo Campos Sales surtiram os efeitos negativos na produção cafeeira do município. Diante do quadro de crise econômica, Perissinoto (1994, p.108) assevera:

> A crise da lavoura no governo de Campos Sales foi tão grande que ela não hesitou em participar, em 1902, de um movimento rebelde com vistas a depor Campos Sales. A causa primeira desse movimento foi a política financeira do governo que deixou a lavoura em situação precaríssima. Assim o movimento eclodiu em 22 de agosto de 1902 em Franca, Ribeirãozinho, Itatinga, Jaboticabal, São Carlos, Araras, Casa Branca, Moji-Mirim e Espírito Santo do Pinhal.

Nesse sentido, o movimento de 1902, em que Franca esteve diretamente envolvida, segue de perto a intersecção de fatores polí-

ticos e econômicos – em âmbito municipal e estadual. Para o propósito deste estudo, a participação de Franca no movimento, mesmo tendo como pano de fundo interesses políticos e econômicos, também pode ser um reflexo de experiências "negativas" de República. Mesmo considerando que essa experiência "negativa" de República advinha dos interesses de um determinado setor político do município – os dissidentes –, não se pode desqualificar que seu posicionamento ante a República contribuiu para um questionamento do projeto republicano posto em prática naquele momento.

É importante ressaltar que esses conflitos também fazem parte do primeiro período do PRP na República, que Casalecchi (1987) denominou de "período de superação de conflitos e consolidação". No entanto, além dos conflitos, todo esse processo de afirmação pelo qual passou o PRP no Estado de São Paulo conforma pontos-chave nos quais foi possível demonstrar as insatisfações de determinados grupos políticos locais com relação ao modelo de República proposto, como foi o caso de Franca.

Em Franca, com o advento da República, os grupos políticos, de certa forma, também deram origem às "tendências heterogêneas" e disputaram, no interior da nova ordem pública inaugurada pelo novo regime, seu espaço de atuação política, conformando, portanto, "uma guerra de posições".

Passado o conturbado interregno de atuação do Partido Republicano Federal, os grupos políticos "minoritários" – dissidentes do PRP e os "monarquistas" – excluídos do situacionismo local representado pelo Partido Republicano de Franca, aproveitando-se dos momentos de tensões e crises por quais passou o PRP, conseguiram fazer uma (re)leitura do atual momento da República, expondo, pela imprensa, as mazelas do regime. Nesse sentido, a imprensa local, especialmente o jornal *Tribuna da Franca* que defendia a causa dos dissidentes locais, selecionou, ordenou, estruturou e narrou essa (re)leitura da República, o que permitiu que todo esse processo se tornasse "digno de chegar até o público" (Luca, 2005, p.139).

O jornal *Tribuna da Franca* se preocupou em abordar temas que, muitas vezes, estavam fora da realidade vivenciada em Franca,

como foi o caso da questão do Acre ou do estado de miséria em que se encontrava o Ceará. Debateu temas que estavam diretamente relacionados à realidade e aos interesses do grupo que representava. A submissão dos diretórios municipais aos interesses da Comissão Central do PRP e o caráter pessoal que Campos Sales impunha os candidatos a governador do Estado de São Paulo eram temas recorrentes abordados pelo jornal.

Essa imposição transformava as eleições em verdadeiras "farças" políticas, em um "simulacro" que apenas referendava o peso das "oligarchias" estaduais. Não era por acaso que clamavam por uma reforma eleitoral com o objetivo de dar voz política às minorias que estavam relegadas ao ostracismo político oriundo da ação da política dos governadores, como havia ocorrido com o líder da oposição local, Estevam Marcolino de Figueiredo, que havia sido barrado pela ação da mesa de verificação de poderes.

De igual modo, colocaram-se em uma posição contrária em relação à política econômica implantada com o *funding loan* e com o descaso que o governo Campos Sales procurou solucionar a crise do café, propondo, por meio de debates na imprensa, soluções para que a crise pudesse ser solucionada e/ou minorada.

Portanto, diante disso, para esses grupos políticos em particular, as experiências de República até aquele momento foram concebidas de forma "negativa": participaram de uma rebelião que tinha em vista "pegar em armas contra as instituições" e por que não implantar "uma monarquia com bem sal e pimenta do que a República que ai está".

Em defesa do regime

No entanto, é importante demonstrar que a República nem sempre foi vista de forma "negativa" ou repleta de "vícios" pela imprensa de Franca; em vários momentos, a República foi "defendida" nas páginas dos jornais francanos. Contudo, a defesa do regime também obedeceu a pontos-chave da política nacional e

principalmente paulista e foi empreendida não somente pela situação política local representada pelo Partido Republicano de Franca, mas também por políticos ligados à dissidência local que outrora atacaram o regime republicano.

A tentativa de criação em Franca de um Partido Monarquista por José Bento do Valle, major Claudiano Ferreira Martins e Estevam Leão Bourroul (Tribuna da Franca, 5.4.1902, p.1), juntamente com a conferência "político-histórica" do monarquista Martim Francisco Filho, motivou o jornal *O Francano* (21.3.1902, p.1) a sair em defesa do regime:

> Pobre República! Com toda a certeza estás aqui estás *frita* e já vemos, em caminho do exílio, os drs. Rodrigues Alves, Silviano Brandão, Campos Salles, e toda essa gente que gosta da *Ordem* e do *Progresso* destes unidos estados do Brazil!
>
> O que poderá valer-te, ó desventurada república, é que a commissão, composta de homens idosos e por isso merecedora de nossos respeitos, não consente que já se dê o grito de *Independência ou Morte*, mesmo porque nestes tempos, em que a vida torna-se mais agradável, ninguém quer morrer, ainda que já tenha vivido muitos annos.
>
> O que poderá valer-te ó desventurada, é que a propaganda contra ti é feita por homens já cansados de guerras e, todos ajuisados, não quererão que os pobres brazileiros se matem numa guerra fratricida, só porque se deseja mudar o rótulo de uma garrafa que sempre conteve *bebidas falsificadas*.

O editor e proprietário do jornal *O Francano* era Álvaro Abranches Lopes que pertencia ao Partido Republicano de Franca e foi eleito vereador com 615 votos na legislatura de 1902 a 1904.

O jornal *Tribuna da Franca* (12.4.1902, p.2) fez um resumo da conferência do Dr. Martim Francisco, no qual destacava o teor do discurso, com o propósito de enfatizar a "mentira" em que a República tinha se constituído, além de aludir à necessidade da volta da monarquia:

> Ao fundo do palco via-se um grande retrato de D. Pedro II e ao centro uma pequena mesa coberta com uma capa que tinha as cores nacionaes e ao lado diversas cadeiras em que se achavam os membros da commissão, Monsenhor Rosa e diversos outros cavalheiros. [...]
>
> Finalmente em longa peroração, incitou o povo a reagir contra o despotismo e a proclamar a monarchia em nome da liberdade.
>
> A república é uma mentira e a Pátria é uma verdade – foram sua últimas palavras. [...] por um grande número de pessoas que ainda o acclamaram, respondendo o orador em bem enfeixada oração, terminando por dizer que até as pedras das calçadas levantariam um viva à monarchia.

Em sua conferência, Martim Francisco, além da sua postura crítica em relação ao regime republicano, tentou resgatar o orgulho paulista:

> Povo de Franca! Povo generoso e bom; povo herdeiro genuíno, legitimo, incontestável, do antigo vigor bandeirante, do velho sangue paulista: consenti que um vosso patrício, encanecido, decadente, extenuado na lucta da vida, tocado pelo inverno da existência, cançado dos homens e das coisas, cançado das desillusões e dos contratempos, porém não cançado de adorar a Pátria, de amar S. Paulo e de freqüentar o dever e a honra, vos outorgue um mandado, vos encarregue de uma missão.
>
> [...]
>
> Jurae que a Pátria não esta morta. Dae aos paulisras, para que elles, repetindo a nossa historia, o transmittam mais uma vez ao Brasil inteiro, o exemplo de um povo que quer ser livre, que há de ser livre. (apud Adduci, 2000, p.82)

O jornal *O Francano* (12.4.1902, p.1) discordava dos pontos principais abordados por Martim Francisco:

> O eloqüente tribuno [...] disse que os homens destes brazis são todos os mesmos, mas que a república não presta pra nada.

> Ora neste ponto não concordamos com s. ex.
>
> Não concordamos, porque no tempo que se fazia propaganda da república, s. ex. era um dos seus mais fieis defensores e, logo depois da revolução dos quartéis, de onde veio a nossa desgraça, fazia-se em Santos a deposição da Câmara Municipal, facto que s. ex. não pode esquecer tão facilmente...
>
> Portanto, se o systema republicano é prejudicial, o dr. Martim Francisco concorreu para nossa desgraça, fazendo propaganda delle.
>
> E, em vista disso, não podemos agora acreditar que só a monarchia nos poderá salvar, tirando o Brazil da posição aflictiva em que o collocaram os propagandistas do systema republicano [...].

Ao fazer o resumo da conferência, o jornal *O Francano*, em contraposição ao que tinha noticiado a *Tribuna da Franca*, procurou destacar a leitura de um "libello accusatorio" ao regime republicano, no qual Martim Francisco procurou traçar uma linha de análise em que se esforçava "por fazer acreditar que os homens do Brazil são sempre os mesmos e que só não presta o systema de governar", terminando o seu discurso com as seguintes palavras: "a República é uma mentira e o Brazil uma verdade". O artigo de *O Francano* termina destacando o respeito com que os convidados ouviam as palavras de Martim Francisco, destacando que "*s. ex. deve estar convicto de que na Franca, embora republicana,* há espírito de tolerância, sem prejuiso da pátria" (grifo nosso).

É interessante destacar, além da conferência "político-histórica" proferida por Martim Francisco, que o município de Franca foi palco de algumas conferências socialistas. A primeira de que temos notícia aconteceu em 4 de maio de 1902 e foi organizada pelos italianos Alceste de Ambrys e Estevam Estrella (*O Francano*, 3.5.1902, p.1).

Assim como fez em relação à conferência monarquista, o jornal *O Francano* também questionou a conferência socialista sentenciando: "e já tivemos a visita de um socialista que quer, a todo o transe, mudar a ordem das cousas, deixando-nos, talvez, numa amedrontadora *teia de aranha*, visto que a gente terá de repartir

com os vagabundos aquillo que ganhamos com sacrifício e muito trabalho" (*O Francano*, 10.5.1902, p.1).

Em janeiro de 1905, era publicada no jornal *A Cidade da Franca* (5.1.1905, p.3),[12] pelo "Comitê Socialista desta cidade" assinado por Salvador Ernesto Napoli, a criação do Círculo Socialista Internacional de Franca com o fim de divulgar o ideal e os fundamentos do socialismo:

> Acaba de reorganizar-se este circulo, composto de sérios elementos quer em relação aos próprios deveres dos associados, quer em relação ao ideal socialista.
>
> Pelo titulo INTERNACIONAL deve-se entender que se trata da Fraternidade Universal pois que o socialismo não tem outro fim senão pugnar pelos direitos e deveres da collectividade humana e pela verdadeira igualdade de todos os povos.
>
> Pede-se, por conseguinte, a todos que abraçam essa idéia, e especialmente aos jovens brasileiros e estrangeiros, que sentem este puríssimo sentimento de amor pela humanidade, procurarem conhecer os fundamentos do socialismo, e sendo certo que todos aquelles que amam a verdade trabalharão pelo porvir de nossa geração.

De acordo com informações do jornal *A Cidade da Franca* (27.4.1905, p.1), o Círculo Socialista Internacional "inaugurar-se-á definitivamente no dia 1 de Maio, dia consagrado aos trabalhadores de todo o mundo", no qual se realizará uma conferência socialista presidida por Joaquim Gasparino, seguida pela circulação de um novo jornal intitulado "*O 1° de Maio* que terá por fim difundir entre nós as idéias socialistas" (*A Cidade da Franca*, 30.4.1905, p.2).

---

12 O jornal *A Cidade da Franca* era declaradamente dissidente em termos de política local, que era dirigida pelo antigo "professor de primeira cadeira" Francisco Augusto de Assis Pereira, exonerado, em 1900, do cargo pelo diretório do Partido Republicano de Franca em razão do "procedimento incômodo que teve diante do pleito eleitoral de trinta e um de dezembro do ano passado".

O jornal *A Cidade da Franca* (7.5.1905, p.2) noticiou ainda uma segunda conferência socialista presidida "pela distincta esciptora italiana Ernestina Lesina, fundadora e directora do *Anima e Vita* que se publica na capital". Em 16 de outubro de 1906, ocorreu ainda outra conferência socialista no município de Franca, de autoria de Oreste Ristori, com o propósito de demonstrar:

> [...] que na sociedade presente existe um desequilíbrio inqualificável, sendo mister que por isso mesmo as classes opprimidas se congreguem, no intuito altruístico de restabelecer-se em um paiz riquíssimo como o Brazil, a verdadeira divisão do trabalho e de molde a que todos possamos viver com as commodidades que nos foram reservadas pelo destino. (*A Cidade da Franca*, 18.10.1906, p.2)

A mudança de postura com que o governo tratou o problema da crise no setor cafeeiro ao implantar o Convênio de Taubaté foi bem recebida pela imprensa francana. O jornal *A Cidade da Franca* (22.3.1906, p.1-2) prestou seu apoio ao governo opondo-se ao aos críticos do Convênio:

> [...] Que querem, afinal de contas, os inimigos do convenio de Taubaté que, alias, não são nem mais nem menos se não aventureiros conhecidos em demasia no vergonhoso jogo das transações bancarias, occultos sob a capa impermeável de um patriotismo ardoroso.
>
> O convenio é um convenio, uma simples combinação previa entre os Estados da união, representados pelos que mais se interessam nesta causa, um ponto, enfim de partida, para o tentamem da valorisação do café e, em consequencia, da valorisação do nosso credito no estrangeiro, base primordial do progresso e do engrandecimento do paiz. [...] sustentaremos, com todas as forças que possamos dispor o convenio sobre a valorisação do café, cujas medidas para isso adoptadas há pouco e pendentes de approvação do poder legislativo, só poderão soffrer a critica justa, sincera e leal depois de praticadas, depois de trabalhadas, postas emfim em

franca actividade e generalisadas por entre as múltiplas classes de que se compõe os nossos organismo político-social.

Em outro artigo, o jornal critica parte da imprensa por opor-se ao plano de valorização do café:

> Agora, emfim, após tão criminosa inércia do nosso poder legislativo e tão demorada providencia por parte dos encarregados da administração publica; agora que alguma cousa se quer ensaiar em prol do bem commum e colectivo, agora que é de todos os pontos convergem os artigos de critica, as abjurgatorias, as malsinações de toda a espécie, até então arrefecidos, como que manhosa e propositalmente armazenados para uma investida geral contra o Governo da União!!!
>
> Jornalistas cobardes! Publicistas de encommenda! Legisladores de borra! (*A Cidade da Franca*, 25.3.1906, p.1)

Ainda é interessante observar que, ante o plano de valorização do café via Convênio de Taubaté, os fazendeiros de Franca decidiram se reunir para discutir as medidas propostas pelo Convênio a fim de deliberar ou não apoio seu apoio. Essa reunião foi considerada desnecessária pelo jornal *A Cidade da Franca* que alegou que a reunião apenas resultaria na criação de "embaraços a acção governamental".

Na argumentação do articulista sobre o conteúdo da reunião, é possível observar como a República, por meio da ação do governo, ganha outros "valores" por seu empenho na busca pela valorização do café: "teremos muito palanfrorio inútil e vae repetir-se a mesma toada e no mesmo realejo de peças immutaveis, isto é: que a crise é medonha, que o café esta baixo, *que não era essa a República que sonhávamos, etc, etc.*" (*A Cidade da Franca*, 25.3.1906, p.1 – grifo nosso).

O articulista termina argumentando: "Ora comprehende-se bem que estas lamurias, que estas jeremiacas lamentações são deveras justificáveis mas sediças por velhas, archaicas e obsoletas, *nada*

concorrendo em summa para a construção do edifício da grandeza da pátria" (grifo nosso).

A subida de Jorge Tibiriçá ao novo quadriênio do governo do Estado também provocou alterações na política paulista. Essas alterações foram sentidas no município de Franca. Tibiriçá colocou em prática a reforma eleitoral e comprometeu-se "com a realidade do sufrágio popular, a representação das minorias, o voto distrital e o uninominal" (Casalecchi, 1987, p.125).

O jornal *A Cidade da Franca* (8.2.1906, p.2) exaltou a reforma eleitoral efetuada pelo governo ao asseverar que "pela primeira vez o voto foi uma verdade":

> Nas recentes eleições para preenchimento de lugares nas duas câmaras legislativas federaes a moralidade – desterrada de ha muito – presidiu o grande pleito sem sacrifício da liberdade dos eleitores que se approximaram confiantes das urnas, objectivando seus desejos mediante o exercicio de um direito sagrado que por tantos lustros fora objecto de comentários ridículos.
>
> Pela primeira vez na República – a soldadesca armada deixou correr em paz as eleições e, ruminando uma cólera surda, os Satrapas do poder calaram seus desígnios perversos.

As eleições antes criticadas, rotuladas de "simulacros" e de "farças" políticas, agora representavam a "verdade eleitoral". Isso ocorreu, em grande medida, porque o governo perdera para os candidatos dissidentes nas eleições de 30 de janeiro, para preenchimento "de lugares nas duas câmaras legislativas federaes", o que garantiu a representação das minorias políticas ao mesmo tempo que exprimia o ímpeto "enthusiatico" do povo:

> Entretanto, agora, bastou que se offerecesse ao povo uma legislação eleitoral que, embora imperfeita, todavia garante a representação das minorias, bastou essa simples naturalissima faculdade, para que o eleitorado soffregamente, num ímpeto irreprimível e enthusiastico, derrotasse vergonhosamente vários candidatos do

> governo, abalando assim seriamente a estabilidade da poderosa Commisão [Central do PRP] e com ella os allicerces em que se assenta a oligarchia paulista. (*A Cidade da Franca*, 11.2.1906, p.1)

Diante do momento favorável em termos políticos, "os dissidentes e oposicionistas de todos os matizes" se reúnem na cidade de São Paulo com representantes de mais de 60 municípios para a criação de uma Liga Republicana – "uma aliança partidária temporária para determinados fins comuns" – para fazer frente à Comissão Central do PRP.

O debate travado por dissidentes e oposicionistas resultou em um "projeto de programma" que curiosamente não tinha como meta propor uma revisão constitucional; nesse caso, a revisão constitucional havia se constituído "em uma questão aberta". Os principais pontos do programa da Liga Republicana eram: "liberdade do voto e defesa da autonomia municipal", "moralização dos costumes políticos da República", "aperfeiçoamento e desenvolvimento da instrução pública", "reforma judiciária" e valorização do café (*O Estado de S. Paulo*, 15.4.1906).

Dessa forma e diante da iminente perda de poder e votos, e de um possível enfraquecimento das oligarquias políticas, restou ao PRP "congraçar" os partidos, eliminar as oposições estaduais e aumentar o número da Comissão Central de cinco para sete membros, abrindo, portanto, espaço de atuação para a dissidência na cúpula do partido.

Em Franca, os dissidentes da política local, em reunião liderada pelo coronel Estevam Marcolino de Figueiredo, expedem dois ofícios dirigidos à Liga Republicana e ao presidente do Estado de São Paulo, Dr. Jorge Tibiriçá, que expressam o seu posicionamento ante duas questões que parecem vislumbrar a experiência de República naquele momento no município de Franca:

> O Diretório do Partido Republicano Dissidente desta cidade, em perfeita união e solidariedade de vistas, com a directoria da Liga Republicana, applaude o congraçamento em boa hora realisado

entre os altos Directores dos Partidos do Estado, e felicita com effusão a V. Excia. Por esse facto, que veio abrir a causa republicana um novo periodo de prestigio, de confiança e de prosperidade – quebrando os acanhados moldes da política oppressora e impatriótica que se procurava implantar no nosso grande e glorioso estado.

Felicita egualmente a V. Excia. Pela sancção do projeto que revalidou o Convenio de Taubaté, acto que enche de gloria e de benemerência o seu governo, já tão fecundo em beneficio ao estado.

A valorisação do café, com os seus naturaes corollarios, e o congraçamento das forças republicanas do estado, são dois actos por si só sufficientes para immortalisar o seu gênero e sagrar o seu nome como um dos nossos maiores bemfeitores. (*A Cidade da Franca*, 9.8.1906, p.2)

Após o congraçamento realizado no município de Franca, os antigos dissidentes ganharam espaço no diretório do Partido Republicano:

Quadro 16 – Presença de dissidentes no Partido Republicano

Francisco Martins Ferreira Costa – presidente
João Diogo Garcia Martins
João Feliciano Cardoso
Antonio Flavio Martins Ferreira
Victor de Mendonça Ribeiro
José Rodrigues da Costa
Julio Cardoso
Antonio Jacintho da Silva*
Joaquim Antonio de Lima*

* Ex-dissidentes.

Fonte: *A Cidade da Franca* (18.10.1906, p.1).

Para Casalecchi (1987, p.129), "o congraçamento se consolida com o episódio do movimento grevista de 1906" que, depois de se iniciar na Companhia Paulista de Estradas de Ferro, havia conquistado "outros setores e alastrava-se para várias regiões do Estado".

Ainda segundo esse autor, a dissidência "por razões de interesse de classes" preferiu apegar-se à ordem em detrimento do movimento grevista. O jornal *O Estado de S. Paulo* (25.5.1906) que sempre apoiou os dissidentes condenou o movimento grevista:

> Os grevistas não reclamam satisfações porque se sintam com a razão: reclamam porque tem por si a força do numero. Não querem obter a justiça: querem arrancar concessões. Não se limitam a pretender a legitima reparação das affrontas allegadas, não pretendem razoáveis compensações merecidas por seu pesado e ingrato labor, porque nem se quer exigem aumento de salário ou diminuição de serviços: o que pretendem é humilhar inutilmente o imaginário inimigo...

Nesse sentido, o articulista de *A Cidade da Franca* (20.5.1906, p.1) vê no movimento grevista uma ameaça ao regime republicano, imputando de monarquista os mentores do movimento.

> A greve, emfim, não é mais o resultado de uma machinação partidária; e pra conter-lhe os ímpetos de nada mais precisamos se não de muita energia e de muito devotamento pela República, ora ameaçada e seriamente ameaçada.
>
> De nosso lado só poderemos hypothecar ao governo a nossa fé inabalável, a palavra solemne de que, para as hostes defensoras do regime inaugurado a 15 de novembro de 1889, aqui estão os modestos redactores desta modesta folha sertaneja.

A defesa do regime republicano demonstrou uma outra vertente da experiência de República em Franca, o que exigiu que a elite política e dirigente de Franca procedesse a uma (re)leitura de um novo contexto de República, que, significou na maioria da vezes, o contorno de problemas antes latentes que direta ou indiretamente estavam arraigados com seus interesses. É bem provável que as medidas de valorização do café tenham beneficiado dissidentes e situacionistas da política local. De igual modo, a plataforma política com

que Bernardino de Campos iniciou seu governo, principalmente colocando em vigor a nova lei eleitoral, foi vista com bons olhos pelos dissidentes da política paulista e de Franca. O congraçamento do PRP – pelo menos por pouco tempo – serviu para cicatrizar as feridas e conter os reclamos dos dissidentes.

Considerações finais

A propaganda republicana tem início em Franca a partir de meados da década de 1880, quando da fundação do Partido Republicano local. Com relação a Campinas, Amparo, Rio Claro e São João da Boa Vista – que, desde os primórdios da propaganda republicana na província de São Paulo, já se destacavam como centros republicanos importantes, com participação ativa nos primeiros congressos republicanos realizados pelo PRP – a propaganda começou de forma tardia em Franca, já que essa cidade começa a participar dos congressos somente a partir de 1881, o que se repetiu em 1883, 1887, 1888 e 1889 – mas nem por isso deixou de contribuir com experiências de repúblicas próprias do município.

Os ajustes político-partidários entre os republicanos e os outros partidos imperiais tão comuns em toda a província de São Paulo também ocorreram no município, dando mostras de que, mesmo em pequena quantidade, os republicanos locais procuravam essas alianças como alternativa de alcançar o poder político do município, como aconteceu com o vereador republicano Francisco Lucas Brigagão.

A partir de 1887, a propaganda republicana se intensifica no município, e surgem jornais cujo objetivo era defender os ideais da República: *A Sentinela* e *O Tiradentes*. Outro fator que pode

ter indicado crescimento da propaganda republicana no município refere-se às adesões dos cidadãos francanos às ideias republicanas, os quais viam na República uma opção política viável ante a crise das instituições imperiais.

No entanto, a crise do Brasil-Império e as questões que estavam latentes naquele momento foram discutidas por parte da elite dirigente e intelectual do município nas páginas do jornal *O Nono Districto*. Esse jornal, em grande medida, discutiu os temas que estavam na pauta dos reformadores que compunham a geração de 1870: Federação, abolição da escravidão, separação da Igreja do Estado, imigração e instrução pública. Ao inserir-se nos debates, *O Nono Districto* propôs soluções, ou mesmo vias de superação dos problemas, sem se esquecer de primar por questões mais pragmáticas que envolviam os interesses e o progresso de Franca, como a autonomia municipal.

Além disso, *O Nono Districto*, por intermédio dos seus redatores e colaboradores, posicionou-se de maneira crítica também em relação aos republicanos e aos rumos de uma possível República no Brasil, traduzindo em suas páginas experiências republicanas peculiares do município. Antes da implantação do regime republicano, era necessário "moldar" a sociedade brasileira com o propósito de seus males, principalmente quanto à "iniquidade" do trabalho escravo. Nesse caso, caberia, pois, aos republicanos uma tarefa "menos política e mais pedagógica": preparar a sociedade para o advento da República. Possivelmente, *O Nono Districto* caminhou de um jornal de tendências liberais para o republicanismo em fins da década de 1880.

Diante dessas características que conformaram as experiências republicanas no município de Franca, a República não foi recebida pelos francanos com indiferença política. Pelo contrário, a adesão, pelo menos no início, foi imediata. No entanto, principalmente após a criação do Partido Republicano de Franca, em 1894, grupos marginalizados na política local aproveitaram-se dos momentos de instabilidades políticas tanto do regime como do PRP e se rearticularam, como a criação do Partido Católico (1890) e a cisão do PRP

(1901). Em Franca, formou-se o diretório do Partido Republicano Dissidente de São Paulo, com a participação do município na revolução monarquista de 1902.

Esses pontos-chave da política local, somados aos debates proferidos pela oposição no congresso que clamava por uma reforma constitucional e, consequentemente, ao "modelo" de República então vigente, fizeram com que os dissidentes da política local se arregimentassem em torno da imprensa local para debater questões que faziam parte do contexto da crise republicana.

A política dos governadores, o "simulacro" das eleições e a política econômica de Campos Sales foram os principais assuntos debatidos pelos jornais *Tribuna da Franca* e *A Cidade da Franca*. Outras questões, como a invasão boliviana no Acre – que colocava em xeque a autonomia do Brasil na América do Sul – e a fome do Ceará, também mereceram destaque dos jornais locais.

A República foi "defendida" pela imprensa francana, em particular pelos jornais *O Francano* ("situacionista") e *A Cidade da Franca*. Tal fato aconteceu em grande medida por causa da ação do governo em questões antes criticadas pela imprensa local, como a reforma eleitoral em 1905, e, principalmente, da valorização do café implementada em 1906.

Nesse sentido, ao longo da pesquisa, puderam-se verificar várias experiências republicanas no município de Franca, cidade do nordeste do Estado de São Paulo. Essas experiências ora se encontravam mais nítidas, ora codificadas nas ações e nos ordenamentos da elite dirigente local.

O município, por meio dessas experiências, se insere, à sua maneira, no contexto de crises e afirmações que fizeram parte do caminho da República brasileira, propondo vias de mudanças e de superação dos problemas que faziam parte dos debates travados ao longo do tempo, mesmo que isso estivesse arraigado nos interesses políticos presentes na localidade.

Referências bibliográficas

ADDUCI, C. C. *A "Pátria paulista"*: o separatismo como resposta à crise final do império brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, H. R. C. de. *O republicanismo fluminense*: 1887-1891. Niterói, 1974. 144f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

ALONSO, A. *Idéias em movimento*: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARRIGUELLI, J. C. (Org.) *O pensamento político da classe dominante paulista*: 1873-1928. São Carlos: UFSCar, 1986.

BILAC, M. B. B. *As elites políticas em Rio Claro*: um estudo sobre a formação dos setores dirigentes em um município paulista. Campinas, 1995. 345f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

BOEHRER, G. C. A. *Da monarquia á República*: história do Partido Republicano no Brasil (1870-1889). Rio de Janeiro: MEC, [195-?].

BRASILIENSE, A. *O programa dos partidos e o Segundo Império*: exposição e princípios. São Paulo: Tipografia de Jorge Seclkler, 1978.

CARDOSO, F. H. Dos governos militares a Prudente-Campos Salles. In: FAUSTO, B. (Dir.) *O Brasil republicano.* São Paulo: Difel, 1977. t.3., v.1. (História geral da civilização brasileira).

CARONE, E. *A República velha*: (evolução Política). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

CARONE, E.; JUNQUEIRA, M. S. A. Atas do Partido Republicano Paulista. *Estudos Históricos,* Marília, n.11, p.135-230, 1972.

CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. Brasília: Editora UnB, 1980.

______. *Teatro de sombras:* a política imperial. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Editora Iuperj, 1988.

______. Prefácio. In: PENNA, L. A. *O progresso da ordem*: o florianismo e a construção da república. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: ______. *Pontos e bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. (Humanitas, 22).

CASALECCHI, J. E. *A proclamação da República.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

______. *O Partido Republicano paulista*: política e poder (1889-1926). São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHACON, V. *História dos partidos brasileiros*: discurso e práxis dos seus programas. Brasília: Editora UnB, 1981.

COSTA, E.V. da. *Da monarquia à República:* momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DEAN, W. *Rio Claro*: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEBES, C. S. *O Partido Republicano de São Paulo na propaganda (1872-1889).* São Paulo: s. n., 1975.

DI GIANNI. T. P. *Italianos em Franca*: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior. Franca: Editora UNESP, FHDSS, 1997.

EVANGELISTA, J. G. Notas sobre a abolição e a república na Franca. *Revista Regional de História*, Franca, col.1, n.1, p.35-50, 1990.

FALEIROS, R. N. *Homens do café*: Franca 1880-1920. Campinas, 2002. 224f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

FERREIRA, G. N. *Centralização e descentralização no Império*: o debate entre Tavares Bastos e o Visconde de Uruguai. São Paulo: Edusp, Editora 34, 1999.

FRANCO, M. (Org.). *Almanack da Franca*: 1902. São Paulo: Duprat, 1902.

GODOY, H. A. *O coronelismo em Ribeirão Preto de 1889 a 1937*. São Paulo, 2000. 179f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

HOLANDA, S. B. de. O Manifesto de 1870. In: ______. (Dir.) *Do Império à República*. São Paulo: Difel, 1972a. t.2, v.5. (História geral da civilização brasileira).

______. (Dir.) *O Brasil monárquico*. São Paulo: Difel, 1972b. t.2, v.7. (História geral da civilização brasileira).

JANOTTI, M. L. M. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JARDIM, A. S. *Propaganda republicana (1888-1889)*. Rio de Janeiro: Fundação Rui Barbosa, Conselho Federal de Cultura, 1978.

LANG, A. B. S. G. *A propaganda republicana na província de São Paulo*. São Paulo: USP, Ceru, 1995.

LAPA, J. R. A. *História política da República*. Campinas: Papirus, 1990.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEITE, B. W. C. A visão da República no interior das instituições monárquicas: pronunciamentos políticos. *Revista de História*, São Paulo, n. esp., p.105-20, 1989.

LESSA, R. *A invenção republicana*: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Editora Iuperj, 1988.

LEVI-MOREIRA, S. *Liberalismo e democracia na dissidência republicana paulista*: estudo sobre o Partido Republicano dissidente de São Paulo – 1901-1906. São Paulo, 1991. 196f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LIMA, S. L. L. *Fazendeiros do Oeste Paulista rumo à republicanização (1870-1889)*. São Paulo, 1986a. 158f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

______. *O Oeste Paulista e a República*. São Paulo: Vértice, 1986b.

LOVE, J. L. *A locomotiva*: São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Trad. Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Estudos brasileiros, 57).

LUCA, T. R. de. *A revista do Brasil*: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Editora UNESP, 1999. (Prismas).

______. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKY, C. B. (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MATTOS, I. R. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MELO, E. R. M. de *O coronelismo francano*: a consolidação da hegemonia (1880-1914). Franca, 1995. 127f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

NALDI, M. R. G. *Monsenhor Rosa e sua participação na vida Francana (1860-1903).* São Paulo, 1979. 65f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

______. *O barão e o bacharel*: um estudo de política local no II Reinado, o caso de Franca. São Paulo, 1988. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

NALDI, M. R. G. *Coronelismo e poder local:* Franca 1850-1889. Franca: Editora UNESP, 1992.

OLIVEIRA, L. L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

______. *As transformações da riqueza em Franca no século XIX*. Franca, 1995. 214f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

______. *Heranças guardadas e transições ponderadas*: história econômica do interior paulista – 1890-1920. Franca: Editora UNESP, FHDSS, Facef, 2006.

PENNA, L. A. *O ideal republicano e seu papel histórico no segundo reinado*: 1870-1889. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1986.

______. *O progresso da ordem*: o florianismo e a construção da República. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

______. *República brasileira.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PEREIRA, R. M. *O municipalismo de Washington Luis em sua atuação em Batatais (1893-1900)*: aspectos da modernização urbana do interior paulista na República Velha. Franca, 1988. 249f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

PERISSINOTO, R. M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha.* Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

______. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*. Campinas: Selo Universidade, 1999. v.2.

PESSOA, R. C. O primeiro centenário do Manifesto Republicano de 1870. *Revista de História*, São Paulo, ano 21, v.41, n.84, p.401-37, out./dez. 1970.

PESSOA, R. X. C. *A idéia de República no Brasil através dos documentos.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

______. *O ideal republicano e seu papel histórico no segundo reinado*: 1870-1889. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1983.

PONTES, H. *Historia de Uberaba e a civilização no Brasil Central.* 2.ed. Uberaba: Academia de Letras do Triangulo Mineiro, 1978.

SALES, A. Catecismo republicano. In: VITA, L. W.; SALES, A. *Ideólogos da República.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

SALES, C. *Da propaganda à presidência.* Brasília: Editora UnB, 1983.

SALLES, I. G. A ordem como condição da civilização: o Partido Republicano Paulista (1870-1889). *Revista de História*, São Paulo, n.118, p.13-27, jan./jun. 1985.

SALLES, I. G. *Trabalho, progresso e sociedade civilizada*: o Partido Republicano Paulista e a política de mão de obra (1870-1889). São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1986.

SARMENTO, C. Estabilidade governamental e rotatividade de elites políticas no Brasil Imperial. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.29, n.2, p.150, 1986.

SILVA, R. de A. e. Os republicanos de 1870 e as realidades nacionais. *Revista de História*, São Paulo, ano 21, v.41, n.84, p.439-47, out./dez. 1970.

SILVEIRA, R. M. G. *Republicanismo e federalismo*: um estudo da implantação da República brasileira (1889-1902). Brasília: Senado Federal, 1978.

TAVARES, M. dos R. *Entre a cruz e o esquadro*: o debate entre a Igreja Católica e a maçonaria na imprensa francana (1882-1901). Franca, 2007. 136f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

TELAROLLI, R. *Poder local na República Velha.* São Paulo: Editora Nacional, 1977.

______. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TEODORO, R. da S. *O crédito no mundo dos senhores do café*: Franca 1985-1914. Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

TOSI, P. G. *Capitais no interior*: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945). Franca: Editora UNESP, FHDSS, 2002.

TOSI, P. G.; FALEIROS, R. N. Nas fronteiras do capitalismo: a Mogiana e os (des)caminhos da expansão ferroviária. *Lócus: Revista de História*, Juiz de Fora, v.6, n.2, p.111-26, 2000.
VIANNA, O. *O ocaso do Império.* Brasília: Senado Federal, 2004.
WITTER, J. S. *Partido político, federalismo e República*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1984.
ZIMMERMANN, M. E. *O PRP e os fazendeiros de café*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

Outras fontes

1. Arquivos consultados

Arquivo Histórico Municipal de Franca Capitão Hypólito Antônio Pinheiro.
Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp)
Atas do Partido Republicano de Franca – 1894-1901.
Câmara Municipal de Franca. Livro de atas – 1880-1920.
Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Histórica (Cedaph) – UNESP/Franca.
Inventários (partilhas) *post-mortem* – 1º e 2º ofícios cíveis.
Museu Histórico Municipal José Chiachiri.
Prefeitura de Franca. *Código de Posturas Municipais*. Franca, 1888.

2. Jornais

A Cidade da Franca (Franca), 1905-1907.
A Ephoca (Rio de Janeiro), 1893.
A Província de São Paulo (São Paulo), 1881-1882, 1887.
Correio Paulistano (São Paulo), 1906.
O Estado de S. Paulo (São Paulo) 1901, 1906.
*O Francano (*Franca), 1901-1903.
O Nono Districto (Franca)1882-1884.
Tribuna da Franca (Franca), 1900-1905.

Neste livro, Anderson Luis Camelucci procura caracterizar as especificidades da propaganda republicana no município de Franca, procurando evidenciar como as características do republicanismo local contribuíram para moldar as experiências de República nesse período.

O autor realiza uma discussão sobre as relações e/ou as linhas de ação política traçadas pelos partidos políticos constituídos no município e esboça o perfil político da elite dirigente de Franca na última década do Império, a fim de avaliar tanto o "terreno" político em que a propaganda republicana se desenvolveu no município, como a adesão dos políticos locais ao novo regime. Camelucci demonstra também como grupos "marginalizados" e "dissidentes" da política local, por intermédio dos jornais *Tribuna da Franca* e *Cidade da Franca*, criticaram o "modelo" de República então vigente, e em quais momentos a imprensa local, principalmente o jornal *O Francano*, saiu em "defesa" desse regime.

ISBN 978-85-393-0202-4